

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - IPE
MESTRADO EM TEORIA ECONÔMICA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

**TÍTULO: TEMPO LÓGICO E TEMPO HISTÓRICO DO CAPITALISMO
NA TEORIA ECONÔMICA MARXISTA**

NOME: FLÁVIO TAVARES DE LYRA JR.

ORIENTADOR: RAUL CRISTÓVÃO DOS SANTOS

DEDALUS - Acervo - FEA



20600026327

JANEIRO / 2004

Sumário

Agradecimentos.....	1
Introdução.....	2
.	
Capítulo 1: Marx.....	7
1.1 Concepção da história e teoria econômica.....	7
1.2 Lei do valor e reprodução do capital.....	15
1.3 Leis tendenciais do capitalismo.....	22
1.4 Crises e ciclos.....	31
1.5 Periodização do capitalismo.....	40
1.5.1- Acumulação primitiva e reprodução do capital.....	41
1.5.2- Subsunção formal e subsunção real do trabalho no capital.....	47
1.5.3- Validade e extinção da lei do valor.....	50
Capítulo 2: Lenin e Kautsky.....	53
2.1- Lenin.....	53.
2.2- Kautsky.....	67
2.3- Comentários e conclusões.....	72
Capítulo 3: Hilferding, Luxemburg, Bukharin e Lenin.....	74
3.1- Hilferding.....	74
3.2- Luxemburg.....	82
3.3- Bukharin e Lenin.....	91
3.4- Comentários e conclusões.....	97
Capítulo 4: Kalecki e Baran e Sweezy.....	100
4.1- Kalecki.....	100.
4.2- Baran e Sweezy.....	110.
4.3- Comentários e conclusões.....	122.
Capítulo 5: Mandel e Aglietta.....	126
5.1- Mandel.....	126
5.2- Aglietta.....	139
5.3- Comentários e conclusões.....	149
Conclusão.....	152
Referências bibliográficas.....	157

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Raul Cristóvão dos Santos, pela orientação prestada ao longo de todo o período do mestrado, em continuidade a um valioso acompanhamento que já vinha se realizando desde a monografia de conclusão da graduação.

Em segundo lugar, agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa que tornou possível a realização desta pesquisa.

Em terceiro lugar, agradeço a meu pai, Flávio Tavares de Lyra, com quem tive a oportunidade de discutir pela primeira vez alguns dos autores que analiso nesta dissertação.

Finalmente, um agradecimento especial à minha companheira Rossana Mbyjá da Costa Gonzalez, pelo apoio e dedicação demonstrados ao longo de todo o período do mestrado.

Introdução

A teoria econômica de Marx, dedicada à análise das características mais gerais do sistema capitalista, nasce vinculada à sua concepção da história, que compreende esse sistema como uma forma transitória de organização econômica e social, que nem existiu sempre, nem está destinado a perdurar indefinidamente. A percepção dessa transitoriedade leva a um estudo do capitalismo em que a busca do entendimento de seus determinantes estruturais, que permitem caracterizar sua identidade, associa-se à busca da compreensão de seu dinamismo interno, responsável por sua constante transformação. É nesse sentido que Marx afirma, no prefácio à primeira edição de *O Capital*, que a finalidade de sua obra é “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”.¹

Uma teoria que aponta explicitamente o caráter historicamente mutável de seu objeto só pode ser considerada adequada à sua compreensão se conseguir internalizar as transformações por ele sofridas ao longo do tempo. Mais precisamente, ela deve se constituir a partir de categorias que permitam a construção de um tempo lógico que possa representar, internamente à teoria, o tempo histórico vivenciado por seu objeto. Certamente essa idéia de representação não se reduz à busca ilusória de uma aderência perfeita entre teoria e realidade, inatingível por definição em qualquer campo do conhecimento humano e, com tanto mais razão, no âmbito das ciências sociais. Ela deve antes ser entendida como o estabelecimento do paralelismo possível entre as mutações sofridas pelo objeto e os movimentos mais gerais que a articulação teoricamente concebida entre suas categorias descritivas e explicativas permite entrever.

O objetivo que se pretende atingir nesta dissertação é mostrar como se manifesta no pensamento econômico marxista a construção teórica do tempo do sistema capitalista. Em primeiro lugar, apresenta-se uma exposição sobre o modo como isso é feito na obra do próprio Marx, em cinco planos analíticos, interligados e

¹ Livro I, v.1,p.19.

não contrapostos: o que permite compreender o sistema capitalista sob a perspectiva da sua permanência ou continuidade, associado ao princípio de regulação da lei do valor e à idéia de reprodução; o que trata das leis que se manifestam sob a forma de tendências, que emergem da própria reprodução; o que descreve a ocorrência de quebras na continuidade dessa reprodução e remete à idéia de crise; o que se refere à manifestação de ciclos da atividade econômica, decorrentes da reposição das condições de continuidade reprodutiva em função dos próprios efeitos da crise; e o que especifica critérios por intermédio dos quais é possível estabelecer fases ou etapas de desenvolvimento diferenciadas dentro da evolução do capitalismo.

Em segundo lugar, apresenta-se uma análise comparativa sobre a forma como essa construção teórica se reflete na obra de alguns autores posteriores, inseridos na tradição marxista, que em diferentes momentos se propuseram a desenvolver a teoria econômica do sistema capitalista. Aqui, pretende-se mostrar que se mantém nesses autores a perspectiva mais geral adotada por Marx, focada na percepção do capitalismo como sistema historicamente mutável, e que isso repercute, tal como no caso daquele autor, na tentativa de um enquadramento teórico dinâmico desse sistema em suas respectivas obras. Pretende-se também mostrar que, embora seja possível detectar nesses autores, quando escrevendo no mesmo momento histórico, diversos pontos de contato em suas preocupações e conclusões, que pelo menos em princípio constituem em suas teorias o reflexo do substrato comum da época, também é possível apontar entre eles significativas diferenças. Estas se devem tanto ao fato mais geral de que a teoria é sempre um recorte imperfeito da realidade, quanto à impossibilidade de se abstrair o fator subjetivo, que leva distintos autores a construir teoricamente seu objeto de modo diverso, ainda que debruçados sobre a mesma evidência empírica.

Os autores e obras contemplados nesta parte foram selecionados tendo em vista a sua relevância, aferida pela repercussão verificada sobre outros autores posteriores do campo marxista. Além de Marx, os autores e obras selecionados foram os seguintes:

1º momento: final do século XIX

1899 – Vladimir Lênin: O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia

1899 – Karl Kautsky: A Questão Agrária

1902 – Karl Kautsky: Teoria das Crises

2º momento: período anterior à 1ª Guerra Mundial e fase inicial da guerra

1910 – Rudolf Hilferding: O Capital Financeiro

1913 – Rosa Luxemburg: A Acumulação do Capital

1915 – Nikolai Bukharin: A Economia Mundial e o Imperialismo

1916 – Vladimir Lenin: O Imperialismo Fase Final do Capitalismo

3º momento: período posterior à 2ª Guerra Mundial

1954 – Michal Kalecki: Teoria da dinâmica Econômica

1966 – Paul Sweezy e Paul Baran: Capitalismo monopolista

1968 – Michal Kalecki: Tendência e Ciclo

4º momento: década de 70 do século XX

1974 – Ernest Mandel: O Capitalismo Tardio

1976 – Michel Aglietta: Regulação e Crise do Capitalismo – o exemplo americano

Quanto a Marx, por ser o formulador inicial da teoria, optou-se por discuti-lo a partir de um leque mais amplo de obras, embora com um destaque óbvio para *O Capital*.

A extensão e profundidade da análise dedicada a cada um dos autores e obras não são homogêneas, variando conforme o tipo de tema que será destacado em cada um deles. Marx, no primeiro capítulo, é o autor tratado mais extensamente, por razões óbvias, dado o objetivo desta dissertação. Dele serão discutidas, em primeiro lugar, as relações mais gerais que podem ser estabelecidas entre sua concepção da história e sua teoria econômica. Posteriormente, passa-se a uma

análise dos seus conceitos de reprodução do capital e lei do valor, leis tendenciais do capitalismo, crises, ciclos e de alguns critérios para a periodização do capitalismo que podem ser extraídos de sua obra.

No capítulo 2, maior atenção será dada a análise do livro de Lenin, destacando as transformações que o desenvolvimento capitalista acarreta na estrutura social russa. Um ponto de contato com essa temática pode também ser encontrado na obra de Kautsky sobre a questão agrária, que será tratado de forma bem mais breve. Ainda de Kautsky, será analisado nesse capítulo seu artigo sobre as crises, onde ele sistematiza uma série de posições que serão retomadas posteriormente por outros autores.

No capítulo 3, toda a discussão será estabelecida em torno a problemática do imperialismo, que é o denominador comum entre as quatro obras. Uma maior atenção será conferida aos livros de Hilferding e Luxemburg, de maior densidade teórica. A análise dos livros de Bukharin e Lenin será conduzida de modo mais breve, explorando principalmente as semelhanças e diferenças em relação ao livro de Hilferding, que os influenciou diretamente.

No capítulo 4, será dedicada uma atenção equivalente ao livro e artigo de Kalecki e ao livro de Baran e Sweezy. No caso do primeiro autor, a discussão gira em torno à sua teoria da determinação da renda e das componentes cíclicas e tendenciais da atividade econômica. No caso dos outros dois, será destacada a formulação de sua teoria da tendência ao crescimento do excedente econômico e suas conseqüências.

No capítulo 5, o tratamento dispensado a Mandel está concentrado em sua teoria sobre as ondas longas de desenvolvimento da economia capitalista, mas é bem representativo de outros aspectos contidos em seu livro. No caso de Aglietta, a análise dirige-se para a retomada do conceito de reprodução que ele faz de Marx, mas está focada na discussão mais diretamente relacionada com as transformações do processo de trabalho.

Ao final de cada capítulo, com exceção do primeiro, são apresentados alguns parágrafos em que se estabelecem comparações entre os autores discutidos no capítulo e entre eles e os autores que os precederam. Na conclusão final, tenta-se apresentar sucintamente algumas diferenças e regularidades encontradas na análise dos autores discutidos ao longo de todo o trabalho.

Capítulo 1 - Marx

1.1. Teoria da história e teoria econômica

Em diversos momentos de sua obra Marx apresentou os traços gerais de sua concepção da história. A primeira exposição de caráter mais sistemático pode ser encontrada na *Ideologia Alemã*, que escreveu juntamente com Engels entre 1845 e 1846, especialmente na parte da obra dedicada à crítica das posições filosóficas de Ludwig Feuerbach.² Mas sua exposição ao mesmo tempo mais sintética e difundida é possivelmente a apresentada no famoso Prefácio de 1859, escrito para a *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, obra que permaneceu inconclusa. Lá se pode ler:

“Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. [...] Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. [...] Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade.”³

² Ver MARX; ENGELS, *The German Ideology*, *passim*.

³ MARX, *Contribuição Para a Crítica da Economia Política*, pp. 28 e 29.

Entre as diversas exposições apresentadas por Marx para sua concepção da história, podem ser encontradas diferenças. Nas primeiras formulações, o conceito de relações de produção ainda não estava presente, ocupando seu lugar a noção de relações de intercâmbio.⁴ Este termo, que remete mais à esfera da circulação do que à da produção, reflete, no âmbito de sua concepção da história, o peso que Marx atribuía em suas primeiras críticas da sociedade burguesa ao sistema de mercado. Nelas, também, quando Marx trata da relação entre capitalistas e proletários, refere-se sempre ao fato de que estes últimos vendem aos primeiros o seu trabalho e faz menção ao preço do trabalho.⁵

Considerando-se a sociedade burguesa primordialmente como um sistema de mercado, justifica-se falar da venda de trabalho.⁶ O deslocamento paulatino do foco da análise de Marx para uma investigação em profundidade da própria esfera da produção capitalista levou primeiro à substituição das relações de intercâmbio pelas de produção e, posteriormente, à formulação dos conceitos mais acurados de força de trabalho e valor e preço da força de trabalho. Se a primeira inflexão teórica pode ser percebida já no *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1948, a segunda terá que esperar a redação dos manuscritos produzidos entre 1857 e 1858, mas que permaneceram inéditos durante a vida de Marx e só vieram a ser publicados a partir de 1939, com o nome de *Grundrisse*.

O ponto acima serve para ilustrar a imbricação existente entre a concepção da história de Marx e sua teoria econômica, voltada para a compreensão do capitalismo: por um lado, este é concebido historicamente, constituindo apenas uma fase de desenvolvimento específica entre as várias que o estudo da história permite discernir; por outro lado, o amadurecimento das reflexões sobre o capitalismo, que sempre constituiu o objeto central da investigação de Marx, repercute sobre sua

⁴ O vocábulo alemão *Verkehr* foi traduzido por *intercourse* na edição em inglês consultada de *A Ideologia Alemã* (ver MARX; ENGELS, *The German Ideology, passim*). Em português ele foi traduzido por intercâmbio (MARX; ENGELS, *A Ideologia Alemã, passim*). Em espanhol é possível encontrá-lo traduzido por *comercio*, na versão para essa língua da carta de Marx a P. V. Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, incluída na edição de *Miseria de la Filosofía*. Nessa carta, em que, ao lado de *A Ideologia Alemã*, pode ser encontrada uma das primeiras formulações de Marx a respeito de sua concepção da história, o autor chama a atenção para o sentido amplo em que o vocábulo *Verkehr* é empregado (Ver MARX, *Miseria de la Filosofía*, p. 134).

⁵ Ver, por exemplo, MARX; ENGELS, *Manifeste du Parti Communiste*, p.40.

⁶ Ver, a respeito, Martín NICOLAUS, *El Marx Desconocido*. In: MARX, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: Grundrisse*, p. xvii.

concepção da história, modelando inclusive as categorias que permitem fundamentá-la.

Outra diferença que pode ser apontada entre os vários textos que tratam de sua concepção sobre a história diz respeito exatamente ao estabelecimento de suas distintas fases ou etapas, ou seja, à periodização histórica que essa concepção implica.⁷ Na *Ideologia Alemã*, etapas caracterizadas por distintas formas de propriedade são associadas a diversos graus de desenvolvimento da divisão social do trabalho. As etapas predecessoras da propriedade burguesa aí apresentadas correspondem à propriedade tribal, à propriedade comunal e estatal antiga e à propriedade feudal ou estamental.⁸ Já no *Prefácio* de 1859, escrito após um maior acúmulo de estudos, faz-se menção também à existência do modo de produção asiático.⁹

A respeito dessa questão os *Grundrisse* também se constituem numa referência fundamental, pois é nele que pode ser encontrada a mais rica e detalhada discussão de Marx sobre a questão da periodização histórica.¹⁰ Aí, além da presença do modo de produção asiático, que seria mantida no *Prefácio* de 1859, como visto acima, encontram-se menções às formas de organização social germânica e eslava, não incluídas naquele texto.¹¹ Além disso, essas duas formas, ao lado da asiática e antiga, aparecem todas como desdobramentos possíveis decorrentes da dissolução dos primitivos laços comunitários tribais. Assim, quebra-se nesse texto a percepção meramente seqüencial das formas de organização social, que uma abordagem sucinta como a contida no *Prefácio* de 1859 de certo modo induz.

⁷ Para uma ampla comparação entre as diferentes periodizações das formações econômicas e sociais encontradas na obra de Marx, ver HOBBSBAWM, *Introdução*. In: MARX, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, pp. 29 a 39. Esse texto de Marx, usualmente referido como *Formen*, corresponde a uma parte do terceiro e último capítulo do primeiro volume dos *Grundrisse*..

⁸ MARX, *The German Ideology*, pp. 38 a 41.

⁹ MARX, *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, p. 29. A referência ao despotismo asiático pode ser encontrada desde as primeiras obras de Marx, como a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, mas o termo refere-se mais à sua determinação política, não servindo de base para a caracterização de um modo de produção específico.

¹⁰ Ver MARX, *Elementos Fundamentais Para la Crítica de la Economía Política: Grundrisse*, v. 1, pp. 433 a 477. Essa parte dos *Grundrisse*, conhecida como *Formen*, é a referida na nota 7, acima.

¹¹ Embora a redação do *Prefácio* de 1859 seja posterior à redação das *Formen*, a menção à periodização histórica contida no *Prefácio* possui um conteúdo significativamente mais restrito do que é possível encontrar no outro texto. Isso, no entanto, decorre do caráter necessariamente mais sintético do *Prefácio* e não de um eventual recuo de Marx em relação aos desenvolvimentos teóricos apresentados nas *Formen*.

Portanto, uma correta apreciação da concepção marxista da história deve partir tanto do reconhecimento de que a especificação de fases de desenvolvimento é um processo em aberto, condicionado pela evolução da pesquisa histórica, e não a imposição à história real de qualquer esquema de classificação *a priori*, quanto da rejeição de todo determinismo estreito que afirme a invariabilidade do padrão de sucessão dessas fases ou a validade de sua aplicação uniforme a todas as regiões do mundo. Além disso, a própria delimitação temporal entre as fases deve ser encarada mais através de uma perspectiva analítica do que estritamente cronológica. Afinal, como afirma o próprio Marx, ao discutir a transição da manufatura para a grande indústria, “linhas fronteiriças abstratamente rigorosas separam tão pouco as épocas da sociedade quanto as da história da terra”.¹²

Assim, se é válido falar de fases de desenvolvimento enquanto totalidades suficientemente caracterizadas, o que pressupõe a adoção de critérios a partir dos quais a ruptura entre fases seja teoricamente estabelecida, isso não implica negar a continuidade inerente ao processo histórico. O estudo concreto de uma dada formação econômica poderá revelar em seu interior a coexistência dos atributos que a singularizam, tanto com os traços remanescentes de formações passadas, quanto com elementos que, apontando para mais além dela própria, prefiguram uma formação futura.

Numa tal concepção da história deve ocupar lugar de destaque, evidentemente, a discussão a respeito dos fatores causais responsáveis pelo dinamismo de cada forma de organização social e pela transição entre formas distintas. No fragmento de texto acima citado, extraído do *Prefácio* de 1859, Marx vincula as transições à ocorrência de revoluções sociais, sendo estas entendidas como o desfecho da crescente contradição manifestada entre forças produtivas, que tendem a se desenvolver, e relações de produção, que impõem limites a essa tendência. Assim, é conferida uma ênfase absoluta a fatores endógenos na determinação do dinamismo inerente a cada forma de organização social e dos motivos que levam à sua superação e à criação de uma formação nova.

¹² *O Capital*, I, tomo.2, p.5.

No entanto, a pretensa generalidade dessa formulação contrasta com algumas observações mais precisas apresentada pelo próprio Marx em outros pontos de sua obra. No caso da conquista de um povo por outro, por exemplo, ele aponta três variantes possíveis para a organização social da produção do povo conquistado: a manutenção de seu modo de produção, com a imposição de tributos pelos conquistadores; a transição para o modo de produção dos conquistadores; ou a ocorrência de uma síntese, incorporando elementos herdados de ambos os modos de produção.¹³ Nos três casos, a mudança verificada não pode ser reduzida a um modelo explicativo meramente endógeno, a não ser num sentido muito genérico, de que a fragilidade relativa do povo conquistado diante do conquistador deve ser buscada no modo específico como se organiza sua produção material. Mais significativamente ainda, diversas observações de Marx e Engels sobre o modo de produção asiático permitem caracterizá-lo como essencialmente estático, no duplo sentido de ser pouco propício à evolução e altamente resistente à desintegração, a não ser quando posto em contato com as forças dissolventes do mercado, que o transformariam de fora para dentro.¹⁴ Perde-se, aí, toda noção de dinamismo interno, pelo menos tal como sugerido pelo *Prefácio*.

Assim, também com relação aos fatores responsáveis pela evolução das diversas formações sociais e das transições entre elas, a concepção da história, tal como apresentada no *Prefácio*, deve ser entendida como o que de fato é: uma generalização expressa de uma maneira necessariamente abstrata, que só adquire plena força explicativa na medida em que venha a ser complementada pelo estudo concreto que o entendimento de cada modo de produção específico requer. E esse tipo de abordagem, no que diz respeito ao próprio Marx, só foi realizado em relação ao capitalismo, e mesmo assim contemplando apenas seus traços mais gerais. Evidentemente existem, no conjunto de sua obra, diversas passagens dedicadas ao estudo das várias formações sociais pré-capitalistas, mas nenhuma delas é objeto de um estudo amplo e sistemático.¹⁵

¹³ MARX, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: Grundrisse*, p. 18.

¹⁴ Ver, por exemplo, MARX, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: Grundrisse*, p. 435 ss.

¹⁵ No caso do feudalismo europeu isso é particularmente relevante, já que foi dele que emergiu o capitalismo. As observações de Marx a respeito daquele modo de produção suscitaram diversas interpretações a respeito de quais

Se a formação capitalista é a única, entre as várias fases de desenvolvimento que sua concepção da história supõe, estudada em profundidade pelo próprio Marx, ela também é a que melhor ilustra a aplicação dos conceitos constituintes daquela concepção, particularmente no que diz respeito ao estabelecimento de seu dinamismo interno. Se o modo de produção asiático era concebido por Marx como essencialmente estático, a tendência à permanente transformação é considerada inerente à existência do modo capitalista de produção. Como ele e Engels afirmam no Manifesto do Partido Comunista,

“A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção e, com elas, o conjunto das relações sociais. A manutenção imutável do antigo modo de produção era, ao contrário, para todas as classes industriais anteriores, a condição primeira de sua existência. O revolucionamento contínuo da produção, o constante abalo de todo o sistema social, esta agitação e esta incerteza perpétuas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais, coaguladas e cobertas de ferrugem, com seu séqüito de concepções e idéias antigas e veneráveis e as que as substituem envelhecem antes mesmo de poderem se consolidar. Tudo que tinha solidez e permanência se esfuma, profana-se tudo que era sagrado, e os homens são enfim forçados a encarar sem ilusões suas condições de existência e suas relações recíprocas”.¹⁶

É com base nessa concepção dinâmica do sistema capitalista que Marx afirma, no prefácio à primeira edição de *O Capital*, que a finalidade última de sua obra é “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”.¹⁷ Ou seja, trata-se de captar teoricamente os elementos que permitem compreender sua tendência à transformação permanente e cuja evolução cria, pelo menos potencialmente, as condições para a sua superação. Essa perspectiva conduz a um método de investigação que nem se confunde com uma abordagem histórico-descritiva, nem se reduz ao esquema hipotético-dedutivo, em que as conclusões emergem apenas como formas transmutadas de um conteúdo que nas premissas já se encontra implícito.

seriam as suas contradições básicas e como elas levaram ao desenvolvimento das relações de produção características da sociedade burguesa. Parte significativa desse debate teve origem com a publicação do livro de Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*, em 1945.

¹⁶ MARX; ENGELS, *Manifeste du Parti Communiste*, p. 37.

¹⁷ MARX, *O Capital*, I, tomo 1, p. 19.

Para Marx, a análise das formas econômicas impõe a utilização da faculdade de abstrair enquanto instrumento que possibilita partir do concreto dado, fonte primária de todas as intuições e representações, descer às suas determinações mais simples, e depois retornar ao concreto, reproduzindo-o como concreto pensado, como a “síntese de múltiplas determinações”.¹⁸ Nesse movimento entre o concreto imediato e o concreto mediato, ou seja, entre a moderna sociedade burguesa tal como ela está dada na realidade e na mente, as categorias econômicas que o pensamento constrói não são arbitrárias, mas são antes a expressão de “formas de ser, determinações de existência”.¹⁹ Desse modo, o método de investigação, para Marx, não pode ser entendido como algo que se defronte com seu objeto numa relação de exterioridade, como se concebido a priori, mas, ao contrário, é algo cuja natureza é determinada pela do próprio objeto; o método subsume-se no objeto.

Isso também implica que entre as categorias econômicas estabelece-se uma hierarquia, uma ordem não arbitrária de relevância teórica, determinada pelas subordinações existentes, no objeto, entre as relações que elas expressam. Assim, essa hierarquia nem se reduz ao mero encadeamento lógico dado pela ordem crescente da complexidade intrínseca das categorias, nem corresponde à simples sucessão temporal de seu surgimento ou dominância dentro do processo histórico.²⁰ No caso da sociedade burguesa, a centralidade do capital enquanto relação implica a sua centralidade enquanto categoria: o capital deve constituir o ponto de partida e o ponto de chegada da investigação.

Diferente é a perspectiva adotada no caso da exposição da teoria já constituída, que requer um método diferente do utilizado no processo de investigação.²¹ O nexos que se estabelece entre as categorias na ordem do discurso é distinto do que se estabelece entre elas na ordem do real e de sua conseqüente transposição no pensamento. Enquanto esse nexos, no contexto da investigação, era determinado por relações de subordinação que refletiam, no mundo das categorias, subordinações presentes de fato no âmbito do real, agora ele refere-se mais ao nexos

¹⁸ MARX, *Elementos Fundamentales Para la Critica de la Economía Política: Grundrisse*, I, p. 21.

¹⁹ MARX, *Elementos Fundamentales Para la Critica de la Economía Política: Grundrisse*, I, p. 27.

²⁰ Ver MARX, *Elementos Fundamentales Para la Critica de la Economía Política: Grundrisse*, I, pp. 28 e 29.

²¹ Ver o Posfácio à segunda edição, In: MARX, *O Capital*, I, tomo 1, p. 26.

interno que existe entre as próprias categorias, dentro da teoria enquanto discurso ordenado. O método de exposição também pressupõe um movimento de concretização das categorias, mas agora de um modo que pode ser mais facilmente assimilado a um processo de desdobramento lógico.

Dado esse processo, coloca-se a questão de saber se o encadeamento que ele estabelece entre as categorias também corresponde, em alguma medida, à sucessão temporal que entre elas se verifica no curso da história. Num sentido estrito, a resposta é negativa. A categoria valor, por exemplo, é introduzida por Marx no contexto da produção simples de mercadorias, ou seja, de uma sociedade caracterizada pela generalização das trocas mercantis, mas onde não existe ainda o capital enquanto relação. Historicamente, no entanto, só sob as condições em que essa relação não apenas estava presente como era dominante, é que as trocas mercantis adquiriram a generalidade que permite conferir à categoria valor e às suas implicações o seu pleno significado. Assim, a transição da produção simples de mercadorias para a produção em bases capitalistas, conforme apresentada por Marx, responde muito mais às necessidades lógicas da exposição do que à explicitação do verdadeiro encadeamento histórico verificado entre etapas do desenvolvimento econômico.

No entanto, num sentido menos rigoroso, pode ser estabelecido um paralelo entre a passagem das categorias mais simples às mais concretas no plano da lógica e a sua efetiva sucessão no plano da história. Como afirma Marx,

"[...] as categorias simples expressam relações nas quais o concreto não desenvolvido pôde ter-se realizado sem haver ainda estabelecido a relação ou vínculo mais multilateral que se expressa espiritualmente na categoria mais concreta; enquanto que no concreto mais desenvolvido essa mesma categoria mantém-se como relação subordinada. O dinheiro pode existir e existiu historicamente antes que existisse o capital, os bancos ou o trabalho assalariado. Desde esse ponto de vista, pode afirmar-se que a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações essas que já existiam historicamente antes que o todo se desenvolvesse no sentido expresso por uma categoria

mais concreta. Só então o caminho do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real".²²

Se o método de investigação, enquanto processo constituinte da teoria, tem a pretensão de captar a essência dinâmica do capitalismo, sua lei de movimento, o método de exposição, responsável pela expressão enquanto discurso da teoria já constituída, tem que ser capaz de refletir esse dinamismo; ou seja, de construir um tempo lógico que permita à teoria econômica representar internamente o tempo histórico de seu objeto. Isso, evidentemente, não se dá no plano em que as categorias existem meramente justapostas, defrontando-se umas com as outras como entidades isoladas. E, sendo o método de exposição caracterizado por um encadeamento entre categorias, das mais simples às mais concretas, que só no sentido tênue acima exposto pode espelhar sua sucessão histórica, tampouco se dá no plano em que essa sucessão se afirma. A construção lógica do tempo pressupõe a articulação complexa de diversas categorias em distintos planos analíticos, cada um deles representando um recorte particular do tempo vivenciado pelo objeto, mas todos eles interligados e condicionando-se mutuamente.

Na seqüência do capítulo são apresentados cinco planos analíticos de construção lógica do tempo que podem ser extraídos da obra de Marx, sem pretensão de exaurir o conjunto de possibilidades que ela contém.

1.2. Lei do valor e reprodução social do capital

A ordem social capitalista, ao contrário das anteriores, é baseada na inexistência de vínculos de subordinação pessoal direta entre indivíduos e nela as decisões de produção são tomadas no âmbito de unidades formalmente independentes, entre as quais não se estabelece qualquer coordenação *a priori*. Nessas condições, coloca-se naturalmente a questão de saber como é assegurada a sua coesão social global e como é regulado o conjunto de sua atividade produtiva, de modo que seja garantida a própria continuidade dessa ordem social. A solução

²² MARX, *Elementos Fundamentales Para la Critica de la Economía Política: Grundrisse*, I, p. 23.

apresentada por Marx baseia-se nos conceitos articulados de lei do valor e reprodução social do capital.

A lei do valor é apresentada em dois níveis de abstração, correspondendo o primeiro à chamada produção simples de mercadoria, em que a sociedade é concebida como um conjunto de produtores privados independentes, cada um dos quais é proprietário de seus meios de produção; e, o segundo, à produção de mercadorias em bases capitalistas, em que a propriedade dos meios de produção é atributo de um grupo específico de indivíduos, perante os quais os demais se defrontam como simples vendedores de sua força de trabalho. No caso da produção simples de mercadorias, a manifestação mais superficial da lei do valor refere-se à regulação dos preços de mercado das distintas mercadorias pelos seus respectivos valores, sendo que o valor de cada uma delas é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, ou seja, aquele que é requerido para produzi-la “[...] nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho”.²³ Esse tempo de trabalho socialmente necessário compreende tanto o trabalho diretamente empregado na produção de uma mercadoria, quanto o trabalho indireto, que lhe é transferido a partir dos meios de produção consumidos em seu processo produtivo. No caso em que a produção individual de um valor de uso qualquer viesse a implicar a utilização de um tempo de trabalho superior à média socialmente estabelecida, esse excesso de tempo não contaria como tempo de trabalho necessário e não agregaria valor à mercadoria.

Numa situação hipotética em que as quantidades produzidas dos diversos valores de uso correspondessem às suas respectivas necessidades sociais, as relações entre os seus preços de mercado corresponderiam às relações existentes entre seus valores. Se, ao contrário, algum valor de uso vier a ser produzido numa quantidade que supere a demanda total por ele existente, o trabalho empregado na produção da quantidade excedente não contará como trabalho socialmente necessário, ainda que, na produção desse excesso, tenha sido utilizado um trabalho com força produtiva correspondente à média social. Ou seja, existem dois aspectos

²³ MARX, O Capital, I, v.1, p. 48.

a considerar na definição do tempo de trabalho socialmente necessário: um remete à comparação da força produtiva do trabalho empregado na produção de um valor de uso qualquer com o grau médio dessa força produtiva, socialmente determinado; o outro refere-se a comparação do volume de trabalho que a sociedade globalmente emprega na produção de um valor de uso qualquer, com a magnitude da demanda social efetivamente existente por esse valor de uso.

No caso de haver uma discrepância entre a quantidade produzida e a necessidade social solvente, os preços de mercado dos valores de uso produzidos em excesso tenderiam a se situar num nível inferior ao seu valor e, reciprocamente, num nível superior ao valor, quando se tratasse de valores de uso produzidos em menor quantidade do que a demanda existente. Numa situação de livre mobilidade do trabalho entre as distintas esferas da produção, a defasagem entre preços de mercado e valores levaria a um deslocamento de parte do trabalho empregado nas atividades cujos produtos obtivessem preços inferiores aos valores para aquelas em que ocorresse o contrário. A redução da quantidade produzida nas primeiras atividades e o aumento nas últimas, em decorrência do fluxo de trabalho verificado entre elas, atuaria no sentido de corrigir as discrepâncias originalmente verificadas entre preços de mercado e valores.

Esse movimento de regulação dos preços de mercado pelos valores é resultado da atuação da lei do valor. Mas, como foi dito acima, é o seu resultado mais superficial. O princípio mais profundo subjacente a essa regulação, e determinando-a, é a distribuição do volume total de trabalho da sociedade entre as distintas atividades produtivas. E, deve ser enfatizado, no caso da produção simples de mercadorias que se está analisando, a própria distribuição dos meios de produção entre as várias atividades econômicas aparece como um resultado derivado da distribuição de trabalho, que a lei do valor regula.

No caso da produção de mercadorias em bases capitalistas, a operação da lei do valor é modificada. Esse modo de produção pressupõe, em sua determinação mais simples, a existência de uma polaridade social entre proprietários de meios de produção e simples proprietários de força de trabalho, que a vendem aos primeiros. Estes, de posse dos fatores objetivos e subjetivos do processo de produção,

combinam-nos de uma forma específica, apropriada à produção de um determinado valor de uso, sendo seu objetivo a obtenção de lucro, ou seja, de uma mais-valia ou excedente de valor sobre o montante do capital adiantado para a aquisição de meios de produção e força de trabalho.

A razão entre essa mais-valia e o montante do capital adiantado é a taxa de lucro e volumes iguais de capital deveriam gerar a mesma taxa de lucro, independentemente do setor em que fosse aplicado. No entanto, supondo que seja uniforme na sociedade a taxa de mais-valia, dada pela razão entre a mais-valia produzida num setor e o capital variável nele empregado para a aquisição de força de trabalho, se as mercadorias são vendidas por seu valor, a taxa de lucro deverá necessariamente variar entre setores, a menos que a composição orgânica do capital seja homogênea entre eles.²⁴ Como esta composição, dada pela razão entre o capital constante e o capital variável aplicado em cada setor, é a expressão em valor da composição técnica do capital, dada pela relação entre os volumes de meios de produção e de trabalho ali empregados, ela deverá refletir, na disparidade verificada em sua magnitude entre os diversos setores da atividade econômica, a heterogeneidade inerente aos respectivos processos de trabalho.

Assim, para que a taxa de lucro possa ser igualada entre setores, de modo a que se gere uma taxa média de lucro, é necessário que as diversas mercadorias sejam vendidas não por seus valores, mas por aquilo que Marx denomina seus preços de produção.^{25, 26} Estes, que estarão acima dos valores nos setores que

²⁴ A uniformidade da taxa de mais-valia baseia-se na hipótese implícita de existência de plena mobilidade setorial e regional da força de trabalho. O deslocamento de trabalhadores dos setores ou regiões onde vigora uma maior taxa de mais-valia para os setores ou regiões onde ela é mais reduzida geraria uma tendência à homogeneização setorial e regional do grau médio de exploração da força de trabalho. Os empecilhos práticos à plena mobilidade da força de trabalho provocam a existência de disparidades locais entre as taxas de mais-valia. Ver MARX, *O Capital*, III, v.1, 129.

²⁵ A formação de uma taxa de lucro média entre setores não implica que, dentro de cada setor, a taxa de lucro seja uniforme. Ao contrário, ela apresentará uma dispersão em torno ao seu valor médio, determinada pelas disparidades verificadas entre as condições técnicas das diversas firmas do setor. Mais precisamente, ela será determinada pelas diferenças entre o valor individual da mercadoria produzida por cada firma do setor e o preço de produção do setor como um todo. Nas considerações aqui apresentadas sobre a taxa de lucro estão sendo desconsiderados diversos aspectos, como a diversidade de períodos de rotação do capital, a diferença entre o capital adiantado total e o que efetivamente se deprecia ao longo de um período de produção dado etc.

²⁶ A transformação de valores em preços de produção é um dos aspectos da obra de Marx que suscitou mais controvérsias, devido à forma como essa transformação foi apresentada pelo autor: apenas os produtos têm seus valores transformados em preços de produção, enquanto os insumos são computados em termos de valor. A controvérsia surge com base na constatação que os insumos utilizados por um setor são produtos de outro, cuja contabilização deveria ser feita também em termos de preços de produção. Ver, a respeito, FOLEY,

possuírem uma composição orgânica do capital superior à média social e abaixo deles no caso oposto, fornecerão o patamar em torno do qual se dará a flutuação dos preços de mercado. Caso a demanda existente pelo produto de um setor seja superior à quantidade que dele é produzida, o seu preço de mercado se elevará em relação ao seu preço de produção, fazendo com que a taxa de lucro aí obtida supere a taxa de lucro média. Caso tenhamos uma situação inversa, com demanda aquém da oferta, o preço de mercado cairá abaixo de seu preço de produção e, conseqüentemente, a taxa de lucro desse setor ficará abaixo da taxa de lucro média. A coexistência de distintas taxas de lucro entre setores fará com que o capital, suposta sua plena mobilidade, se desloque dos setores de taxas mais baixas para os de taxas mais altas, reduzindo a oferta nos primeiros e elevando-a nos últimos. Desse modo, a causa inicial da disparidade entre preços de mercado e preços de produção tenderá a ser corrigida e a disparidade entre taxas de lucro a ser eliminada.

Portanto, a lei do valor manifesta-se na produção capitalista de mercadorias como a regulação dos preços de mercado pelos preços de produção ou pela convergência das distintas taxas de lucro para uma taxa de lucro média. Subjacente a essa manifestação encontra-se o processo de distribuição do capital social pelos diversos segmentos da atividade produtiva. Se, na produção simples de mercadorias, a distribuição do trabalho social era o fato primordial, sendo a distribuição dos meios de produção entre setores um fato derivado, agora tanto a distribuição destes quanto a do próprio trabalho reduzem-se a efeitos decorrentes da forma como o capital é alocado em escala social.

O mecanismo da lei do valor remete ao conceito de reprodução do capital. Este, quando aplicado a um capital individual, refere-se simplesmente à reconversão do valor do produto que surge como resultado de seu emprego nos elementos que permitem o reinício do processo. Isso pode se dar na mesma magnitude do processo original – caso da reprodução simples – ou numa dimensão ampliada, quando parte

Understandig Capital: Marx Economic Theory, pp. 97 a 104. Essa controvérsia, que passou à literatura como o problema da transformação, não será aqui abordada, com exceção de um único aspecto: o de saber se ao problema lógico da transformação corresponde um problema histórico, associado à transição de uma fase de produção simples de mercadorias para uma em que sua produção é realizada em bases capitalistas. Ou seja, trata-se da validação ou não da hipótese de existência de um período histórico específico caracterizado pela produção simples de mercadoria em larga escala..

da mais-valia gerada é utilizada para aumentar os volumes de capital constante e variável empregados. Quando aplicado ao capital social total, o conceito de reprodução tem que levar em conta o necessário entrelaçamento verificado entre os processos de circulação dos distintos capitais individuais, de modo que a possibilidade de reprodução não pode aqui ser simplesmente pressuposta, cabendo analisar as condições que a tornam possível.

Essas condições são de três ordens distintas. Em primeiro lugar, é necessário que ocorra uma compatibilização qualitativa e quantitativa entre os valores de uso produzidos e demandados por cada setor da atividade econômica. Em segundo lugar, é necessário que essa compatibilização também se expresse no plano quantitativo das magnitudes de valor. Essa condição, quando a diversidade dos setores da atividade econômica é reduzida a dois departamentos, um produzindo os bens de produção, o outro os de consumo, dá origem aos famosos e controversos esquemas de reprodução apresentados no livro II de *O Capital*, e às relações quantitativas que devem ser obedecidas entre os componentes do valor total do produto de cada departamento. O atendimento simultâneo e rigoroso dessas duas primeiras condições caracterizaria uma situação que poderia ser denominada de reprodução equilibrada. Finalmente, a terceira condição para que a reprodução seja viabilizada diz respeito à manutenção das bases sociais sobre as quais se assenta o sistema capitalista. Se este toma como pressuposto a existência de uma contraposição entre proprietários de meios de produção e proprietários de força de trabalho, a continuidade do sistema só será assegurada na medida em que seu funcionamento venha a reproduzir permanentemente aquela contraposição.

Se a lei do valor pudesse ser encarada como um mecanismo automático de correção de desajustes ou, mais precisamente, se esses desajustes fossem inexistentes, a reprodução equilibrada do sistema capitalista estaria assegurada. Ou seja, se houvesse um equilíbrio permanente entre a oferta e a demanda de todos os bens produzidos na economia, tanto em termos de valores de uso, quanto em termos de valores, de modo que os preços de mercado coincidissem permanentemente com os preços de produção e a taxa média de lucro surgisse como fator de remuneração proporcional de todos os capitais, estariam satisfeitas as condições que caracterizam a reprodução equilibrada. Além disso, o recebimento

pelos trabalhadores de uma contrapartida pela sua força de trabalho vendida equivalente ao seu valor, que se resume no valor de uma série de itens de consumo, faria com que, após o consumo desses itens, eles tivessem de se apresentar novamente no mercado como vendedores de força de trabalho. E, reciprocamente, a obtenção pelos capitalistas de um lucro dado pela incidência da taxa média sobre o capital adiantado, reperia continuamente sua capacidade de aquisição de meios de produção e força de trabalho, de modo que os pressupostos sociais do sistema também estariam garantidos.

Certamente tais suposições rígidas não podem ser aceitas como princípios que rejam o funcionamento do sistema capitalista; e nada está mais distante do pensamento de Marx do que concebê-lo como um sistema em que a obtenção continuada do equilíbrio entre suas partes componentes, em qualquer sentido rigoroso que se atribua ao termo, possa ser considerada a norma. Ao contrário, a norma consiste exatamente na ocorrência permanente de desequilíbrios, de magnitude e relevância variáveis, entre demanda e oferta dos diversos produtos, entre seus preços de mercado e seus preços de produção, entre as diversas taxas de lucro setoriais e a taxa de lucro média da economia. Por outro lado, a sistemática ocorrência desses desequilíbrios não implica a impossibilidade da reprodução do sistema capitalista, o que, de resto, é demonstrado pelo fato trivial de sua existência continuada.

É exatamente através desses desequilíbrios que opera o princípio de regulação do sistema capitalista. Disparidades setoriais entre demanda e oferta provocam discrepâncias entre preços de mercado e preços de produção, que se refletem na dispersão das taxas de lucro setoriais em torno ao seu valor médio. As diferenças entre as taxas de lucro atuam como sinalizadores que balizam a mobilidade intersetorial do capital – e logo do trabalho –, que tende a corrigir o desequilíbrio inicial, assegurando a permanência de sua reprodução. No entanto, a situação inicial é continuamente repostada pela ocorrência de novos desequilíbrios, o que constitui a regra num sistema em que as decisões de produção são tomadas autonomamente de forma descentralizada. Assim, a reprodução do sistema é assegurada, mas sempre por intermédio de um princípio de regulação – a lei do valor – que atua como lei cega, *a posteriori*, fazendo com que sistematicamente uma parte do valor das

mercadorias não se realize e, em última instância, que uma parte do trabalho total efetuado não se legitime no mercado como trabalho socialmente necessário.

No próximo tópico será visto como, do cerne mesmo da reprodução teoricamente concebida, emergem leis que permitem a representação da passagem do tempo como manifestação de determinadas tendências.

1.3. Tendências decorrentes da acumulação capitalista

Conforme aponta Anwar Shaikh, a argumentação apresentada por Marx a respeito das leis de movimento do sistema capitalista menciona recorrentemente a coexistência de tendências que atuam num determinado sentido e tendências contrapostas que atuam no sentido reverso. Daí não se deve concluir, no entanto, que essas forças antagônicas operem num mesmo plano de relevância, de modo que o resultado de sua atuação conjunta permaneça indefinido e submetido às contingências que caracterizam cada momento histórico. Ao contrário, segundo o autor, a concepção de Marx sobre a questão é marcada pela clara percepção de que existem tendências dominantes que se impõem sobre as tendências subordinadas contrapostas, definindo inclusive os limites de sua atuação. Assim, “uma lei surge precisamente porque existe uma tendência dominante”.²⁷

Numa teoria que em que o conceito de equilíbrio possua um papel constitutivo central, há modos diversos de introduzi-lo: ele pode aparecer vinculado a uma noção de estado que exclui a idéia de processo, negando liminarmente à teoria que o contém a possibilidade de representação interna do fluxo do tempo; ou o equilíbrio surge como configuração que permite representar parametricamente o tempo sob uma perspectiva de reversibilidade, de modo que seu caráter unidirecional se perde; ou, ainda, esse caráter é preservado, mas o tempo teórico possui uma espécie de “final”, uma vez que o equilíbrio surge como ponto de convergência resultante de forças em conflito, que permanece inalterado após ser atingido, a menos que

²⁷ SHAIKH, *Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política*, pp. 50 e 51.

intervenham fatores externos à teoria que o define. Nenhuma dessas perspectivas pode, evidentemente, servir de base à construção de um tempo teórico que guarde qualquer correspondência com o tempo histórico.

O conceito de reprodução elaborado por Marx, ao rejeitar a idéia de equilíbrio, enfatiza a recorrência de situações de desequilíbrio que desencadeiam forças cuja resultante induz transformações do sistema capitalista num sentido que pode ser teoricamente estabelecido e empiricamente cotejado com a realidade da evolução histórica desse sistema. É nesse sentido que se pode afirmar que o tempo lógico espelha o tempo histórico. Na seqüência são apresentadas diversas tendências do sistema capitalista que podem ser enquadradas dentro da concepção de lei acima citada e que permitem conferir ao tempo lógico, teoricamente construído, um caráter unidirecional.

A reprodução simples de um capital qualquer implica a manutenção constante de sua magnitude ao início de cada período produtivo, uma vez que a mais-valia produzida em cada um deles, após ser realizada na forma-dinheiro, é ao seu término retirada do circuito do capital e convertida em gastos de consumo. Essa possibilidade, no entanto, é utilizada por Marx mais como exemplo ilustrativo da idéia de reprodução em sua forma menos complexa ou mais abstrata, que serve para lançar luz sobre o seu núcleo conceitual, do que como modelo propriamente representativo da reprodução capitalista que encontre suporte na evidência empírica. A forma típica da reprodução capitalista é a reprodução ampliada ou reprodução com acumulação, em que, deduzida a parcela da mais-valia que se converte em gastos de consumo do capitalista, uma outra parcela é sistematicamente reintroduzida no circuito do capital, ampliando a quantidade de meios de produção e força de trabalho postos em movimento.

A essa ampliação do volume dos meios de produção em mãos do proprietário do capital, com a conseqüente ampliação do volume de força de trabalho que esses meios podem empregar, Marx denomina concentração do capital, que se constitui numa de suas tendências mais típicas. Associada a ela, uma outra tendência corre em paralelo: como a concentração do capital implica a expansão de sua escala de operação, e essa expansão, via de regra, apresenta efeitos técnico-materiais que se

refletem na ampliação da força produtiva do trabalho empregado, a concentração de capital num setor implica aí a ampliação da escala mínima de operação que tenha viabilidade competitiva. Tem-se, assim, a tendência à imposição de um crescente limite ao volume mínimo de recursos monetários que pode de fato operar num setor como capital.

A concentração do capital ainda traz junto consigo uma outra tendência, de crescimento do número de capitais funcionando de forma autônoma, seja pela fragmentação de capitais já concentrados que ocorre na partilha de fortunas, seja pela inversão de parte daquele capital em outras empresas. No entanto, contrapõe-se a ela, sobrepujando-a, a tendência à centralização do capital. Ao contrário da mera concentração, que remete à idéia de um capital que se expande gradualmente, trata-se aqui da centralização brusca da propriedade e controle de diversos capitais já constituídos e concentrados, que tem na concorrência entre capitalistas e no desenvolvimento do sistema de crédito seus principais estímulos.²⁸

A concorrência entre capitalistas expressa-se na constante luta de cada um deles pelo rebaixamento do valor individual de seu produto em relação ao seu valor social – ou seja, pela elevação da força produtiva do trabalho empregado acima de seu grau médio setorial – o que possibilita a obtenção de uma mais-valia extra, dada pela venda do produto acima de seu valor individual. E, pelo menos uma parte da massa total de capitais que são derrotados nesse processo, acaba tendo sua propriedade e controle adquiridos pelos capitalistas mais bem sucedidos na tentativa de elevação da força produtiva do trabalho. Quanto ao sistema de crédito, que nas fases iniciais da produção capitalista apresentava um papel meramente auxiliar no processo de acumulação, adquire, com o desenvolvimento do capitalismo, uma importância crescente: transforma-se num importante mecanismo tanto para o financiamento das inovações que permitem elevar a produtividade do trabalho – e, logo, da concorrência –, quanto para o da transferência de propriedade dos capitais derrotados nesse processo,

²⁸ Ver MARX, *O Capital*, I, v.2, p. 187.

Do que foi dito sobre a concorrência infere-se outra tendência do sistema capitalista: a da transformação constante de sua base técnica, com a conseqüente elevação da força produtiva do trabalho. Se a concorrência interna à classe capitalista é um de seus motivos indutores, deve também ser destacada a concorrência entre classes, que contrapõe o conjunto dos capitalistas ao universo dos trabalhadores assalariados. A expansão da escala de operações do capital, que é inerente à sua acumulação, implica uma crescente demanda por mão-de-obra, suposta a manutenção da base técnica do processo produtivo. Essa demanda em expansão, caso supere o crescimento da força de trabalho como um todo, que decorre tanto da expansão demográfica, quanto da redução à condição de assalariados de produtores antes independentes, cria condições de venda da força de trabalho crescentemente favoráveis aos trabalhadores. No entanto, a decorrente elevação da relação salários / lucros desencadeia fortes estímulos à ampliação da composição técnica do capital, com reflexos no aumento da força produtiva do trabalho e na diminuição do volume de força de trabalho absorvido por unidade de meios de produção utilizada. Assim, a acumulação capitalista não deve ser entendida como a mera replicação em escala crescentemente ampliada do mesmo processo produtivo, mas sim, pelo menos a partir de um certo estágio de desenvolvimento, como o revolucionamento incessante desse processo, induzido pelos dois tipos de concorrência acima citados.²⁹

Do fato de que esse revolucionamento incessante do processo produtivo, seja qual for sua causa imediata, implica a substituição de trabalho vivo por trabalho objetivado em meios de produção, deduz-se uma outra tendência da produção capitalista: a de formação e manutenção de um exército industrial de reserva. Com a introdução desse conceito, Marx rompe com a dicotomia introduzida pela tradição clássica na determinação da taxa de salário, em que o ritmo da acumulação imperaria no curto prazo, mas no longo prazo os fatores demográficos deveriam se impor, forçando a convergência do salário para o nível de subsistência. E, ao romper com essa dicotomia, rompe com a própria ênfase excessiva que aquela tradição atribuía às variações populacionais absolutas na determinação do salário.³⁰ Para

²⁹ O estágio de desenvolvimento a que o texto se refere remete à idéia de subsunção real do trabalho no capital, que será retomada mais adiante, na discussão sobre periodização do capitalismo.

³⁰ Ver DOBB, *Os Salários*, pp. 96 a 103.

Marx, os efeitos da acumulação capitalista sobre o mercado de trabalho dão-se simultaneamente pelos lados da demanda e oferta de força de trabalho, adquirindo centralidade para a determinação de salários a superpopulação relativa que essa demanda e oferta conjuntamente determinam, ainda que não possam ser descartados os efeitos da superpopulação absoluta, demograficamente condicionada.

Duas considerações devem ser feitas a respeito do exército industrial de reserva. Em primeiro lugar, se sua formação e manutenção pode ser afirmada como tendência que decorre da estrutura lógica do argumento de Marx, o mesmo não pode ser dito a respeito de sua magnitude. Ou seja, não pode ser estabelecido, num plano puramente teórico, um sentido necessário para a variação dessa magnitude. Isso decorre da contradição existente entre a pressão para que o exército industrial de reserva se reduza, devido à crescente demanda por força de trabalho, determinada pela continuidade da acumulação, e a pressão no sentido oposto, decorrente da substituição de força de trabalho por meios de produção, que a mudança da base técnica implícita na acumulação acarreta. Assim, no que diz respeito à magnitude do exército industrial de reserva, a contraposição entre tendência e tendência contraposta parece deixar indeterminado o sentido que prevalece, ao contrário dos casos antes discutidos.

Essa indeterminação expressa-se, sob o ponto de vista empírico, na sucessão de fases de expansão e declínio do exército industrial de reserva, que parece tomar o conceito mais apropriado a uma representação do tempo sob a perspectiva de ciclo, em vez da de unidirecionalidade aqui adotada, que refere-se à sua formação e manutenção. E, de fato, as suas flutuações ocupam um lugar destacado nas argumentações de Marx a respeito do caráter cíclico da atividade econômica capitalista, sendo que um aspecto dessas flutuações será discutido no tópico seguinte, em conexão com o tema das crises.

A segunda consideração a ser feita sobre o exército industrial de reserva refere-se à pretensa tendência à pauperização absoluta dos trabalhadores, que seria induzida por sua existência. Embora alguns intérpretes de Marx extraiam essa conclusão de algumas passagens do capítulo XXIII do Livro I de *O Capital*, intitulado

“A Lei Geral da Acumulação Capitalista”, ela não é consistente com o conjunto da argumentação de Marx sobre a determinação dos salários.³¹ A mercadoria força de trabalho é singular pois seu valor é condicionado por fatores histórico-culturais, de modo que sua determinação não se subordina necessariamente a qualquer pretensa tendência de redução ao nível de subsistência. Em particular, as relações de força no âmbito da luta de classes são decisivas para a determinação do salário em cada circunstância histórica. Assim, a ampliação da exploração no capitalismo, que é um conceito relativo, não se confunde necessariamente com a ampliação da miséria, categoria absoluta. É esse ponto de vista que respalda teoricamente a enfática defesa feita por Marx da luta sindical para elevação de salários.³²

O processo de produção capitalista, para Marx, é uma unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. A tendência ao revolucionamento incessante de sua base técnica, expressa na elevação da composição técnica do capital, refere-se, evidentemente, ao processo de trabalho. Ela tem uma contrapartida em termos do processo de valorização na tendência à elevação da composição orgânica do capital.³³ Deve ser observado, no entanto, que embora os movimentos das composições técnica e orgânica do capital se dêem, segundo Marx, no mesmo sentido, eles não necessariamente se dão na mesma magnitude. Isso porque o crescimento da produtividade, além de se expressar num aumento relativo do volume de meios de produção comparado à força de trabalho empregada, expressa-se também numa redução do valor desses meios de produção, de modo que o aumento da composição orgânica retarda-se em relação ao da composição técnica.³⁴

³¹ Ver ROSDOLSKY, Génesis y Estructura de El Capital de Marx, pp. 332 a 343, para uma refutação teórica dessa pretensa tendência.

³² Ver, entre outros textos, a crítica de Marx à chamada “lei de bronze dos salários”, formulada por Lassale, que afirmava exatamente a inutilidade de o movimento operário tentar se contrapor à queda dos salários. MARX, *Critica del Programa de Gotha*

³³ A relação entre o capital constante e o capital variável empregado é denominada por Marx composição-valor do capital. Essa composição-valor, à medida que é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações é denominada composição orgânica do capital. Ver MARX, *O Capital*, p. 178.

³⁴ Esse ponto será retomado logo adiante, na discussão a respeito do barateamento dos elementos do capital constante como um dos fatores que contrabalançam a tendência de queda da taxa de lucro. Há uma extensa discussão na literatura marxista a respeito de se os movimentos das composições técnica e orgânica têm que necessariamente se dar no mesmo sentido, ou mesmo sobre se a questão pode ser posta em termos estritamente teóricos ou depende de evidências fatuais. Se esta última possibilidade for verdadeira, diferentes países, ou um mesmo país em diferentes momentos, poderiam apresentara resultados distintos quanto à relação existente entre a composição técnica e orgânica do capital. A relevância da questão decorre das suas implicações sobre a tendência de queda da taxa de lucro, que será discutida a seguir: se a tendência à elevação da composição técnica

Da tendência à elevação da composição orgânica do capital deduz-se uma outra, que era considerada por Marx a mais importante lei da moderna economia política: a tendência de queda da taxa de lucro. Na discussão apresentada no tópico anterior sobre a reprodução do capital, argumentou-se que a concorrência entre os diversos capitais em busca das melhores taxas de lucro acabaria levando a deslocamentos intersetoriais do capital que promoveriam pressões no sentido da convergência das diversas taxas setoriais para uma taxa de lucro média. Considerando-se essa taxa definida em termos anuais, e fazendo-se as hipóteses simplificadoras de existência de uma taxa de mais-valia e de um período de rotação do capital circulante uniformes em toda a economia, ela seria diretamente proporcional à taxa média de mais-valia e inversamente proporcional ao produto do período de rotação do capital circulante por um fator igual à composição orgânica do capital acrescida de uma unidade. Assim, mantidos constantes a taxa de mais-valia e o período de rotação do capital circulante, a taxa média de lucro cairia com a elevação da composição orgânica do capital.

Apesar dessa conclusão, Marx ressalta que também existem na economia diversos fatores que agem no sentido oposto, de elevação da taxa média de lucro, de modo que sua tendência de queda é parcialmente atenuada. Entre esses fatores ele cita seis, que considera os mais genéricos. Em primeiro lugar, aparece a elevação do grau de exploração do trabalho. Qualquer que seja o meio utilizado para isso, baseado no aumento da força produtiva do trabalho, ou ainda de sua intensidade ou duração, o resultado será uma elevação da taxa de mais-valia, que funcionará como um contrapeso à tendência de queda da taxa de lucro. Algumas formas de inovação podem ter sobre a taxa de lucro influências contraditórias, devido ao aumento simultâneo da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital.

Em segundo lugar, existe a possibilidade de compressão do salário abaixo de seu valor, que não deve ser confundida com o caso anterior: ali, uma elevação da

do capital não é objeto de controvérsias, a possibilidade de que ela não implique necessariamente um crescimento da sua composição orgânica tiraria à tendência de queda da taxa de lucro seu *status* teórico, central na obra de Marx, remetendo a proposição para o âmbito empírico. Ver a respeito MOSELEY, *The Falling Rate of Profit in the Postwar United States Economy*.

força produtiva poderia levar à queda do valor da força de trabalho; aqui, com um valor dado da força de trabalho, considera-se a possibilidade de que o preço pago por ela fique abaixo desse valor.

Em terceiro lugar, atua o barateamento dos elementos do capital constante, decorrente da própria elevação da força produtiva do trabalho. Esse barateamento faz com que seja atenuado o efeito do crescimento da composição técnica do capital sobre o de sua composição orgânica e, logo, sobre a queda da taxa de lucro.³⁵

Em quarto lugar, existe o fenômeno da superpopulação relativa. Em decorrência do próprio desenvolvimento da força produtiva do trabalho em alguns ramos da produção, dá-se a liberação de trabalhadores desses ramos que podem ser absorvidos por novos ramos, onde não só o capital variável constitui uma proporção elevada do capital global neles investido, como muitas vezes o salário neles vigente é inferior à média. A existência nesses ramos de uma massa e taxa de mais-valia relativamente elevadas levará a que o processo de equalização da taxa de lucro faça-a convergir para um patamar superior ao que se verificaria no caso da inexistência desses ramos.

Em quinto lugar, Marx cita a influência do comércio exterior, que permite baratear simultaneamente o capital constante e o variável: o primeiro, pela aquisição, por exemplo, de matérias-primas e auxiliares mais baratas; o segundo, pelo rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, em decorrência da compra no exterior de meios de subsistência mais baratos do que os produzidos internamente. Enquanto o barateamento do capital constante age no sentido da redução da composição orgânica do capital, o barateamento do capital variável age, diretamente, no sentido oposto. No entanto, ele apresenta um efeito indireto, na medida em que propicia o crescimento da taxa de mais-valia, que age, em relação à taxa de lucro, no mesmo sentido da redução da composição orgânica do capital. Marx menciona ainda dois outros aspectos em que o comércio internacional pode funcionar como contrapeso à tendência de queda da taxa de lucro: a possibilidade de obtenção de uma taxa de lucro mais elevada pelos capitais investidos no

³⁵ A esse respeito, ver observações apresentadas na nota 26, acima.

comércio exterior, pois as mercadorias do país mais avançado concorrem com outras produzidas em piores condições técnicas, de modo que ele pode vender suas mercadorias por um preço que, ainda que eventualmente situado abaixo do preço dos concorrentes, situa-se acima de seu próprio valor.; e a possibilidade de investimento direto de capitais nas colônias, onde o menor desenvolvimento possibilita a obtenção de maiores taxas de lucro, seja pela menor composição orgânica do capital aí empregado, seja pelo possível maior grau de exploração da força de trabalho.

Finalmente, em sexto lugar, Marx cita o aumento do capital por ações. A generalização de modalidades de investimento do capital que visam apenas a obtenção de um juro ou equivalente (dividendo), inferior ao lucro total gerado por esse capital, fará com que uma ampla parcela do capital da sociedade deixe de participar na equalização da taxa geral de lucro, já que proporcionam uma taxa inferior à média. O fato de que as companhias por ações são exatamente aquelas em que a composição orgânica do capital é mais elevada, como no caso das ferrovias, faz com que a sua não participação na equalização da taxa de lucro leve à elevação de seu nível médio.

A argumentação apresentada por Marx a respeito da tendência de queda da taxa de lucro, agindo simultaneamente a diversas tendências contrapostas, mas sobrepondo-se a elas, aparece como uma das mais claras ilustrações do conceito de lei discutido no início deste tópico. E, para encerrá-lo, é preciso destacar ainda mais uma tendência do sistema capitalista: a que opera no sentido da formação e expansão de um mercado mundial, objeto de inúmeras referências de Marx ao longo de toda sua obra.

O processo de acumulação do capital, na medida em que promove uma ampliação de sua escala de operações, acarreta também a produção de uma crescente massa de valores de uso. E sua venda, por cujo intermédio é realizado o valor que eles contêm, pressupõe a existência de um mercado que se expanda de modo proporcional àquela massa. Ainda que, de início, tal processo possa ser acomodado no âmbito mais ou menos restrito do mercado doméstico, seu desenvolvimento, no caso de diversos tipos de produto, acaba levando ao

transbordamento das fronteiras nacionais e à difusão internacional do seu comércio. Além disso, como visto acima, a ampliação do comércio internacional também encontra fortes incentivos decorrentes de seus efeitos sobre a taxa média de lucro, opostos à sua tendência de queda.

Esse aspecto da elaboração teórica de Marx relaciona-se com uma questão que, no futuro, adquiriria uma importância crescente nas reflexões de vários intérpretes e seguidores de Marx: a de saber se a essa tendência de difusão internacional do capital corresponde uma outra, de homogeneização espacial de sua área de abrangência, ou se, ao contrário, ela traria consigo a perpetuação de um desenvolvimento desigual. As formulações de Marx sobre a questão apontam, ainda que não de forma conclusiva, para a primeira dessas perspectivas.³⁶

As tendências que foram aqui discutidas possuem um caráter cumulativo. Ou seja, podem ser traduzidas, pelo menos conceitualmente, em termos do incremento gradual de diversas variáveis que expressam refrações particulares da dinâmica da acumulação capitalista.³⁷ No entanto, além desse aspecto quantitativo, essa dinâmica é marcada também pela ocorrência de rupturas qualitativas, de momentos que assinalam uma quebra na continuidade regular do processo de reprodução capitalista. Essas rupturas ou quebras, associadas ao conceito de crise, constituem o terceiro aspecto da construção do tempo do sistema capitalista na teoria de Marx e são o objeto da discussão apresentada no próximo tópico.

1.4. Crises e ciclos

³⁶ As teorias e teóricos do subdesenvolvimento no campo marxista, evidentemente, adotam a outra perspectiva. Pelas razões apresentadas na Introdução não será possível tratar delas aqui de modo sistemático, mas o tema será posteriormente retomado. O próprio Marx, no plano original de sua obra econômica que acabou virando *O Capital*, tencionava escrever um livro específico sobre o mercado mundial. Se a tendência homogeneizadora que a parte efetivamente escrita de sua obra deixa entrever seria ou não mantida nesse livro permanece uma questão aberta à especulação.

³⁷ Isso não é totalmente rigoroso no que se refere ao exército industrial de reserva, como discutido acima, e deve ser melhor qualificado no caso da tendência de queda da taxa de lucro, o que será feito no tópico seguinte.

Em nenhuma parte da obra que Marx pôde concluir encontra-se um tratamento sistemático sobre as crises. Sabe-se que ele havia destinado ao tema o último dos seis livros previstos no plano original da obra econômica que pretendia escrever. Os três livros de *O Capital* cobrem aproximadamente o conteúdo correspondente aos três primeiros livros previstos, embora apresentando um considerável reordenamento desse conteúdo. Os três últimos, que tratariam do estado, do comércio internacional e, finalmente, do mercado mundial e das crises jamais chegaram a ser escritos.³⁸

No entanto, a própria seqüência temática originalmente prevista é reveladora. Sendo uma característica marcante do método expositivo de Marx a busca de uma concretização progressiva das categorias analíticas, o lugar ocupado pela discussão sobre as crises naquela seqüência é indicativo do reduzido nível de abstração que sua plena compreensão requer. A rigor, a crise só pode ser entendida como a manifestação de uma totalidade concreta, em que o poder explicativo de qualquer aspecto isolado só se afirma em sua relação com o todo. Ou, dito de outro modo, esse entendimento pressupõe a conjugação das determinações mais genéricas ou abstratas da crise, providas pela teoria, com os elementos mais concretos de um quadro de referência que só historicamente pode ser constituído.

Mesmo no que se refere às determinações mais abstratas da crise, o caráter fragmentário dos textos deixados por Marx deu origem a um amplo leque de vertentes interpretativas, cuja distinção vai desde a simples nuance até a oposição frontal. No entanto, esses desacordos referem-se mais ao estabelecimento dos fatores causais das crises ou à determinação de seu maior ou menor grau de contingência do que à sua forma de manifestação, que consiste tipicamente, segundo Marx, na superprodução generalizada de mercadorias

Para Marx, a mera existência do dinheiro como figura de valor autonomizada traz consigo a possibilidade da crise.³⁹ Isso ocorre porque o dinheiro, mesmo na produção simples de mercadorias, representada por $M - D - M$, ao criar condições

³⁸ Para uma abrangente análise da evolução sofrida pelo projeto de redação da obra econômica de Marx, desde seu plano original, passando por sucessivas reformulações, até a feição definitiva assumida em *O Capital*, ver ROSDOLSKY, *Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*, pp. 36 a 91.

³⁹ Ver MARX, *Teorias de la Plusvalia*, v.2, p. 26.

para uma dissociação temporal e espacial entre o ato inicial de venda e o ato final de compra, cria também a possibilidade de que este último seja indefinidamente postergado, sendo o dinheiro retido em sua função de tesouro. Essa possibilidade amplia-se quando se considera o dinheiro não apenas como meio de circulação, mas em sua função de meio de pagamento, que faz da separação temporal entre o ato de venda e o de compra – aqui, na verdade, na seqüência inversa – não apenas uma possibilidade implícita, mas sua própria razão de ser. A superprodução consiste exatamente no acúmulo de mercadorias não vendidas, em decorrência de uma interrupção do processo de circulação, não de uma ou outra mercadoria isolada, mas abrangendo ramos inteiros do conjunto da atividade econômica.

Essa forma de crise distingue a sociedade capitalista de todas as precedentes, pois nelas a existência de crises econômicas estava associada à ocorrência de escassez de produção, particularmente devido às flutuações típicas da atividade agrícola. Além disso, essa escassez definia-se por um déficit de produção em relação às necessidades absolutas da sociedade por determinados bens de consumo, enquanto no capitalismo o conceito de superprodução “não tem nada que ver com as necessidades absolutas. Refere-se, única e exclusivamente, às necessidades relativas, solventes”.⁴⁰

Quanto à causa das crises, sua consideração requer que seja retomada a afirmação feita acima, de que a superprodução pode emergir da circulação simples de mercadorias. Se isso é potencialmente verdadeiro, a determinação da totalidade dos processos de troca por objetivo de consumo, que é inerente a esse tipo de circulação, torna a ocorrência de uma interrupção em larga escala do processo de circulação de mercadorias no mínimo altamente improvável. Se, ao contrário, a circulação do dinheiro como capital for a forma dominante de circulação na sociedade, é bastante plausível que venha a se tornar efetiva a possibilidade de crise que o dinheiro formalmente já contém. Isso se dá porque, sendo a circulação $D - M - D'$ justificada apenas quando D' for maior que D , ela poderá ser interrompida sempre que isso não ocorra, ou seja, sempre que não for possível, mediante o adiantamento de capital, obter um lucro que seu proprietário considere conveniente.

⁴⁰ MARX, *Teorias de la Plusvalia*, v.2, p. 43.

Se a queda da rentabilidade do capital atingir simultaneamente alguns ramos de grande relevância, o entrelaçamento verificado na sociedade entre as metamorfoses das distintas mercadorias pode levar à disseminação de uma superprodução generalizada.⁴¹ Assim, a compreensão das causas da crise remete à investigação dos fatores que interferem na rentabilidade do capital.

Seguindo uma classificação proposta por Sweezy, as teorias explicativas das crises podem ser reunidas em dois grandes grupos, conforme o tipo de fator que estiver influenciado o comportamento da taxa de lucro: em primeiro lugar, existem as crises ligadas à tendência de queda da taxa de lucro, em que a rentabilidade do capital reduz-se mesmo que as mercadorias estejam sendo vendidas ao seu preço de produção; em segundo lugar, existem as crises de realização, decorrentes da necessidade de vender as mercadorias abaixo de seu preço de produção ou mesmo de nem sequer se poder vendê-las.⁴²

O primeiro tipo de crise expressa uma contradição do sistema capitalista cujas raízes devem ser buscadas na estrutura interna de seu processo de produção e reprodução que, como foi visto no item anterior, é caracterizado pelas tendências de elevação da composição técnica e orgânica do capital, seguidas pela tendência de queda da taxa de lucro.⁴³ Já o segundo tipo de crise aponta para uma contradição entre as condições de produção, em que o valor-capital adiantado gera recorrentemente uma massa de valores de uso portadora de um valor superior ao original, e as condições de circulação, em que esse valor acrescido deve ser realizado. Como afirma Marx,

⁴¹ Ver MARX, *Teorias de la Plusvalia*, v.2, p. 42.

⁴² SWEETZY, *Theory of Capitalist Development*. Embora seja aceita aqui a classificação geral proposta por Sweezy, a ênfase que esse autor atribui à queda da taxa de mais-valia como principal fator causal por trás da queda da taxa de lucro não reflete o ponto de vista de Marx sobre a questão..

⁴³ Aqui insere-se a controvérsia já apontada anteriormente, relacionada com a inclinação de Marx a crer que a composição técnica e orgânica do capital necessariamente movem-se no mesmo sentido. Se isso não for verdade, ou pelo menos depender de uma corroboração empírica eventualmente variável conforme o tempo e lugar, a tese de existência de uma tendência de queda da taxa de lucro perde parte de sua relevância teórica e enfraquece-se o elemento explicativo das crises que recebeu de Marx maior atenção em *O Capital*. Para Sweezy, a impossibilidade de evidenciar uma tendência de queda da taxa de lucro baseada na elevação da composição orgânica do capital abre espaço para a derivação dessa tendência de queda de uma outra, a de redução da taxa de mais-valia, que estaria associada à diminuição do exército industrial de reserva causada pela acumulação capitalista. Qualquer que seja o mérito teórico dessa modalidade explicativa das crises, cuja fonte pode ser buscada no próprio Marx e que aparece na literatura mais recente sob o rótulo de crises provocadas pela pressão salarial, ela certamente não pode ser contraposta à centralidade que Marx atribui ao crescimento da composição orgânica do capital como elemento explicativo para a redução da taxa média de lucro e, logo, para a ocorrência de crises.

“o conjunto da massa de mercadorias, o produto global, tanto a parte que substitui o capital constante e o variável, quanto a que representa a mais-valia, precisa ser vendido. Se isso não acontece ou só acontece em parte ou só a preços que estão abaixo dos preços de produção, então o trabalhador é certamente explorado, mas sua exploração não se realiza enquanto tal para o capitalista, podendo estar ligada a uma realização nula ou parcial da mais-valia extorquida, e mesmo a uma perda parcial ou total de seu capital. As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela **proporcionalidade** dos diferentes ramos de produção e pela **capacidade de consumo** da sociedade. Esta última não é, porém, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites mais ou menos estreitos”.⁴⁴

Passagens como essa e outras de Marx fundamentam a especificação de duas modalidades explicativas para as crises de realização: as causadas por desproporções e as decorrentes do subconsumo. A primeira modalidade remete às relações quantitativas e qualitativas que devem ser verificadas entre os departamentos em que se divide a atividade econômica para que seja garantida a sua reprodução equilibrada; ou, mais precisamente, remete à violação dessas relações. Se, na tradição teórica baseada na crença na “Lei de Say”, as desproporções eventualmente verificadas apresentam um caráter meramente episódico, sendo corrigidas pelo próprio mercado, na concepção de Marx, tal como esta se expressa na lei do valor, é descartada a existência de mecanismos perfeitos de ajuste automático, de modo que a desproporção não apenas pode ser encarada como um elemento que eventualmente deflagre crises, mas também como um intensificador de crises causadas por qualquer outro motivo.

Quanto à modalidade explicativa baseada na idéia de subconsumo, seu núcleo conceitual reside na diferença necessariamente existente, sob condições capitalistas de produção, entre o valor criado pela força de trabalho no processo produtivo e o valor da própria força de trabalho. A inferioridade da massa social de salários recebida pelos proprietários de força de trabalho, em relação ao valor novo por ela

⁴⁴ MARX, O Capital, III, v.1, p. 176. Grifos não presentes no original.

criado, provoca a existência de uma brecha entre o volume total de valores de uso produzidos e a parcela deste destinada ao consumo dos trabalhadores, que só poderá ser preenchida pelas compras mútuas dos capitalistas para seus propósitos de consumo e investimento. Nada, no entanto, garante que o volume dessas compras será necessariamente suficiente para o preenchimento da brecha, de modo que uma parcela expressiva da produção social pode não encontrar compradores, ou encontrá-los apenas a um preço que não permita a obtenção da taxa média de lucro, gerando superprodução. Evidentemente essa possibilidade será tão mais efetiva quanto maior for a defasagem verificada entre o valor novo criado pela força de trabalho no processo produtivo e a parcela desse valor recebida como salário; ou seja, quanto mais restrito for, em termos relativos, a capacidade de consumo da massa de trabalhadores assalariados.

Embora alguns seguidores de Marx, adeptos da explicação das crises em decorrência de problemas de realização, tenham muitas vezes enfatizado unilateralmente a desproporção ou o subconsumo como seu fator causal, deve-se destacar que esses dois fatores podem se manifestar simultaneamente. Além disso, mesmo a separação estrita entre as crises decorrentes da tendência de queda da taxa de lucro e as crises devido a problemas de realização pode ser questionada com base em diversas passagens redigidas por Marx. Isso é particularmente verdadeiro no caso do fundamental capítulo XV do Livro III de *O Capital*, intitulado *Desdobramentos das contradições internas da lei*, onde são estabelecidas múltiplas relações entre a tendência de queda da taxa de lucro e a questão da realização.⁴⁵

Essas observações e a presença na obra de Marx de inúmeras referências precariamente desenvolvidas ao tema da crise servem de alerta contra qualquer tentativa de derivar de suas formulações uma concepção completamente acabada a respeito de suas causas.⁴⁶ E, em particular, parecem legitimar a crítica de Mandel ao caráter monocausal da maior parte das teorias explicativas da crise desenvolvidas por seguidores de Marx, que sofreriam da “debilidade básica de pretender deduzir

⁴⁵ MARX, *O Capital*, III, v.1. Ver também SHAIKH, *Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política*, p. 64, para a exposição de um ponto de vista em que subconsumo e pressão salarial aparecem como efeitos derivados da queda de rentabilidade do capital, provocada pela elevação de sua composição orgânica.

⁴⁶ Ver HARVEY, *Los Límites Del Capitalismo y la Teoria Marxista*, p. 197, para a apresentação de uma pequena lista de referências ao tema das crises existentes na obra de Marx, que não mereceram deste autor maior aprofundamento teórico.

toda a dinâmica do modo capitalista de produção a partir de uma única variável do sistema”.⁴⁷

Para os propósitos que aqui são pertinentes, o que deve ser salientado é que a idéia de crise, independentemente do grau de rigor teórico e sistematicidade obtidos quanto ao estabelecimento de suas causas na obra de Marx, ocupa nela um lugar central. Toda sua argumentação a respeito das crises conflui para uma percepção da emergência destas, a intervalos mais ou menos regulares, como um traço imanente e inelutável do sistema capitalista. A crise teoricamente concebida constitui, desse modo, um dos aspectos mais relevantes da construção do tempo lógico do capitalismo na teoria econômica de Marx.

Cabe ainda apresentar aqui uma breve discussão sobre dois pontos interligados: o grau de contingência e a periodicidade das crises que podem ser derivados de cada uma de suas modalidades explicativas. Aceitando-se a distinção estabelecida entre as crises causadas pela tendência de queda da taxa de lucro e as decorrentes de problemas de realização – ou seja, deixando-se de lado os possíveis vínculos existentes entre esses dois tipos de causa –, é forçoso reconhecer, quanto aos aspectos aqui abordados, a existência de uma diferença em seus respectivos estatutos teóricos. A ocorrência de uma pura crise de realização é uma possibilidade, mas não pode ser a ela atribuída, com base na argumentação teórica desenvolvida por Marx, o grau de certeza que a tendência de queda da taxa de lucro implica.⁴⁸ E, sendo a ocorrência de uma crise de realização uma mera possibilidade, descarta-se a seu respeito qualquer tentativa de estabelecimento de um padrão de regularidade teoricamente fundamentado.

Isso, no entanto, não implica que, em contrapartida, o maior grau de necessidade quanto à ocorrência de uma crise que pode ser deduzido da tendência de queda da taxa de lucro permita inferir uma periodicidade rigorosa para a sua

⁴⁷ MANDEL, *O Capitalismo Tardio*, p. 25.

⁴⁸ Ver a respeito SHAIKH, *Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política*. .Aí é apresentada uma proposta de classificação das teorias explicativas das crises com base no caráter mais ou menos determinista que elas atribuem à sua ocorrência. Elas são divididas em teorias que meramente apontam para a possibilidade de ocorrência de crises e teorias que afirmam a sua necessidade. No primeiro caso, o autor inclui as teorias baseadas na pressão salarial e as de fundo subconsumista; no segundo, a derivada da tendência de queda da taxa de lucro.

manifestação. A esse respeito é necessário focar aqui um aspecto decisivo da tendência de queda da taxa de lucro, que foi até agora eludido: embora a argumentação de Marx permita afirmar sua existência, sobrepondo-se às tendências que atuam em sentido oposto, a escala de tempo em que ela opera permanece indeterminada, dando margem a consideráveis ambigüidades em sua interpretação. Como afirma Moseley,

“a teoria de Marx da taxa de lucro decrescente pode ser aplicada a três diferentes períodos de tempo: tendência de longo prazo, ondas longas de médio prazo e ciclos de curto prazo. Nem sempre é claro qual desses períodos de tempo Marx tem em mente em sua própria discussão a respeito da taxa de lucro decrescente”.⁴⁹

Enquanto o primeiro tipo de período citado por Moseley, relativo à tendência de longo prazo, aponta para uma queda da taxa de lucro contínua e irreversível, os outros dois tipos de período, ao contrário, trazem implícitas as idéias de reversibilidade da tendência de queda da taxa de lucro e de uma certa regularidade na ocorrência de crises. Se for considerado intrínseco à primeira perspectiva qualquer tipo de desfecho marcado pela idéia de um colapso puramente econômico do sistema capitalista, é razoável supor que tal perspectiva deva ser rejeitada, à luz das diversas observações de Marx sobre o fim desse sistema. Nestas, em geral, as determinações meramente econômicas surgem com o status de condições necessárias, cuja suficiência só se afirma em conjugação com a presença de fatores sociais e políticos cuja efetiva existência guarda, em relação àquelas, uma relativa autonomia.⁵⁰

Quanto aos outros dois tipos de período – ondas longas de médio prazo e ciclos de curto prazo –, ainda que permaneçam indefinidos os seus respectivos graus de adequação ao conjunto do sistema teórico desenvolvido por Marx, a idéia de reversibilidade, que ambos trazem implícita, parece refletir melhor o seu pensamento que a primeira perspectiva, discutida acima. É recorrente em Marx a menção ao caráter tipicamente cíclico da atividade econômica no capitalismo, embora a fundamentação teórica desse aspecto da sua existência não seja em parte

⁴⁹ MOSELEY, *The Falling Rate of Profit in the Postwar United States Economy*, p. 1.

⁵⁰ Esta questão será mais desenvolvida adiante.

alguma desenvolvida de modo rigoroso. No que se refere especificamente a questão que está aqui sendo abordada – e que não esgota a multiplicidade de referências ao caráter cíclico do capitalismo presentes em sua obra – deve ser dito que, para esse autor, a tendência de queda da taxa de lucro leva à ocorrência de crises, mas os próprios efeitos destas repõem as condições para a retomada do processo de acumulação. De um lado, a crise provoca a desvalorização dos componentes fixos e circulantes do capital constante; de outro, mediante a acentuada expansão do exército industrial de reserva e a conseqüente redução dos salários, permite a elevação do grau de exploração da força de trabalho. Os efeitos conjuntos da redução da composição orgânica do capital e de aumento da taxa de mais-valia levam a uma ampliação da taxa média de lucro, que volta a estimular a continuidade da acumulação capitalista.

Assim, ainda que não seja possível deduzir do sistema teórico de Marx uma periodicidade rigorosa para a atividade econômica capitalista – que, de resto, nem empiricamente se verifica –, a parte mais bem fundamentada de sua teoria das crises, ligada à tendência de queda da taxa de lucro, indica a existência de um padrão de sucessão temporal mais ou menos regular, em que a intermitência das crises desponta, simultaneamente, como resultado da dinâmica da acumulação capitalista e criadora das condições para sua continuidade. Essa idéia de ciclo num sentido lato constitui um quarto aspecto do tempo lógico do sistema capitalista.

Se o conceito de crise, discutido ao longo do presente tópico, foi inicialmente introduzido como sinalizador de uma ruptura ou quebra de continuidade na regularidade reprodutiva do capital social, a noção de ciclo que ele traz consigo, ainda que genérica, de certo modo esvazia parte do conteúdo conceitual que a idéia de ruptura contém. A crise emerge como quebra de uma regularidade, mas esta é repostada num plano temporal mais elevado, em que o padrão de sucessão das crises, cada uma delas entendida como momento singular, subsume-se na dinâmica de longo prazo da reprodução do capital social. Se o tempo lógico da teoria almeja representar com algum grau de fidelidade o tempo da história, deverá incluir também um conceito de ruptura mais categórico, que lhe permita internalizar a irreversibilidade característica que no fluxo deste último tempo se expressa. Este

ponto remete à idéia de periodização ou estabelecimento de fases de desenvolvimento do capitalismo, que será abordado no próximo tópico.

1.5. Critérios para a periodização do sistema capitalista

A divisão da história em distintas fases de desenvolvimento traz implícita a idéia de ocorrência de rupturas entre essas fases, a partir das quais a identidade de cada uma delas pode ser afirmada. Mas a caracterização de uma ruptura pressupõe a adoção de critérios que a definam, e esses critérios, por mais que os atributos das fases por eles demarcadas encontrem suporte empírico na realidade que a teoria busca descrever, têm que ser buscados na teoria mesma. Na ausência de tais critérios teóricos, a idéia de ruptura perde substância e a percepção do processo histórico a que se chega tende a diluí-lo no fluxo contínuo dos acontecimentos. Por outro lado, instituir critérios a partir dos quais a ruptura possa ser definida não implica negar, de modo absoluto, a perspectiva da continuidade: sendo os critérios estabelecidos no âmbito da teoria, a ruptura que eles implicam é, antes de tudo, conceitual; e a adequação do conceito à realidade histórica não costuma conformar-se à pretensão de estabelecimento de marcos cronológicos rígidos e perfeitamente delimitados. Assim, as diversas modalidades de transição entre fases que podem ser encontradas na obra de Marx, encontram-se usualmente associadas a um lapso de tempo, de duração variável conforme a situação descrita, e não a qualquer tipo de momento preciso.

No que se refere especificamente ao modo capitalista de produção, sem se ter a pretensão de esgotar a multiplicidade de critérios de demarcação entre fases que eventualmente podem ser extraídos da obra de Marx, três deles são discutidos a seguir. Dois tratam da fixação dos limites conceituais extremos do capitalismo – um, reportando-se às condições para sua gênese; outro, às que são requeridas para sua superação –, enquanto o terceiro critério sinaliza uma demarcação interna à sua existência e refere-se à transição da subsunção formal para a subsunção real do trabalho no capital..

1.5.1. Acumulação primitiva e reprodução do capital

O modo capitalista de produção plenamente constituído pressupõe a existência da força de trabalho como mercadoria. Como essa forma de existência não reflete qualquer tipo de fato natural ou possibilidade genericamente atribuível à totalidade do processo histórico, ela própria emerge como indicadora da especificidade do capitalismo enquanto época da história. Para Marx,

“o que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho”.⁵¹

Para que a força de trabalho se transforme em mercadoria, três condições de ordem lógica têm que ser simultaneamente satisfeitas: em primeiro lugar, é necessário que seu proprietário, o trabalhador, possa dispor de sua própria força de trabalho como mercadoria, ou seja, que possa vendê-la; em segundo lugar, que ele seja compelido a isso, não podendo utilizar diretamente sua força de trabalho em benefício próprio; e, em terceiro, que a mercadoria ofertada pelos trabalhadores defronte-se com compradores dispostos a adquiri-la. Na medida em que a estrutura econômica do capitalismo emergiu da existente na sociedade feudal européia, a realização histórica das três condições lógicas citadas deve ser buscada no lento processo de dissolução das relações sociais e demais traços constitutivos daquela forma de sociedade.

O processo especificamente analisado por Marx refere-se ao cercamento das terras comunais dos camponeses na Inglaterra, entre as últimas décadas do século XV e as primeiras do século XVI, quando a predominância de relações estritamente servis no campo já era um fato do passado. A privação desses camponeses das condições materiais de produção de sua própria existência força-os a venderem sua

⁵¹ MARX, *O Capital*, I, v.1, p. 137, nota 41.

força de trabalho para a nascente manufatura capitalista, principalmente a partir de meados do século XVI. A aplicabilidade do esquema de análise proposto por Marx a outras regiões da Europa é objeto de considerável divergência entre seus seguidores e constitui parte de uma polêmica mais ampla, que não pode ser aqui contemplada, a respeito das forças subjacentes à dissolução das relações tipicamente feudais e de suas formas remanescentes.

No entanto, ainda que a generalidade do processo de constituição do capitalismo, tal como analisado por Marx, não possa ser afirmada no plano da história – nem ele pretendeu fazê-lo – é possível derivar de sua argumentação a respeito da existência da força de trabalho como mercadoria um critério teórico que assinala a gênese do capitalismo, demarcando sua especificidade em relação às formas de organização social precedentes.

As três condições lógicas acima citadas para a transformação da força de trabalho em mercadoria referem-se, respectivamente, em primeiro lugar, à inexistência de vínculos sociais baseados na dependência pessoal dos produtores diretos, que tolham sua liberdade de dispor de sua própria força de trabalho, permitindo que ela seja espontaneamente alienada; em segundo lugar, à situação de privação dos produtores diretos em relação aos meios necessários à sua subsistência e, simultaneamente, aos meios de produção necessários para produzi-los; e, finalmente, à existência desses meios de subsistência e de produção como propriedade de um segmento social específico, a burguesia capitalista. A polaridade social que essas três condições implicam é um pressuposto para a existência do capitalismo, pois só na sua vigência os meios de produção e subsistência defrontam-se com os trabalhadores como capital. Elas são, pois, constitutivas da relação capital, cabendo à reprodução capitalista perpetuá-las. Devem, por outro lado, ser constituídas, qualquer que seja a forma histórica específica que esse processo assuma e qualquer que seja a sua duração.

Assim, com base no critério proposto é possível afirmar a existência de uma fase de acumulação primitiva, em que a transformação da força de trabalho em mercadoria corresponde ao estabelecimento da forma de polaridade social inerente ao sistema capitalista e, contraposta a ela, uma fase de reprodução do capital, cuja

lógica própria perpetua, antes de tudo, a existência daquela polaridade social básica, como foi discutido no segundo tópico deste capítulo.

Cabe aqui, ainda, abordar duas questões que se relacionam com o tema discutido. A primeira delas, já mencionada brevemente no primeiro tópico deste capítulo, refere-se à produção simples de mercadoria. Mais precisamente, trata-se de saber se a presença desse conceito na obra de Marx pode ser associada à existência de alguma fase histórica específica, anterior à produção mercantil capitalista. Em caso afirmativo, ter-se-ia um segundo critério teórico para assinalar a gênese do capitalismo, ligado à formulação do problema da transformação em termos históricos. Entre os partidários dessa concepção merece destaque Engels, seja pelo fato de ter sido o mais próximo colaborador de Marx, seja devido à forma taxativa como ele a expõe. No texto "*Suplemento ao Livro Terceiro de 'O Capital'*", que veio a ser publicado logo após a sua morte, ele afirma que

"[...] a lei do valor de Marx vale de modo geral, desde que as leis econômicas valham para todo o período de produção simples de mercadorias, portanto até o tempo em que esta, por introduzir-se a forma de produção capitalista, experimenta uma modificação. Até então, os preços gravitam na direção dos valores determinados pela lei de Marx e oscilam em torno desses valores, de maneira que, quanto mais plenamente desenvolvida a produção simples de mercadorias, tanto mais os preços médios de períodos mais longos, não interrompidos por perturbações violentas de origem externa coincidem com os valores, podendo-se desprezar os pequenos desvios. A lei do valor de Marx tem, portanto, validade econômica geral para um período que dura desde os primórdios da troca que transforma os produtos em mercadorias até o século XV de nossa era. A troca de mercadorias data, porém de uma época anterior a toda a História escrita, que remonta, no Egito, a pelo menos 3 500, talvez 5 000 anos, na Babilônia, a 4 000 e talvez 6 000 anos, antes de nossa era; a lei do valor vigorou, portanto, durante um período de cinco a sete milênios".⁵²

Embora este critério não implique necessariamente uma contradição lógica com o anterior, pois a transição da produção simples de mercadoria para a produção mercantil capitalista pode ser associada ao processo de expropriação dos meios de produção dos produtores independentes, com a subsequente transformação de sua força de trabalho em mercadoria, e ainda que algumas passagens de Marx pareçam

⁵² ENGELS, *Suplemento ao Livro Terceiro de "O Capital"*, in: MARX, *O Capital*, III, tomo 2, pp. 307 e 308.

dar suporte à conclusão de Engels⁵³, esta deve ser rejeitada, tanto com base numa avaliação mais abrangente dos argumentos de Marx, quanto devido à falta de suporte histórico.

A regulação dos preços de mercado pelos valores dos produtos, expressa na forma da lei do valor característica da produção simples de mercadorias, pressupõe uma objetividade social desses valores que só a generalização do processo de troca propicia. Essa generalização, no entanto, conforme o próprio Marx destaca, tem como pressuposto histórico a existência da força de trabalho enquanto mercadoria, o que de modo algum pode ser considerado um traço constitutivo comum do vasto leque de formações sociais distintas, contidas no horizonte de tempo apontado por Engels. Além disso, a existência em larga escala de produtores independentes, proprietários de seus meios de produção, que decidem livremente o que produzir e em que quantidade, destinam ao mercado uma parte significativa do que produzem e podem migrar sem empecilhos de uma atividade para outra, carece de evidência empírica nas épocas pré-capitalistas, que são mais bem caracterizadas pela presença de vínculos de subordinação e dependência pessoal de diversos tipos.

Assim, a menção feita por Marx à produção simples de mercadorias e o lugar destacado que essa formulação adquire na construção de seu argumento teórico, particularmente no Livro I de *O Capital*, deve mais ser atribuída às já mencionadas peculiaridades de seu método de exposição, do que à crença, por parte do autor, na validade histórica de uma tal forma de organização social da produção. A formulação inicial da lei do valor dentro de um quadro de referência mais abstrato, propiciado pelo conceito de produção simples de mercadoria, permite ilustrar alguns aspectos centrais do seu modo de operação e lançam as bases para a compreensão das modificações requeridas por essa operação no contexto mais concreto da produção capitalista de mercadorias.⁵⁴

⁵³ Ver, por exemplo, MARX, *O Capital*, III, tomo 1, p. 131.

⁵⁴ A negação da existência de uma fase histórica específica de produção simples de mercadorias ou a negação de um problema da transformação de ordem histórica é assumida por autores como Rudin, Rosdolsky e Morishima. Ver RUDIN, *A Teoria Marxista do Valor*, pp. 272 a 276; ROSDOLSKY, *Génesis y Estructura de El Capital de Marx*, pp. 203 a 210; e MORISHIMA, *Valor, Exploração e Crescimento*, pp. 196 a 227.

A segunda questão refere-se genericamente à relação existente entre os fatores políticos e a dinâmica da acumulação capitalista, tal como concebida por Marx e, particularmente, ao papel reservado ao Estado em sua argumentação. Se a própria definição da acumulação primitiva como processo instituidor, pela violência, de uma separação entre os produtores diretos e as condições materiais de produção, coloca em primeiro plano a atuação de fatores extra-econômicos, isso parece não se dar no caso da fase de reprodução do capital. A forma como esta é apresentada e a própria ênfase posta na existência de mecanismos estritamente econômicos de coação ao trabalho parecem minar a relevância e reduzir o poder explicativo de qualquer outro tipo de fator condicionante da acumulação capitalista. É uma percepção desse tipo do argumento de Marx que parece levar Fiori, após destacar a centralidade que os autores mercantilistas atribuíam ao entrelaçamento existente entre economia e poder político, a afirmar que

“Foi a economia política clássica que deslocou o Estado do núcleo de sua teoria sobre o excedente e a acumulação capitalista. Tanto Smith quanto Ricardo deslocam o Estado do centro analítico de sua teoria do valor e da distribuição, reconhecendo apenas seu papel como árbitro condicionador do conflito de interesses entre os salários e os lucros. Marx vai mais além, trazendo a luta de classes para o *core* analítico de sua teoria do valor e da acumulação, mas elimina teoricamente o Estado e os territórios de suas leis de movimento do capital”.⁵⁵

Embora as menções ao papel do Estado em *O Capital* sejam de fato reduzidas, uma afirmação como a de Fiori parece não captar a totalidade do pensamento de Marx sobre a questão. Este faz da reflexão sobre o Estado exatamente o ponto de partida de boa parte de sua obra filosófica de juventude, como é o caso da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Além disso, ainda que escassas, as referências ao tema não estão ausentes de *O Capital*. Considere-se, por exemplo, a discussão aí apresentada sobre a luta pela redução da jornada de trabalho e a fixação legal de sua duração, em que é atribuída à superestrutura jurídica, parte integrante da esfera estatal, um papel decisivo para a imposição de um marco regulatório comum aos diversos capitais individuais. A relevância desse aspecto pode ser inferida do fato que a limitação da jornada, ao restringir a capacidade de produção de um excedente

⁵⁵ FIORI, *Depois da Retomada da Hegemonia*, In; FIORI; MEDEIROS (org.), *Polarização Mundial e Crescimento*, pp. 18 e 19.

graças à grandeza meramente extensiva do processo de trabalho, criou fortes incentivos para que este fosse revolucionado internamente e a exploração passasse a depender crescentemente do aumento de sua produtividade.

Tem-se, aí, uma boa ilustração de como a ação estatal pode repercutir fortemente sobre as leis de movimento do capital, ao configurar o ambiente institucional em que elas atuam. Mais que isso, sendo a limitação legal da jornada o resultado da luta de classes, percebe-se a influência desta como definidora de parâmetros para a própria atuação estatal. Se o Estado, na visão de Marx, é entendido sobretudo como aparelho de dominação de uma classe, essa dominação não se exerce no vácuo. Antes ela pressupõe um meio social marcado por antagonismos de diversos graus entre classes e frações de classes, cuja resultante, em cada momento, não apenas restringe o âmbito das ações estatais possíveis, como inclusive modela a forma política específica que o Estado assume.⁵⁶

Esse aspecto da visão de Marx pode ser mais bem captado em seus textos de caráter histórico, como *Luta de Classes em França*, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *Guerra Civil em França*. O próprio caráter desses textos requer que a análise das forças sociais seja conduzida num plano mais concreto do que o utilizado em *O Capital*, de modo que a dualidade básica burguesia-proletariado, assumida neste livro, é complementada por uma percepção mais clara da multiplicidade de classes e seus segmentos específicos que existem na sociedade e têm sua atuação pautada por interesses próprios. Uma tal perspectiva conduz naturalmente a uma concepção do Estado também ela mais concreta do que a apresentada em *O Capital*. Podem ser encontradas nesses textos diversas menções à instrumentalização do aparelho de Estado por determinadas frações de classe em prol de seus próprios interesses econômicos – o que descarta a idéia de que Marx conceba as determinações políticas como totalmente externas às econômicas –, assim como às condições que tornam possível uma relativa autonomia desse aparelho em relação às classes em luta.

⁵⁶ Autores como Bobbio, que apontam a inexistência em Marx de uma teoria sistemática do Estado, parecem se referir à inexistência de uma teoria das formas políticas que este assume. De fato, o cerne das elaborações de Marx sobre o assunto está dirigido para o conteúdo social que aquelas formas revestem e pelo qual são condicionadas. Uma pura teoria das formas, que abstraia aquele conteúdo, não é apenas inexistente no pensamento de Marx: é incompatível com ele. Ver BOBBIO *et alli*, *O Marxismo e o Estado*, *passim*.

Por último, deve ser lembrado que Marx pretendia tratar do Estado no plano original que concebeu para sua obra econômica, destinando ao tema o livro que se seguiria ao conteúdo que, após ser reorganizado, corresponde em linhas gerais aos três livros de *O Capital*. Mais uma vez, a natureza de seu método de exposição permite intuir que ele considerava necessário tratar o tema num plano mais concreto do que o que pôde ser atingido nesse livro. Assim, as escassas menções ao papel do Estado e à sua relação com a dinâmica da acumulação em *O Capital* devem ser creditados não a uma pretensa falta de relevância do tema para Marx, mas sim ao grau de concretude que sua análise requer e não é compatível com as determinações mais abstratas da acumulação que pôde analisar.⁵⁷

1.5.2. Subsunção formal e subsunção real do trabalho no capital

Um segundo critério para a periodização do capitalismo, agora correspondendo a uma demarcação interna ao período de sua existência, pode ser estabelecido com base na forma de subsunção do trabalho no capital. O processo de produção capitalista constitui uma unidade do processo de trabalho e do processo de valorização, mas com uma clara subordinação do primeiro ao segundo. O processo de trabalho enquanto interação entre elementos pertencentes ao capitalista, ou seja, entre a força de trabalho e os meios de produção por ele adquiridos, executa-se sob seu controle e submete-se à sua meta subjetiva de produção da maior massa possível de mais-valia.

A forma inicial de subsunção do trabalho no capital, que Marx denomina formal, tem por pressuposto a manutenção de uma base técnica historicamente dada, ainda que implique uma ampliação da escala em que se executa o processo de trabalho. Ou seja, aumento do volume de meios de produção utilizados e do contingente de

⁵⁷ O mesmo se aplica ao outro aspecto da crítica de Fiori, ou seja, a eliminação do território, por Marx, das leis de movimento do capital. Ao falar de território, Fiori tem em vista não propriamente o espaço nacional, mas o espaço mais amplo em que se dão as relações interestatais. Esse tema reporta-se à formação do mercado mundial, que Marx tencionava discutir apenas no último livro do plano original, junto com as crises econômicas. Ou seja, o tratamento desse tema requer um nível de concretude ainda mais elevado do que o adotado na análise do Estado, já que a própria existência dos Estados nacionais é um pressuposto para esse tratamento.

trabalhadores empregados por um mesmo capitalista, em relação ao padrão característico das oficinas artesanais pré-capitalistas, submetidas ao regime normativo das corporações de ofícios. Sendo o grau de desenvolvimento da força de trabalho, nessa forma de subsunção, um dado não passível de modificação imediata, os meios disponíveis para a produção de mais-valia e ampliação de sua massa reduzem-se ao prolongamento da jornada de trabalho ou à elevação de sua intensidade.⁵⁸ Trata-se do que Marx denomina mais-valia absoluta.

Se a criação de mais-valia absoluta é inerente ao modo capitalista de produção, constituindo a forma geral de sua existência, ela constitui também apenas uma forma particular sobre a qual se ergue um outro modo de criação de mais-valia, característico da produção capitalista plenamente desenvolvida. Trata-se da mais-valia relativa, que não se restringe à mera ampliação da grandeza extensiva ou intensiva do processo de trabalho, implicando antes a sua transformação qualitativa, o seu revolucionamento interno. Se, na mais-valia absoluta, o tempo de trabalho necessário, em que o trabalhador simplesmente reproduz o valor de sua força de trabalho, deve ser tomado como imposição externa ao processo de valorização, a produção de mais-valia relativa consiste exatamente no emprego dos meios que tornam possível a eliminação daquela imposição e a redução contínua do tempo de trabalho necessário. A aplicação sistemática da maquinaria em grande escala e da ciência à produção, ao transformar permanentemente o processo de trabalho, submetendo-o aos desígnios do capitalista, permite caracterizar um novo modo de subsunção do trabalho no capital, não apenas formal, mas real.

Se a transição entre essas duas formas de subsunção do trabalho no capital permite estabelecer um critério teórico para a demarcação de distintas fases de desenvolvimento do capitalismo, coloca-se a questão de saber qual momento histórico confere validade a esse critério. Essa questão torna-se complexa pois,

⁵⁸ Esses dois processos são equivalentes. Aumentar a jornada de trabalho, mantendo constante a sua intensidade, ou, ao contrário, elevar a intensidade do trabalho, com uma jornada de duração fixa, implicam tanto a produção de um valor acrescido quanto um desgaste mais acentuado da força de trabalho e uma redução de sua vida útil. A esses dois procedimentos contrapõe-se a elevação da força produtiva do trabalho que não implica, dada uma jornada de trabalho fixa, a criação de mais valor do que antes, mas, ao contrário, a incorporação do mesmo valor novo a uma massa acrescida de produto, cujo valor unitário é dessa forma reduzido. Deve ser ressaltado que, embora se justifique a distinção analítica estabelecida entre a elevação da força produtiva do trabalho e a de sua intensidade, muitas vezes esses dois aspectos manifestam-se conjuntamente: a introdução de uma inovação, que leve a um aumento da força produtiva do trabalho, pode implicar também a necessidade de sua intensificação.

paralelamente a essa forma de periodização, uma outra pode ser extraída da obra de Marx, baseada na predominância de formas específicas de organização da produção, como a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria. Para alguns intérpretes de Marx que se debruçaram sobre o assunto, pode ser estabelecida uma superposição perfeita entre os dois esquemas de periodização, pois a transição entre as duas formas de subsunção coincidiria conceitual e historicamente com a passagem da manufatura à grande indústria, ligada ao advento da Revolução Industrial.. Este é o caso de Mandel, por exemplo, que afirma que “a subsunção formal caracteriza o período da manufatura; a subsunção real caracteriza a fábrica moderna, com sua constante revolução das técnicas e métodos de produção”.⁵⁹

Outros autores enxergam já na divisão do trabalho vigente na manufatura um método de produção de mais-valia relativa, ainda que particular e limitado.⁶⁰ Este último ponto de vista parece conformar-se mais à visão de Marx sobre a questão, que não apenas afirma que na manufatura já se verifica um revolucionamento do processo de trabalho, como é taxativo a respeito da produção de mais-valia relativa ainda nesse estágio. Para ele, a divisão manufatureira do trabalho, “como forma especificamente capitalista do processo de produção social [...] é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital”.⁶¹

No entanto, o revolucionamento do processo de trabalho que a manufatura implica encontra um limite claro no fato de tomar por base a força de trabalho e não, como na grande indústria, o meio de trabalho. Só a partir da generalização do uso

⁵⁹ MANDEL, *El Capital: Cien Años de Controversias em Torno a la Obra de Karl Marx*, p. 87.

⁶⁰ Este é o caso de Harvey, que defende esse ponto de vista de modo claro. Já Rosdolsky adota uma posição aparentemente intermediária entre a de Mandel e a de Harvey, detectando na manufatura um movimento em direção à produção de mais-valia relativa, sem conseguir realizá-lo plenamente. Ver HARVEY, *Los Límites Del Capitalismo y la Teoría Marxista*, pp. 114 e 115; ROSDOLSKY, *Génesis y Estructura de El Capital de Marx*, p. 275. Ver também NAPOLEONI, *Lições Sobre o Capítulo VI (inédito) de Marx*, p. 86, para um ponto de vista que relaciona a transição entre os dois tipos de subsunção à introdução da máquina. Surge aqui uma certa ambigüidade na confrontação com o esquema baseado na passagem da manufatura à grande indústria, pois a utilização da máquina já é feita num certo estágio da primeira, ainda que sem a generalidade que só na última seu uso viria a adquirir.

⁶¹ MARX, *O Capital*, I, tomo 1, p. 273.

das máquinas – em particular, dos sistemas de máquinas – é que esse revolucionamento do processo de trabalho deixa de apresentar um caráter meramente episódico ou limitado, passando a emergir como a regra e a condição da produção plenamente desenvolvida em bases capitalistas. Só então a subsunção real do trabalho no capital se afirma na íntegra.

1.5.3. Validade e extinção da lei do valor

O terceiro e último critério de periodização que será aqui discutido refere-se à demarcação entre o modo capitalista de produção e a forma de organização social que deve sucedê-lo. Quanto a esta, como se sabe, as referências feitas por Marx são bastante escassas⁶², mas o conjunto de sua obra permite entrever algumas características gerais do que ele considerava necessário para a superação do capitalismo.

Um traço característico desse sistema é o enorme desenvolvimento das forças produtivas da humanidade que ele propicia, que não encontra paralelo em qualquer outra forma de organização social do passado. Com as forças produtivas, ele desenvolve também a capacidade de produção de um excedente econômico que, devido às relações sociais antagônicas que o caracterizam, é apropriado privadamente por uma classe social em detrimento das outras. A tendência à expansão do tempo livre, que encontra suporte no crescimento da força produtiva material da sociedade, converte-se, sob o jugo do capital, na tendência à crescente extração de mais-trabalho.

A superação do sistema capitalista não implica negar a produção de um excedente econômico, mas em modificar a forma de sua apropriação, transformando-a de privada em social. Se isso significa uma mudança em relação ao princípio distributivo básico do capitalismo, pressupõe também uma drástica alteração do princípio alocativo que nele rege a repartição dos meios de produção e

⁶² As referências mais amplas de Marx a aspectos da sociedade pós-capitalista podem ser encontradas na *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875.

força de trabalho pelos distintos setores da atividade econômica, que tem nas oscilações da taxa de lucro seu fundamento. A repartição da massa de trabalho da sociedade e de seus meios de produção com base na consciente pré-especificação qualitativa e quantitativa da produção, confere a esse trabalho um caráter diretamente social, ao contrário daquele típico da produção capitalista, em que a afirmação de seu caráter social pressupõe o crivo do mercado, que pode ou não sancioná-lo como tal.

Assim, um critério teórico que sinaliza a superação do capitalismo pode ser buscado na ruptura do princípio de regulação que o caracteriza. Se a continuidade de sua existência, a reprodução de seus pressupostos técnico-materiais e sociais, repousa na vigência da lei do valor enquanto princípio de regulação *a posteriori* – lei cega derivada dos recorrentes desequilíbrios intrínsecos à produção em bases capitalistas, mas que só na esfera da circulação se evidenciam –, o caráter *a priori* do princípio de regulação da sociedade que o sucede reside no planejamento coletivo das necessidades sociais a serem satisfeitas e do uso dos meios destinados a essa tarefa. Evidentemente recoloca-se aqui a distinção entre o aspecto conceitual e o estritamente cronológico da questão, devendo a substituição de um princípio de regulação por outro ser associada à idéia de um processo de transição e não ao estabelecimento de qualquer marco temporal rígido, o que pode implicar a coexistência de distintos princípios de regulação durante um determinado período de tempo.⁶³ E a etapa posterior ao capitalismo, na medida em que não é uniforme, pode ela própria ser periodizada. Marx refere-se à existência de uma primeira fase pós-capitalista, em que a repartição social do produto seria feita de modo proporcional às contribuições em trabalho dos distintos indivíduos, que precederia uma fase em que essa distribuição teria por único critério suas respectivas necessidades.

Se, para Marx, as condições econômicas que tornam possível a superação do capitalismo brotam de sua própria existência, elas se afirmam apenas como condições necessárias, mas não suficientes. Nenhum determinismo de ordem puramente econômica quanto à superação do capitalismo pode ser extraído de suas formulações sobre o tema, pelo menos quando elas são consideradas em conjunto.

⁶³ Ver a respeito PREOBRJENSKY, *A Nova Econômica, passim*, para uma discussão sobre a coexistência do princípio de planificação e da lei do valor numa sociedade pós-capitalista.

A análise de suas considerações, compreendidas enquanto totalidade, aponta inequivocamente para o momento político que a superação do capitalismo requer e para as premissas sociais que o condicionam, relativas à emergência de um proletariado massivo, em larga escala homogêneo e coeso, e dotado de uma consciência revolucionária. Pode-se atribuir a Marx a crença na realização necessária dessas premissas e pode-se mesmo acusá-lo, quanto a esse aspecto, de um certo determinismo, mas suas considerações sobre essa questão, ainda que apresentadas junto com as de caráter mais estritamente econômico, são justapostas a elas e não delas deduzidas. Aquilo que Marx denominava a lei de movimento do capital, corretamente compreendida, permite inferir tendências para o desenvolvimento do capitalismo e identificar os elementos que tornam possível a sua superação. Nessa medida, a estrutura teórica que consiga internalizar aquela lei será capaz de construir um tempo lógico representativo, em larga escala, do tempo histórico vivenciado pelo sistema capitalista. Mas entre a potencialidade de sua superação e a superação de fato, existe um limite que escapa à lógica e só no plano da história pode eventualmente ser transposto.

Capítulo 2 – Lenin e Kautsky

O livro de Lenin *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* foi publicado em 1899, mesmo ano da publicação de *A Questão Agrária*, de Kausky. Os paralelos mais evidentes que podem ser estabelecidos entre eles dizem respeito tanto ao conteúdo quanto ao contexto em que foram escritos. Quanto ao conteúdo, a discussão sobre a penetração do capitalismo em áreas agrárias ocupa no livro de Lenin um grande espaço e constitui, no livro de Kautsky, seu próprio objeto. Nesse sentido, ambos apresentam uma certa continuidade em relação às elaborações de Marx contidas na Seção VI do Livro III de *O Capital*. No entanto, deve ser destacado que existe um deslocamento temático em relação ao principal problema aí tratado por Marx, ou seja, a determinação da renda da terra e sua apropriação em condições capitalistas de produção. Tanto para Lenin, quanto para Kautsky, o foco da análise está posto no processo de transformações sociais provocadas pela penetração capitalista em áreas rurais.¹

No que diz respeito ao contexto, ambos os livros foram escritos por autores que eram membros ativos de partidos socialistas, tendo em vista um propósito claro de intervenção num debate e numa prática política em curso. Essa mesma observação, evidentemente, estende-se ao artigo de Kautsky, *Teorías de las Crisis*, publicado em 1902.

2.1. Lenin

Em seu livro Lenin se propõe a analisar as transformações em curso na sociedade Russa desde 1861, quando ocorreu a reforma que pôs fim à servidão. O seu contexto teórico-político remete ao embate entre as posições dos marxistas

¹ Ver, a respeito ABRAMOVAY, *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, p. 36.

russos e dos populistas. Estes, de maneira sintética, expressavam inicialmente pontos de vista que negavam a necessidade do capitalismo como uma fase de desenvolvimento econômico específica entre a situação existente na Rússia e a sociedade socialista. Afirmavam que seria possível uma transição direta para essa forma de sociedade, tendo por base os laços comunitários característicos da produção agrária russa da época, com reflexos também na produção artesanal. Posteriormente, essa posição evoluiu de uma mera negação da necessidade do capitalismo para uma afirmação de sua impossibilidade na Rússia.

Embora possam ser apontadas diferenças entre Vorontsov e Nikolaion, os dois principais teóricos populistas contra os quais Lenin polemiza em seu livro, existe entre eles uma grande convergência quanto à causa que tornaria impossível o desenvolvimento do capitalismo na Rússia: a realização da mais-valia, não poderia ser feita com base apenas no mercado interno, e o necessário acesso ao mercado externo estaria descartado para a Rússia, devido à sua defasagem em termos de desenvolvimento econômico, quando confrontada aos países capitalistas.²

A crítica de Lenin a essa concepção desenvolve-se simultaneamente no plano teórico, em que busca refutar logicamente o argumento populista, e empírico, em que se dedica a um vasto trabalho de compilação e análise de dados estatísticos que mostram que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia é não só uma possibilidade, mas um processo já efetivamente em curso. No que diz respeito à crítica teórica, ele segue de perto uma linha de raciocínio já adotada por alguns dos chamados marxistas legalistas russos, particularmente Tugan-Baranovski, baseada na análise dos esquemas de reprodução de Marx contidos no Livro II de *O Capital*. Isso conduz diretamente à consideração do primeiro aspecto a ser aqui abordado sobre a construção teórica do tempo na obra de Lenin, que se refere exatamente à sua concepção de reprodução do capital social.

² Para uma comparação sucinta entre as posições de Vorontsov e Nicolaion ver MIGLIOLI, *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*, pp 126 a 128; Para uma comparação mais abrangente, ver LUXEMBURG, *A Acumulação do Capital*, pp. 181 a 195.

Esta concepção, em suas linhas mais gerais, não difere da exposta por Marx ao discutir as condições necessárias para uma reprodução equilibrada do sistema capitalista, que tornariam possível a realização da mais-valia sem qualquer tipo de recurso à existência de mercados externos.³ Além disso, também seguindo Marx, Lenin critica com veemência o argumento populista segundo a qual o mercado interno deveria existir como condição previa para o desenvolvimento do capitalismo, Ainda que algum grau de disseminação da produção mercantil preceda historicamente o surgimento do capitalismo, é ao desenvolvimento desse que cabe, sobretudo, o processo de formação e ampliação sistemática do mercado interno, em decorrência do aumento que provoca da divisão social do trabalho.⁴ Um aspecto particular dessa divisão do trabalho refere-se à dissolução dos vínculos existentes, na sociedade pré-capitalista, entre a atividade industrial e agrícola: o capitalismo separa essas atividades e cria uma tendência de transferência do contingente populacional empregado na área agrícola para o setor industrial e comercial.⁵

Evidentemente que a refutação da necessidade teórica que os populistas atribuíam ao mercado externo não implica desconhecer sua importância para o desenvolvimento do capitalismo. Lenin aduz três motivos para a expansão do mercado externo: em primeiro lugar, porque o capitalismo pressupõe uma circulação de mercadorias em larga escala, que inevitavelmente acaba ultrapassando os limites nacionais; em segundo lugar, porque o desenvolvimento necessariamente desproporcional dos distintos ramos de produção faz com que aqueles que se adiantam em relação aos demais busquem um mercado externo para escoar sua produção, que não poderia ser absorvida domesticamente; e, em

³ A respeito das condições para a reprodução ampliada do capital, Lenin argumenta que a verdadeira dificuldade não consiste em explicar a realização da mais-valia e sim do capital constante, em especial daquele empregado no Departamento II, produtor de bens de consumo, cuja forma material não permite a realização direta, impondo a necessidade de intercâmbio com o outro departamento. Ver LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, pp. 17 e 18. Essa posição é criticada em MIGLIOLI, *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*, p. 155.

⁴ Ver LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, pp. 13 a 15.

⁵ Ver LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, p. 15.

último lugar, como é inerente ao capitalismo a transformação constante de sua base técnica e a ampliação de sua escala de operação, a massa acrescida de valores de uso decorrentes desses dois processos acaba sendo parcialmente canalizada para o mercado externo.⁶ Segundo ele, esses três motivos conferem inclusive à existência de um mercado externo para o capitalismo o caráter de necessidade, como os populistas também o faziam, só que por razões de ordem histórica e não por imposição lógica da necessidade de realização.

O que Lenin denomina razões de ordem histórica deve ser mais bem qualificado, pois todas elas podem ser compreendidas como aspectos do funcionamento do sistema capitalista, teoricamente compreendido. A modificação constante da base técnica, com a conseqüente elevação da força produtiva do trabalho e a ampliação da escala de operação, como visto no capítulo anterior, são tendências teoricamente concebidas do capitalismo, enquanto a circulação de mercadorias em larga escala pode ela própria ser entendida como uma tendência derivada destas. Esses fatores, mais o efeito que Lenin atribui às desproporções entre ramos da produção desigualmente desenvolvidos, confluem, como aspectos particulares, para a tendência à formação de um mercado mundial, também ela discutida no capítulo anterior. Assim, as razões que Lenin menciona para a expansão do mercado externo são de caráter histórico não por carecerem de fundamentação teórica, mas por derivarem de um aspecto da teoria, as tendências, que lhe permite representar internamente o tempo histórico do capitalismo.

O nexu que Lenin estabelece entre desproporção e expansão do mercado externo merece um comentário adicional, seja pela diferença de perspectiva que assinala em relação aos teóricos populistas, seja pelo seu vínculo com o tema das crises. No capítulo anterior foi visto que as crises de realização podem ser desdobradas em duas vertentes explicativas, desproporção e subconsumo, que

⁶ LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, pp. 30 e 31.

em Marx não se contrapõem necessariamente. Na história subsequente do pensamento econômico marxista, no entanto, boa parte das controvérsias a respeito do entendimento das crises deriva de polêmicas travadas entre partidários teóricos das crises de realização, que absolutizam um de seus aspectos e desconsideram a relevância do outro, ou mesmo rejeitam completamente sua validade. Lenin, seguindo os teóricos do marxismo legal russo, particularmente Tugan-Baranovski, travou com os populistas russos uma dessas primeiras polêmicas.

Para os populistas, a explicação para a impossibilidade de realização da mais-valia no mercado interno era de fundo subconsumista; daí deduziam que, sem mercados externos, o desenvolvimento do capitalismo seria impossível. Lenin, ao contrário, atribuía os eventuais problemas de realização à desproporção entre departamentos, mas isso não impedia o desenvolvimento do capitalismo e, com as tendências dele decorrentes, a expansão do mercado externo.

Se a perspectiva teórica adotada por Lenin tornou-o mais capaz de captar o processo em curso de desenvolvimento do capitalismo russo do que os populistas, que o negavam *a priori*, a própria exacerbação do debate parece tê-lo feito deslocar o pêndulo excessivamente para o lado oposto. Se da concepção dos populistas sobre a realização eles derivam a impossibilidade do capitalismo, a concepção de Lenin, ainda que admitindo a possibilidade de ocorrência de crises devido à desproporção, não parece lhes conferir muita relevância. A luta teórica para afirmar a possibilidade de reprodução do capital esmaeceu significativamente em sua argumentação a percepção dos problemas com que essa reprodução pode se defrontar.

É curioso, quanto a esse aspecto, confrontar Lenin e seu inspirador Tugan-Baranovski, pois esse último autor, partindo da unilateralidade de explicação das crises pela desproporção, está exatamente preocupado em destacar a ocorrência periódica destas e seu papel na determinação do comportamento cíclico do

capitalismo. O foco da discussão apresentada por Lenin, ao contrário, ao se concentrar excessivamente na crítica à impossibilidade de realização, acaba dando pouca ênfase à questão da crise que, como foi visto no capítulo anterior, constitui para Marx uma dimensão fundamental do tempo histórico do capitalismo e do tempo lógico da teoria que busca explicá-lo. O mesmo se aplica à ocorrência de ciclos, que não possuem qualquer papel em seu argumento.

Um aspecto suplementar dessa falta de relevância refere-se à inexistência em sua obra de qualquer menção à tendência de queda da taxa de lucro que, como foi visto, representa a parte mais desenvolvida da teoria de Marx sobre a crise, além de constituir uma boa base teórica para o entendimento de pelo menos um aspecto do comportamento cíclico do capitalismo. Isso é particularmente significativo porque a tendência à elevação da composição orgânica do capital, da qual depende a tendência de queda da taxa de lucro, ocupa um papel de destaque no argumento que Lenin usa para fundamentar sua defesa da possibilidade de realização. Como a tendência à elevação da composição orgânica do capital implica um crescimento mais rápido da produção de meios de produção em relação à produção de bens de consumo, a expansão do mercado interno deve significar, principalmente, a expansão da demanda por meios de produção. Assim, a garantia das condições que tornam viável a realização da mais-valia assume crescentemente o caráter de tarefa interna à classe capitalista, o que já havia sido afirmado por Tugan-Baranovski.⁷

Essa concepção contrasta com a dos populistas, para quem a expansão do mercado interno deveria consistir, acima de tudo, numa ampliação da capacidade de absorção de bens de consumo, o que encontraria um obstáculo na situação de ruína dos pequenos produtores. Esse, na verdade, constitui o principal eixo teórico do argumento populista para fundamentar sua tese de impossibilidade de desenvolvimento do mercado interno. E, em contrapartida, constitui um dos principais alvos da crítica que Lenin lhes dirige.

⁷ Ver LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, pp. 23 a 26.

Para ele, a ruína dos pequenos produtores devido à perda de seus meios de produção, não apenas não era um obstáculo para o desenvolvimento do mercado interno, como consistia exatamente no seu principal elemento impulsionador. De um lado, os novos proprietários desses meios de produção, agora convertidos em capital, passam a produzir sob a forma de mercadoria o que antes o era sob a forma de bens voltados para o auto-consumo; de outro, os antigos produtores têm que adquirir no mercado o que antes produziam.⁸ E, para isso, necessitam de um rendimento, que pode ser obtido pela venda de sua força de trabalho, ou seja, pela sua conversão em trabalhadores assalariados. Assim, a origem e desenvolvimento do mercado interno vinculam-se ao processo de transformação da força de trabalho em mercadoria que, como foi visto no capítulo anterior, constitui um critério de periodização sinalizador da gênese do modo capitalista de produção.

O aspecto possivelmente mais relevante do livro de Lenin consiste numa exposição minuciosa das transformações sociais subjacentes a essa gênese. Em particular, numa análise concreta da feição que ela assumiu na sociedade russa, que afasta-se parcialmente do que uma concepção mais abstrata e pura de acumulação primitiva levaria a crer, ou seja, a privação completa da propriedade de meios de produção pelo classe dos trabalhadores assalariados. Como ele afirma,

"[...] a tese segundo a qual o capitalismo necessita de operários livres e sem terra é freqüentemente compreendida de forma demasiado trivial. Isso é perfeitamente verdadeiro enquanto tendência básica, mas o capitalismo penetra na agricultura de maneira particularmente lenta e toma formas muito variadas. Aos proprietários rurais muito amiúde interessa que terras sejam distribuídas aos operários agrícolas; aliás, o operário agrícola dotado de terras é um tipo próprio a todos os países capitalistas, variando conforme as condições nacionais".⁹

⁸ Ver LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, pp. 15 e 16.

⁹ LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, p. 116.

O processo fundamental de transformação da força de trabalho em mercadoria na Rússia, segundo Lenin, está associado ao que ele denomina desintegração do campesinato, responsável pela formação de novos tipos de população rural, particularmente de tipos extremos, em detrimento do campesinato médio: são eles a burguesia rural, ou campesinato rico, e o proletariado rural. O primeiro grupo inclui os cultivadores independentes, praticantes da agricultura mercantil, os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, de empresas comerciais etc; o segundo grupo, embora incorpore camponeses extremamente empobrecidos e mesmo privados de terras, tem como representantes típicos os assalariados agrícolas e os operários não agrícolas, todos eles possuidores de um lote de terra comunitário. No caso dos assalariados agrícolas, o lote pode ser cedido por um proprietário de mais recursos, mediante um desconto no salário pago. Quanto ao campesinato médio, encontra-se numa situação instável, com uma pequena parcela conseguindo eventualmente ascender à burguesia rural, mas sofrendo de modo mais intenso uma pressão que age no sentido de sua proletarização. Além disso, segundo Lenin, constitui também o segmento da população rural mais propenso à emigração para as áreas urbanas, o que reforça a tendência à polarização social no meio rural.¹⁰

Dessa polaridade, formada de um lado por uma burguesia rural apta a concentrar meios de produção e possuindo terras cuja extensão extrapola a possibilidade de cultivo em base familiar, e, de outro, por um proletariado rural que, ainda que proprietário, não o é na medida necessária para bancar seu próprio sustento, devendo vender sua força de trabalho como mercadoria, nasce o mercado interno, cuja expansão torna possível o desenvolvimento do capitalismo russo.

O destaque dado por Lenin à análise da desintegração do campesinato decorre da preponderância numérica desse setor na sociedade russa e da necessidade de combater as posições populistas, marcadas pela idealização de

¹⁰ Ver LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, pp. 115 a 118.

suas tradições comunitárias e do potencial que elas teriam para propiciar uma transição direta ao socialismo, que prescindisse da etapa capitalista. Resta analisar brevemente suas concepções a respeito das transformações sofridas pela grande propriedade fundiária e pela indústria russa.

A reforma que aboliu a servidão subverteu as bases sobre as quais se assentava o antigo regime de corvéia, tais como o isolamento e auto-suficiência do feudo, a predominância da economia natural e das relações de subordinação pessoal direta etc., abrindo espaço para a emergência de relações capitalistas. Isso, no entanto, não se dá de modo repentino, mas ao longo de um período caracterizado pela existência de formas híbridas que assinalam a transição entre os dois regimes. No momento que Lenin escreveu seu livro, ele detectou a coexistência de duas formas principais de relacionamento entre proprietários fundiários e trabalhadores diretos no âmbito da grande propriedade de terras: o pagamento em trabalho, em que camponeses da vizinhança cultivavam o latifúndio usando seus próprios instrumentos, e o sistema capitalista, em que os instrumentos pertencem ao dono da terra, sendo esta cultivada por trabalhadores assalariados.

Essa classificação merece alguns comentários. Em primeiro lugar, a atribuição ao primeiro sistema do nome pagamento em trabalho não é talvez a mais apropriada pois, como o próprio Lenin destaca, ele assume as formas mais variadas, incluindo modalidades em que o trabalhador direto é remunerado monetariamente. O seu traço distintivo essencial é a propriedade dos instrumentos pelos camponeses que constituem a força de trabalho direta empregada no latifúndio. Em segundo lugar, a contraposição entre os dois sistemas é mais de ordem analítica do que factual, já que a maioria dos grandes estabelecimentos utiliza simultaneamente os dois. Em terceiro lugar, e isso é o mais importante, é possível discernir uma tendência atuando no sentido de favorecer a predominância do sistema capitalista.

Essa propensão à decadência do sistema de pagamento em trabalho tem como uma de suas causas a tendência à desintegração do campesinato. Como foi visto acima, ela atua no sentido de estabelecer uma polaridade social entre a pequena burguesia rural e o proletariado rural, em detrimento dos estratos médios do campesinato. Mas esse segmento, que não é rico o bastante para se livrar das formas remanescentes de vassalagem, mas o é na justa medida para possuir os instrumentos de trabalho necessários ao cultivo do latifúndio, constitui exatamente o esteio do sistema de pagamento em trabalho. A perda de relevância social do camponês médio tende a minar as bases sobre as quais se assenta o sistema de pagamento em trabalho.

Além disso, a decadência desse sistema também encontra um estímulo poderoso na introdução de máquinas na produção agrícola que, devido ao seu alto custo só podem ser adquiridas pelos grandes proprietários de terras. Quando estes as adquirem, torna-se sem sentido a manutenção do sistema de pagamento em trabalho, que tinha seu fundamento na propriedade dos instrumentos de trabalho pelo camponês médio. Desse modo, a introdução de máquinas constitui um forte estímulo ao desenvolvimento do trabalho assalariado no meio rural.

Evidentemente que a introdução das máquinas, além do efeito social acima discutido tem também uma implicação de ordem técnica: ela subverte o antigo processo de trabalho, submetendo-o ao controle do latifundiário-capitalista de uma forma nova. Se, no capítulo anterior, a transição da subsunção formal para a subsunção real do trabalho no capital foi apresentada como base de um critério para a periodização interna do capitalismo já constituído, na situação concreta da Rússia tratada por Lenin, ela se confunde com outro critério de periodização, que assinala sua gênese. Pelo menos no caso do latifúndio, a existência generalizada da força de trabalho como mercadoria não pode ser totalmente considerada como um fato que antecede o revolucionamento da base técnica do processo de trabalho, mas é esse revolucionamento, causado pela introdução da máquina, que em larga medida incentiva a transformação da força de trabalho em mercadoria.

O conjunto das transformações acima discutidas, refiram-se elas à propriedade camponesa ou ao latifúndio, aponta para um caráter crescentemente mercantil da atividade rural como um todo, que ampliam o mercado interno para o capitalismo: mercado para produtos anteriormente produzidos em regime de subsistência, mercado para a força de trabalho e um crescente mercado para meios de produção, que tem na própria disseminação das máquinas agrícolas um de seus maiores estímulos.

Quanto ao desenvolvimento da indústria russa, Lenin propõe uma periodização baseada na existência de três fases: a pequena produção mercantil, caracterizada pela existência de pequenas indústrias essencialmente camponesas; a produção manufatureira capitalista; e a grande indústria mecanizada. O critério que permite diferenciá-las é predominantemente de ordem técnica:

“A pequena produção mercantil se caracteriza por uma técnica extremamente primitiva, fundada no trabalho manual e inalterável quase desde tempos imemoriais. O produtor permanece um camponês, a quem a tradição capacitou para assimilar procedimentos de transformação de matérias-primas. Com a manufatura, surge a divisão do trabalho, que provoca importantíssimas transformações técnicas e converte o camponês em artesão, em 'operário produtor de peças'. Mas a produção manual persiste, e com isso o progresso dos métodos de produção é muito lento. A divisão do trabalho aparece espontaneamente e, como o trabalho camponês, transmite-se pela tradição. Uma mudança radical só é possível com a grande indústria mecanizada: ela joga fora a habilidade manual, reorganiza a produção sobre bases racionais e utiliza sistematicamente as conquistas da ciência. [...] nos ramos industriais dominados pela fábrica, o que se verifica é uma completa revolução técnica e um rapidíssimo progresso dos métodos de produção mecanizada”.¹¹

Tem-se, aí, a aplicação à sociedade russa de um critério de periodização derivado de Marx, que tem na transformação da base técnica e da forma de

¹¹ LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, p. 342.

submissão do processo de trabalho ao controle do capital a sua razão de ser. A seu respeito cabe fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, apesar da diferença técnica existente entre as três formas de organização da produção industrial, as fases apontadas não podem ser compreendidas de modo estanque. Ao contrário, existe uma tendência de que a pequena produção mercantil leve ao desenvolvimento da manufatura e de que essa converta-se em grande indústria mecanizada. Essa caracterização contrapõe-se à opinião populista, que entendia existir entre a primeira e a segunda dessas fases uma separação não apenas conceitual, mas efetiva e intransponível. Assim, elevavam a pequena produção mercantil à categoria de forma idealizada que, ao lado da comunidade camponesa, tornariam possível a transição direta da sociedade russa ao socialismo.

Em segundo lugar, ao critério técnico apontado não se superpõe um critério social absoluto, baseado na existência ou não de trabalho assalariado: este encontra-se presente já na pequena produção mercantil, embora em pequena escala e sem contribuir para uma polarização extremada entre os trabalhadores e os proprietários das oficinas. Tanto o volume de assalariados, quanto a polarização social que ela implica, elevam-se na manufatura e atingem seu ápice com o advento da grande indústria.

Em terceiro lugar, à sucessão das três fases corresponde uma evolução do próprio caráter do desenvolvimento da atividade produtiva e, particularmente, da dimensão e forma do mercado interno que elas supõem. Pequeno e predominantemente local na primeira fase, esse mercado já adquire, em alguns segmentos, dimensão nacional no período da manufatura, o que se aprofunda e generaliza com a grande indústria. Paralelamente a esse movimento, a estabilidade característica da primeira fase, em que as quantidades produzidas e comercializadas regulavam-se em grande medida pela tradição, é crescentemente solapada pela manufatura e culmina na instabilidade inerente à existência da

grande indústria e às relações impessoais típicas da forma de mercado que ela induz. Essa traz consigo as crises e a formação de um exército industrial de reserva, alimentado principalmente por um contingente de origem rural, cujas raízes encontram-se no processo de desintegração do campesinato.¹²

Se esses são aspectos negativos do desenvolvimento da grande indústria capitalista, predominam na visão de Lenin seus efeitos positivos: é esta que promove a socialização em larga escala do trabalho, amplia de modo sistemático o mercado interno, eleva a força produtiva material da sociedade – seja em seu próprio âmbito, seja no da agricultura, pela produção de máquinas e implementos agrícolas –, separa a si própria da agricultura enquanto ramo de atividade específica e, com essa separação, cria em larga escala uma nova classe social distinta do antigo campesinato, seja pelo estilo de vida e forma de organização das relações familiares, seja por um padrão de demanda que caracteriza um novo patamar de necessidades materiais e culturais.

Essa questão conduz ao último aspecto do livro de Lenin que será aqui abordado e refere-se ao estabelecimento das condições para a superação do capitalismo. Se ele permanece fiel à concepção marxista de que essas condições nascem da evolução mesma do capitalismo e de suas contradições internas, o caráter ainda tosco desse capitalismo, que faz com que sua existência e possibilidade de desenvolvimento tenham que ser teoricamente demonstradas e defendidas contra uma parcela expressiva da intelectualidade da época, de certo modo tira substância à idéia de sua superação. Para Lenin, estava em curso na sociedade russa um processo que conduziria à revolução, mas essa seria ainda uma revolução burguesa.

¹² Embora Lenin destaque a formação de um exército industrial de reserva na Rússia, em decorrência da desintegração do campesinato e mesmo, em algumas circunstâncias, da substituição de operários por máquinas, o traço predominante do processo em curso na Rússia era, segundo ele, a expansão do conjunto do proletariado, aí incluindo o operariado industrial. Para os populistas, a existência de um contingente de desempregados e subempregados na Rússia era uma prova da inviabilidade do capitalismo na Rússia; para Lenin, baseado na concepção marxista do exército industrial de reserva, era uma condição necessária para o seu desenvolvimento.

No prefácio que ele escreveu para a segunda edição de seu livro, de 1908, posterior portanto à revolução de 1905, ele aponta duas possíveis vias para o desenvolvimento da revolução burguesa na Rússia. Na primeira delas, que guarda semelhança com a chamada via prussiana, preservaria a grande propriedade latifundiária porém transformando lentamente sua estrutura interna, de modo que as relações remanescentes da prática da corvêia fossem substituídas por relações capitalistas, baseadas no assalariamento da força de trabalho. Nessa via, o papel dirigente do processo caberia conjuntamente à burguesia e aos latifundiários liberal-monárquicos, com base de apoio social no campesinato rico, enquanto as condições de vida da massa camponesa tenderiam a se deteriorar. A segunda via, ao contrário, levaria à destruição do latifúndio e à transformação brusca das relações que o caracterizam, abrindo caminho para a difusão acelerada da pequena propriedade camponesa funcionando em bases capitalistas. Esta via, que teria como dirigentes o proletariado e a massa camponesa, elevaria seu padrão de vida ao maior nível permitido pelas circunstâncias e criaria as melhores condições para uma posterior revolução que conduzisse ao socialismo.¹³

Assim, a perspectiva de uma transição direta ao socialismo não era na época considerada factível por Lenin, que defendia a idéia de uma revolução em etapas, em que a etapa socialista deveria ser necessariamente precedida por uma democrático-burguesa. Sua opinião a esse respeito só vai se modificar em 1917, após a revolução de fevereiro e a constituição dos soviets.¹⁴

¹³ Essa segunda concepção sobre a provável dinâmica futura da revolução russa, que orientava o pensamento político de Lenin, tem reflexos na tática por ele preconizada: num primeiro momento, o proletariado deveria se aliar ao conjunto do campesinato, contra a grande burguesia e os latifundiários; após a primeira revolução, o proletariado deveria se aliar ao campesinato pobre contra seus estratos enriquecidos, visando a transformação socialista da Rússia. Ver LENIN, *As Duas táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática, passim*.

¹⁴ Para essa mudança de opinião ver LENIN, *Teses de Abril, passim*. Trotsky, que viria a ser a segunda principal figura política da Revolução Russa, defendia desde 1905 a tese de que a próxima revolução teria um caráter diretamente socialista, superando a visão em etapas de Lenin. Ver TROTSKY, *Resultados y Perspectivas: las Fuerzas Motrices de la Revolución, passim*.

2.2. Kautsky

Enquanto o livro de Lenin discutido no tópico anterior estava voltado para a análise de uma situação histórica e geográfica bem concreta, Kautski, em *A Questão Agrária*, desenvolve seu tema a partir de uma perspectiva um pouco mais abstrata. Embora ele se debruce principalmente sobre a realidade da sociedade alemã da época, tem por propósito discutir algumas leis mais gerais a respeito da expansão do capitalismo em áreas agrárias. No entanto, assim como no caso de Lenin, seu livro estava voltado para um propósito político. Tratava-se, no caso, de fornecer as bases teóricas para um programa agrário para a social-democracia alemã, que encontrava exatamente nos contingentes populacionais das áreas rurais o maior obstáculo à sua expansão política.

O foco de sua análise, tendo por base essa necessidade programática, está posto no estabelecimento da tendência provável para a evolução das áreas em que sobrevivem formas pré-capitalistas de agricultura. A conclusão central a que chega aponta, em linhas gerais, para a expropriação da propriedade fundiária do pequeno campesinato independente. Essa afirmação, no entanto deve ser qualificada.

A principal razão para sustentá-la é de ordem técnica. Ou seja, os métodos de produção típicos da agricultura capitalista em grande escala seriam incomparavelmente superiores aos métodos tradicionais empregados na pequena propriedade de base familiar. Nesse sentido, pode se estabelecer um paralelo claro com o que acontece na produção industrial, em que a produtividade do trabalho obtida numa grande fábrica é infinitamente superior à que pode ser obtida, por exemplo, num pequeno estabelecimento artesanal. Essa produtividade superior, no entanto, só irá se refletir favoravelmente na rentabilidade de seu proprietário na medida em que algum limite possa ser imposto à elevação dos

custos salariais. O papel fundamental aqui é desempenhado, como foi visto no capítulo anterior, pela existência de um exército industrial de reserva.

Na área rural, uma função análoga pode ser cumprida pela manutenção de um contingente de pequenos proprietários fundiários, que produzam em suas terras uma parte do que consomem, mas não a totalidade, de modo que tenham que vender sua força de trabalho ou de sua família para ser empregada em estabelecimentos agrícolas capitalistas. A produção parcial dos bens que necessitam, em bases não capitalistas, funciona como elemento de redução da parte dos custos de reprodução da força de trabalho que terão que ser cobertos pelos salários. Facilita, assim, a acumulação capitalista nos estabelecimentos agrícolas de grande porte.

Desse modo, Kautsky conclui que embora a superioridade técnica dos estabelecimentos de maior porte em relação aos pequenos seja evidente, fazendo com que a tendência dominante aponte no sentido da extinção destes últimos, em algumas situações os pequenos estabelecimentos podem não apenas sobreviver como mesmo terem sua existência incentivada pela burguesia agrária, em benefício da acumulação capitalista. A ocorrência dessa situação mista, em que pequenos proprietários de terra são também proletários, aproxima as conclusões de Kautsky daquelas a que Lenin chegou através da análise da situação russa.

Dado o objeto de *A Questão Agrária*, o tema das crises não encontra aí qualquer expressão. Ele será desenvolvido amplamente por Kautsky no artigo *Teoría de las Crisis*, publicado em 1902, no qual apresenta uma crítica das concepções de Tugan-Baranovski. Já em 1899, mesmo ano de *A Questão Agrária*, Kautsky havia se manifestado sobre o tema das crises numa crítica a um outro autor, Bernstein, que afirmava existir na obra de Marx uma teoria do colapso puramente econômico do sistema capitalista.¹⁵ Como a idéia desse colapso,

¹⁵ Para um resumo da posição de Bernstein e dos principais autores que participaram do debate que se seguiu à publicação de seu artigo, ver SWEEZY, *The Theory of Capitalist Development*, pp. 190 a 213. Para uma

segundo Bernstein, não era consistente com a evidência empírica disponível, que apontava inclusive para uma melhoria das condições de vida do proletariado, ele rejeitava em bloco as concepções de Marx e passava a defender a tese de uma transição gradual, não revolucionária, para o socialismo.

As implicações políticas da crítica de Kautsky à teoria do colapso são evidentes. Em primeiro lugar, buscava resgatar a validade teórica da formulação de Marx, negando que houvesse em sua obra ou na de Engels qualquer concepção do puro colapso econômico. Em segundo lugar, rejeitando essa concepção no plano teórico, rejeitava-a também como possibilidade prática para a evolução do sistema capitalista e seu término, de modo que a possibilidade de sua superação deveria ser repostas no campo da prática revolucionária.

O texto de Tugan-Baranovski que Kautsky critica em 1902 afirma existirem na obra de Marx não apenas uma, mas duas teorias do colapso econômico, sendo uma derivada da tendência de queda da taxa de lucro e outra do subconsumo. Ambas são rejeitadas por Tugan-Baranovski. O colapso em decorrência da tendência de queda da taxa de lucro não poderia ocorrer, segundo ele, pois a própria tendência não existiria; e a ocorrência de um subconsumo sistemático também não seria factível, devido à capacidade do capitalismo de criar mercado para seus produtos. Como foi visto no tópico anterior deste capítulo, ele professava uma teoria explicativa das crises com base nas desproporções entre os dois departamentos da produção.¹⁶

Kautsky reafirma a validade da lei da tendência de queda da taxa de lucro, que havia sido rejeitada por Tugan-Baranovsky, argumentando contra o ponto que este autor havia utilizado para rejeitá-la, ou seja, que o progresso técnico não necessariamente levaria a uma elevação da composição orgânica do capital. No

exposição feita pelo próprio Bernstein sobre o conjunto de suas críticas em relação à obra de Marx, que não se restringem à crítica da pretensa teoria do colapso, ver BERNSTEIN, *Socialismo Evolucionário*, *passim*.

¹⁶ Ver TUGAN-BARANOVSKY, *Fundamentos Teóricos del Marxismo* In: COLLETI (org.), *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*, pp. 242 a 258.

entanto, embora sua exposição sobre a questão possa ser considerada bastante fiel em relação ao tratamento dado a ela por Marx, a explicação última das crises, para Kautsky, deve ser buscada no subconsumo. Ele argumenta que numa situação pré-capitalista a exploração de uma parte da sociedade, que tem seu consumo reduzido, é compensada pela expansão do consumo dos exploradores. Em condições capitalistas, no entanto, uma parte do fruto da exploração deve ser poupada pelos capitalistas para posterior acumulação, de modo que a redução do consumo em um pólo da sociedade não é compensada por uma elevação correspondente no pólo oposto.¹⁷

Quanto às desproporções entre departamentos, Kautsky também aceita que elas possam causar crises, como já era afirmado por Marx, mas rejeita uma idéia que viria a ser partilhada por vários dos adeptos dessa modalidade explicativa, ou seja, a de que o crescimento da cartelização da economia pudesse mitigar as crises de desproporção. Segundo ele, a expansão dos cartéis tenderia a tornar esse tipo de crise na verdade mais provável. Isso porque elas podem ser causadas tanto pela ocorrência de uma produção em excesso, quanto por uma subprodução, sendo que essa tenderia a ser provocada pela política dos cartéis voltada para a manutenção ou elevação de preços.¹⁸

Os aspectos talvez mais originais do texto de Kautsky, porém, dizem respeito não às causas das crises, mas ao padrão de recorrência que ele prevê para elas e aos fatores que podem interferir nesse padrão. Segundo ele, haveria uma tendência à ampliação da duração das crises e de sua intensidade, assim como de sua abrangência geográfica, embora fosse possível a ocorrência de fases de expansão econômicas impulsionadas pela ocorrência de eventos como revoluções técnicas e outros fatores. Uma boa síntese de suas principais conclusões pode ser encontrada no trecho abaixo:

¹⁷ Ver COLLETI (org.), *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*, p. 209.

¹⁸ Ver COLLETI (org.), *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*, pp. 212 a 213.

“Deve chegar uma época, e talvez esta encontre-se já muito próxima, a partir da qual se tome impossível que o mercado mundial, ainda que transitoriamente, possa se expandir mais rápido que as forças produtivas sociais, de modo que em todas as nações industriais a superprodução torne-se crônica. Nessa época é também provável e possível um ascenso e descenso da vida econômica; uma série de revoluções técnicas que desvalorizam uma massa de meios de produção existentes e dão origem a novas e grandes criações de meios de produção, o descobrimento de novas e ricas reservas de ouro e similares podem ativar ainda temporariamente a marcha dos negócios. Mas o modo capitalista de produção requer um expansão ininterrupta, rápida, não deve levar a seu ponto máximo a desocupação e a miséria para os operários e a insegurança para os pequenos capitalistas. O avanço da produção capitalista evidentemente segue sendo possível, inclusive nesse estado de depressão crônica, mas ela se torna absolutamente insuportável para a grande massa da população que se vê obrigada a buscar uma saída para a miséria generalizada, que só pode ser encontrada no socialismo”.¹⁹

Nesse texto, Kautsky mantém sua posição já expressa na polêmica com Bernstein, de rejeição da idéia de um colapso puramente econômico do capitalismo e reafirmação da necessidade da luta revolucionária pelo socialismo. Tanto a concepção aí expressa a respeito da existência no capitalismo de uma tendência à depressão crônica, quanto a idéia de que a ocorrência de revoluções técnicas e outros fatores “externos” possam provocar surtos econômicos prolongados, iriam influenciar significativamente autores posteriores, como será visto nos próximos capítulos.

Em seu texto, Kautsky busca estabelecer também uma correlação entre as fases econômicas e as ocorrências de guerras. Segundo ele, estas tenderiam a ocorrer com maior frequência nas fases de prosperidade, enquanto as fases depressivas corresponderiam a momentos mais pacíficos. Como estava em curso exatamente um período de prosperidade recém iniciado, que deveria durar ainda alguns anos caso fosse mantido o padrão cíclico que ele constatou existir desde 1815 para a atividade econômica, Kautsky concluía seu artigo afirmando a provável ocorrência de uma guerra nas próximas décadas.

¹⁹ COLLETI (org.), *El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo*, p. 232.

De fato, ocorreu a Primeira Guerra Mundial. Após seu término, em 1927, Kautsky voltaria ao tema das crises.²⁰ Nesse momento, no entanto, rejeitava não só a idéia de colapso econômico, mas também, dois anos antes do início da Grande Depressão, suas próprias formulações anteriores a respeito da tendência à depressão crônica do capitalismo.

2.3 Comentários e conclusões

Entre *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Lenin e *A Questão Agrária*, de Kautsky, podem ser encontradas diversas semelhanças, que refletem uma compreensão comum a respeito da dinâmica de expansão capitalista em áreas agrárias e seus efeitos técnicos e sociais. Em ambos os autores, por exemplo, é mostrada como a transformação capitalista da agricultura cria os análogos rurais do exército industrial de reserva, com seu efeito de contenção salarial. Em ambos os autores também, embora de modo mais claro em Lenin, conceitos que em Marx serviam de base para o estabelecimento de fases distintas da evolução do capitalismo encontram-se conjugados: a reprodução do capital é um elemento indutor de processos de acumulação primitiva, e esta é muitas vezes precedida por transformações do processo de trabalho que caracterizam a subsunção real do trabalho no capital. Se, consideradas exclusivamente sob o ponto de vista da construção lógica dos conceitos, essas inversões constituiriam um contra-senso, elas adquirem plena validade quando a dinâmica temporal e espacial da expansão capitalista é considerada em sua concretude histórica e geográfica.

Quando se consideram as posições dos autores sobre as crises econômicas, no entanto, as diferenças não poderiam ser mais evidentes, embora ambos

²⁰ Ver SWEEZY, *The Theory of Capitalist Development*, pp. 207 e 208.

aceitem que as desproporções entre departamentos podem levar à ocorrência de crises. No entanto, enquanto essa é causa para as crises mais destacada por Lenin, que combate sistematicamente a idéia de subconsumo, Kautsky faz deste o motivo principal para as crises, atribuindo às desproporções uma significância consideravelmente menor. Em relação à tendência de queda da taxa de lucro, o tema está ausente da elaboração de Lenin, enquanto Kautsky, embora o contemple e aceite, não lhe confere a centralidade que a formulação encontra na obra de Marx.

Quanto à superação do capitalismo, nenhum dos dois autores pode ser acusado de fatalismo estritamente econômico. No entanto, a preocupação com o tema está menos presente no livro de Lenin — voltado que está para provar a viabilidade do capitalismo na Rússia —, enquanto assume no artigo de Kautsky uma maior relevância. Aí, também, a possibilidade de uma revolução socialista parece ser encarada sob uma perspectiva até certo ponto mais imediata.

Capítulo 3 – Hilferding, Luxemburg, Bukharin e Lenin

Os autores que serão discutidos neste capítulo são os primeiros, dentro do campo marxista, a apresentar um estudo sistemático sobre a questão do imperialismo. Mantêm em comum com os autores discutidos no capítulo anterior — um dos quais é o próprio Lenin — a posição de membros destacados de partidos socialistas, dentro dos quais desempenhavam tarefas de direção. Aqui como lá, suas formulações apresentam um conteúdo fortemente político e nenhuma das obras foi concebida como pura teoria.

Os anos de publicação de seus livros foram 1910, para *O Capital Financeiro*, de Hilferding; 1913, para *A Acumulação do Capital*, de Rosa Luxemburg; 1915, para *A Economia Mundial e o Imperialismo*, de Bukharin; e 1916, *O Imperialismo Fase Final do Capitalismo*, de Lenin. Esse período, que compreende desde os anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial, quando ela já era em grande medida previsível, até os anos em que a guerra já está em curso, determinam o eixo comum da investigação empreendida pelos quatro autores. Todos eles tentam estabelecer os motivos que, devido ao desenvolvimento do sistema capitalista em escala internacional, levavam a um crescente acirramento das relações interestatais e à guerra.

3.1. Hilferding

O primeiro aspecto da construção teórica do tempo do capitalismo na obra de Hilferding, que aqui será analisado, diz respeito ao seu tratamento da tendência à concentração e centralização do capital, formulada por Marx. Mais especificamente, ao tratamento que Hilferding dá àquela tendência considerando-

a não através da mera perspectiva do acúmulo quantitativo de capital sob o controle de um número cada vez mais reduzido de capitalistas, mas sob o ângulo da modificação qualitativa que nessa tendência se expressa com o surgimento das sociedades anônimas.¹ Estas, para o autor, representam não apenas uma diferença de caráter organizativo em relação às empresas individuais tradicionais, mas também uma diferença econômica fundamental.

A sociedade anônima implica, antes de tudo, na liberação do capitalista industrial de suas funções de empresário e na atribuição, ao seu capital, da função de simples capital monetário. O investimento na compra de ações dá-se com base na expectativa de recebimento de dividendos, ou seja, de uma participação nos rendimentos futuros da empresa. A taxa de remuneração do capital investido dessa forma tende a ser reduzida, para o acionista, à taxa de juros vigente para aplicações a juro fixo, mais um prêmio de risco que compense a menor segurança típica dessa modalidade de investimento. O nível dos dividendos será tão mais próximo da taxa de juros para aplicações a juro fixo, quanto mais desenvolvido for o mercado acionário.

Assim, o valor do capital acionário total de uma empresa será dado pelo valor presente do fluxo de seus rendimentos esperados, descontados pela taxa de juros acrescida de um prêmio de risco. Como os rendimentos futuros da empresa, em condições normais, serão dados pela incidência da taxa média de lucro sobre o total de seu capital produtivo, e, como essa taxa é superior à de juros – em condições normais, na verdade, constitui o seu limite superior –, percebe-se que deve existir uma diferença positiva entre os montantes do capital acionário da empresa e do capital realmente funcionando como capital produtivo. A essa

¹ O estudo sobre a sociedade anônima e o desenvolvimento do chamado capital fictício já havia sido iniciado pelo próprio Marx, na seção V do livro III de *O Capital*, principalmente no capítulo XXVII, embora de forma incompleta e sem destacar o que para Hilferding é o essencial da questão: o lucro do fundador como categoria econômica e forma de rendimento cada vez mais relevante para o entendimento da moderna sociedade capitalista. Engels pretendia escrever um artigo sobre a bolsa, destacando as modificações pelas quais passou e a crescente importância que adquiriu após Marx ter escrito a parte de *O Capital* que trata do assunto. Ele, no entanto, faleceu antes da conclusão do artigo, que ficou restrito a um pequeno fragmento de texto de apenas duas páginas. Ver MARX, *O Capital*, III, tomo X, pp. 314 a 318; ENGELS, *Suplemento ao Livro Terceiro de "O Capital"*, In: MARX, *O Capital*, III, tomo 2, pp. 313 e 314.

diferença Hilferding denomina lucro do fundador, cujo volume será tão mais expressivo quanto maior for a diferença existente entre a taxa média de lucro e a taxa de juros.

A constituição do capital acionário permite que o controle de uma empresa seja obtido sem que se possua a totalidade de seu capital, ou mesmo a maior parte dele. Isso é ainda mais facilitado pela introdução de distintas modalidades de ações, como as ordinárias e as preferenciais, que tornam possível o controle de uma sociedade anônima por um volume de capital inferior a 1/3 ou mesmo 1/4 de seu capital acionário total. Essa possibilidade traz consigo uma outra, de que os grandes capitalistas possam ter participação acionária significativa em diversas empresas ao mesmo tempo, com o conseqüente direito de representação, direta ou através de intermediários, em suas instâncias de direção. Assim, conforme Hilferding, surge

“[...] um tipo de união pessoal, de um lado, entre as diversas sociedades anônimas e, a seguir, entre estas e os bancos, circunstância que deve ser da maior influência para a política da sociedade, por formar-se entre as diversas sociedades um interesse comum de proprietários”.²

A relação dos bancos com as sociedades anônimas é distinta da que esses estabelecem com as empresas individuais. Enquanto, em relação às últimas, predomina a concessão de simples crédito de circulação, no caso das sociedades anônimas é possível o fornecimento de crédito para a integralização do capital necessário à sua formação ou para investimentos de grande porte em capital fixo.. Isso porque o banco pode cobrir esse crédito não apenas com base nos rendimentos correntes da empresa, o que implica maior risco, mas fundamentalmente pela apropriação, total ou parcial, do lucro do fundador. O maior comprometimento financeiro dos bancos com as sociedades anônimas reflete-se num interesse duradouro por elas e na conseqüente participação em seu conselho fiscal ou instâncias de gestão. Como o banco procura diversificar

² HILFERDING, *O Capital Financeiro*, p. 123.

sua concessão de crédito para minimizar o risco, acaba participando simultaneamente de diversas sociedades anônimas, o que leva ao estreitamento de relações entre elas e com o próprio banco.

Esse “estreitamento de relações”, segundo Hilferding, consiste numa tendência ao domínio da indústria pelos bancos, como contrapartida necessária do volume crescente do capital destes que encontra-se fixado como capital industrial. Esse processo dá origem ao que ele denomina capital financeiro:

“Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformada em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção”.³

E, para a proteção desse capital, que perde a mobilidade típica do capital monetário e passa a estar vinculado ao destino da sociedade anônima, interessa aos bancos mitigar os riscos inerentes à concorrência entre empresas. A forma de se obter isso é pela máxima redução possível da própria concorrência, de modo que o surgimento das sociedades anônimas e sua crescente subordinação aos bancos implicam a proliferação de formas associativas entre empresas, cujo grau varia bastante, indo desde aquelas em que as empresas conservam formalmente a sua independência até a fusão plena. Essa tendência à cartelização da economia constitui a forma específica de materialização da tendência à centralização do capital sob o domínio do capital financeiro.

O surgimento na história do modo de produção capitalista foi precedido pela existência do capital comercial e do capital usurário, que contribuíram para criar as condições necessárias à sua gênese. Mas o novo modo de produção só se afirma

³ HILFERDING, *O Capital Financeiro*, p. 219.

de fato como tal a partir do momento em que o capital penetra na própria esfera produtiva e submete ao seu controle o processo de trabalho, sendo este caracterizado pela transformação de meios de produção pertencentes ao capitalista, por uma força de trabalho, convertida em mercadoria, que ele também adquire. No circuito do capital, este primeiro possui a forma de capital monetário, com o qual são adquiridos os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho, depois adquire a forma de capital produtivo, quando aqueles fatores são combinados, ou seja, quando transcorre a atividade propriamente produtiva, até chegar à forma de capital-mercadoria, que deve ser realizada ou reconvertida em capital monetário, para que o processo possa ser reiniciado. Ao capital que assume sucessivamente essas três formas, de modo recorrente, Marx denomina capital industrial e sua predominância caracteriza o período da evolução do capitalismo que ele próprio analisou. O controle do capital industrial pelo bancário, ou seja, o predomínio do capital financeiro definido por Hilferding, emerge como critério de periodização que delimita uma nova fase da evolução do capitalismo.

A tendência à cartelização, típica dessa fase, na medida em que permite uma ampliação do grau de coordenação econômica entre empresas do mesmo setor e de setores distintos, coloca naturalmente a questão de se avaliar qual o efeito dessa coordenação acrescida sobre a tendência do capitalismo à ocorrência de crises. A posição de Hilferding a esse respeito é complexa, pois incorpora diversos elementos cuja análise detalhada escapa aos objetivos que aqui se pretende atingir. No entanto, ele acaba fixando-se numa concepção de reprodução do capital social da qual emerge uma modalidade explicativa das crises centrada na existência de desproporções entre os ramos da atividade econômica.⁴

Embora Hilferding reconheça que os cartéis introduzem alguns elementos de planificação na economia, afirma que isso não impede a manifestação eventual de

⁴ Para Swezy, a adesão de Hilferding a esse ponto de vista, devido à sua grande autoridade intelectual dentro do campo marxista, foi um dos principais elementos que contribuíram para a legitimação das teorias explicativas das crises com base na pura desproporção. Ver SWEEZY, *The Theory of Capitalist Development*, p. 160.

desproporções significativas. No entanto, o tratamento que ele dá ao tema deixa entrever algumas ambigüidades, que em parte antecipam sua posterior trajetória intelectual. Em textos publicados entre 1915 e meados da década de vinte – alguns poucos anos após o surgimento de *O Capital Financeiro*, portanto –, ele passa a apresentar o conceito de capitalismo organizado, que descreveria uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, decorrente das transformações ocorridas durante e após a Primeira Guerra Mundial. Essa etapa seria marcada pela ampliação do planejamento no âmbito do sistema capitalista devido à intensificação da cartelização, o que leva à significativa eliminação das desproporções e, com elas, à superação da ocorrência das próprias crises.

Embora a tendência de queda da taxa de lucro seja objeto de diversas considerações por parte de Hilferding – de uma forma que não encontra paralelo, por exemplo, no texto de Lenin discutido no capítulo anterior, onde a idéia de crise também se encontrava vinculada fundamentalmente à ocorrência de desproporções –, inclusive no que diz respeito à sua relação com o tema da crise, essa tendência não adquire em seu texto, de modo algum, a centralidade que Marx lhe conferia em sua análise das leis de movimento do capital. Isso é particularmente interessante por que um dos elementos que se contrapõem a essa tendência de queda, segundo Marx, é o desenvolvimento do capital acionário, cujo estudo constitui exatamente o eixo ordenador de todo o processo de investigação de Hilferding em *O Capital Financeiro*.

Um outro aspecto a considerar sobre a fase do capital financeiro diz respeito ao papel que o Estado nela assume. Como o capital financeiro significa, segundo Hilferding, a interpenetração do capital industrial, bancário e também comercial, com a conseqüente redução da concorrência, ele promove uma uniformização de seus interesses, anteriormente conflitantes, com reflexos na relação da classe capitalista, como um todo, com o Estado.

Entre as políticas mais relevantes que este passa a adotar em benefício dos cartéis encontra-se a crescente adoção de medidas de caráter protecionista, em particular de barreiras tarifária contra produtos importados. Aqui, não se trata de proteger empresas cuja capacidade de competir no mercado internacional seja reduzida mas, ao contrário, de reservar o território do país para o proveito exclusivo dos cartéis nacionais, que podem usufruir um lucro extra, além do lucro de monopólio, devido à elevação dos preços internos que a barreira tarifária propicia. Esse lucro suplementar obtido no mercado interno, por sua vez, possibilita que os produtos do cartel sejam vendidos no exterior abaixo do preço vigente no mercado internacional. Isso cria condições para o escoamento no exterior de parte de sua produção, o que é necessário pela combinação de sua elevada escala de produção, com as restrições existentes para a demanda no mercado interno, devido ao alto nível dos preços praticados.

O protecionismo, considerado genericamente, traz, segundo Hilferding, algumas contradições para o pleno desenvolvimento do capitalismo. Ao restringir o território econômico acessível aos cartéis, ele impõe limites ao tamanho das empresas e, por conseguinte, tolhe parte dos ganhos decorrentes de uma crescente escala de operações e da especialização produtiva. Além disso, constitui também um obstáculo à ampliação da divisão internacional do trabalho que permite a mobilidade do capital para os ramos produtivos que, em cada país, encontram as condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Seja devido a um motivo ou ao outro, o efeito do protecionismo é impor travas ao pleno desenvolvimento das forças produtivas. Como esses efeitos negativos atenuam-se no caso dos cartéis que operam em territórios de larga extensão, brota da própria essência da predominância do capital financeiro e da cartelização da economia que o caracteriza, uma tendência complementar à que conduz ao protecionismo e refere-se à pressão pela expansão do território econômico próprio, enquanto área de atuação de cada cartel nacional.

Além disso, cada um deles tenta solapar as barreiras protecionistas erigidas pelos demais mediante a exportação de capitais. Se o produto industrial de um país tem dificuldade de chegar ao mercado de outro, devido às tarifas que o oneram excessivamente, a própria fábrica que o produz pode deslocar parte de sua produção para o exterior, para dentro do território antes protegido pelas tarifas impostas. Assim, ela própria irá agora se beneficiar da existência dessas tarifas, que passarão a proteger também seus produtos contra a concorrência de outros cartéis nacionais que não tenham ainda se implantado naquele país.

Tanto a luta pela expansão do território econômico, quanto a tendência a uma crescente exportação de capitais pelos motivos citados, constituem formas particulares de manifestação da tendência à formação de um mercado mundial. Se Marx já havia apontado essa tendência, como foi visto no capítulo anterior, Hilferding atribui a ela traços específicos, característicos da fase de desenvolvimento do capitalismo em que se afirma o predomínio do capital financeiro. No entanto, ele partilha com Marx o mesmo ponto de vista de que a difusão internacional do capital tende a promover uma homogeneização econômica espacial do capitalismo mundial.

Em síntese, para Hilferding, a política do Estado em prol dos interesses do capital financeiro compreende três objetivos fundamentais, que podem ser atendidos tão mais facilmente quanto mais forte é o Estado que os impulsiona: a consolidação do maior território econômico possível; o estabelecimento de barreiras comerciais, que impeçam ou limitem a capacidade de concorrência por parte de cartéis estrangeiros; e a conversão do território econômico em área de exploração para os cartéis nacionais. O conjunto desses objetivos, segundo Hilferding, caracteriza a política do capital financeiro, que ele deve necessariamente adotar, como imperialista.⁵

⁵ Para os demais autores que serão analisados mais à frente nesse capítulo, especialmente Lenin, o conceito de imperialismo caracteriza uma fase específica da história do sistema capitalista. No caso de Hilferding, parece mais apropriado caracterizar essa fase pelo predomínio do capital financeiro e reservar o termo imperialismo para a denominação coletiva das políticas estatais em

Como os interesses dos distintos cartéis nacionais e seus respectivos Estados são antagônicos, emerge da fase de predominância do capital financeiro uma tendência ao acirramento de conflitos interestatais, que tem como situação limite a guerra. Perante essa possibilidade, seria vã qualquer tentativa de restauração do antigo livre-cambismo, cabendo ao proletariado lutar pela construção do socialismo. A idéia de superação do capitalismo mescla-se no texto de Hilferding à própria caracterização que ele faz do capital financeiro: suas contradições, particularmente a intensificação da exploração doméstica e a exacerbação da belicosidade interestatal, cria as condições políticas que permitem superar o sistema capitalista; por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas que ele tanto traz como premissa, como intensifica, somado ao elevado grau de organização da produção propiciado pelos cartéis, sob a égide do Estado, cria, em grande parte, também as condições econômicas.

3.2. Luxemburg

Se o ponto de partida da análise de Hilferding é a forma específica que a lei de tendência à concentração e centralização do capital adquire nas condições características em que se afirma o predomínio do capital financeiro, o de Rosa Luxemburg situa-se na análise do conceito de reprodução do capital social. Mas a distinção mais significativa entre os dois autores reside na diferença de perspectiva em que eles se localizam em relação à obra de Marx. Se o livro de Hilferding, analisado no tópico anterior, pode ser entendido quase como um esforço de complementação e adaptação de *O Capital* às novas condições econômicas e políticas da época, caracterizadas pelo desenvolvimento das

benefício dos cartéis nacionais que nela são adotadas. No entanto, a distinção é em grande medida irrelevante: se Hilferding entende o imperialismo como uma decorrência do predomínio do capital financeiro, Lenin atribui a seu conceito de imperialismo um conteúdo econômico que acompanha de perto a descrição do capital financeiro feita por Hilferding.

sociedades anônimas e pela crescente tendência aos conflitos interestatais, o de Luxemburg contém uma crítica radical a um aspecto da concepção marxista de reprodução, pelo menos tal como esta se expressa em seus esquemas de reprodução apresentados no Livro II.

Para Lenin, no livro analisado no segundo capítulo, a reprodução do capital social poderia ser garantida na Rússia sem maiores transtornos, de modo que o capitalismo poderia nela se desenvolver. Já os populistas, derivavam de sua concepção subconsumista a impossibilidade desse desenvolvimento, mas esta encontrava-se em larga medida determinada por traços sociais concretos da sociedade russa, que impediriam o desenvolvimento do mercado interno e das relações tipicamente capitalistas, baseadas na propriedade privada em larga escala dos meios de produção, de um lado, e da transformação da força de trabalho em mercadoria, com o conseqüente assalariamento do trabalhador. O argumento de Luxemburg partilha com esses autores o seu núcleo conceitual subconsumista, mas ela extrai dele uma conclusão que, pelo menos quanto a um aspecto, aponta para um sentido oposto ao do argumento populista: a reprodução do capital seria impossível exatamente nas condições de vigência das relações capitalistas em “estado puro”, ou seja, numa sociedade composta apenas por capitalistas e operários.

O cerne de seu argumento pode ser reduzido como se segue. Para que a reprodução capitalista em escala ampliada seja possível, além da meta subjetiva dos capitalistas, de acumulação do capital, com expansão da escala de suas operações e, logo, de ampliação do volume extraído de mais-valia, são necessárias duas condições objetivas de ordem social. A primeira delas é que haja força de trabalho suficiente para sustentar aquela expansão; a segunda, que seja possível vender as mercadorias produzidas, cujo volume tende a crescer, inclusive, num ritmo mais rápido que o da escala de operação, devido à tendência de elevação da força produtiva do trabalho. No que se refere à primeira condição, o próprio mecanismo do capital tenderia a assegurá-la, seja pelo fato de que os

salários, enquanto preço pago pela força de trabalho, já contém uma parcela destinada à reprodução e expansão do proletariado como classe, seja devido à proletarização constante de setores médios da população que ele promove.

Quanto à segunda condição para a acumulação ela é de caráter mais problemático, segundo Luxemburg, pois nem o capital tem o poder de aumentar voluntariamente a escala das vendas, nem há em sua natureza e funcionamento nada que conduza a isso espontaneamente. Como ela afirma,

“É nesse ponto que a dependência do capital em relação às condições sociais encontra sua expressão. Apesar de a forma capitalista de produção distinguir-se basicamente das outras formas históricas de produção e de ser subjetivamente apenas orientada pela lei do interesse, pelo lucro, ela tem de satisfazer objetivamente às necessidades materiais da sociedade, de modo que a referida meta subjetiva só seja atingida na medida em que essa produção atenda à meta objetiva”.⁶

Como a expansão constante da produção capitalista depende de uma expansão, também constante, da demanda social, cabe investigar exatamente em que condições essa expansão da demanda pode ser assegurada. Uma parte do produto social tem sua contrapartida em termos de demanda nos gastos feitos pelos trabalhadores e capitalistas em seus respectivos bens de consumo; outra parte, nos gastos feitos pelos próprios capitalistas para a reposição do capital constante consumido ao longo do período. Daí não decorre nenhum tipo de problema para a acumulação, excetuando-se aqueles que são inerentes ao caráter anárquico do capitalismo e derivam das recorrentes desproporções que nele se verificam.

Embora essas desproporções provoquem flutuações de preços e mesmo crises, Luxemburg não lhes atribui maior relevância no que diz respeito a possibilidade de que levem, por si só, à ocorrência de disfunções de maior envergadura para o sistema capitalista. Elas são antes encaradas como parte

⁶ LUXEMBURG, *Anticrítica*, In: *A Acumulação do Capital*, p. 327.

integrante de seu mecanismo de ajuste, que só se efetiva mediante a recorrência de situações de desequilíbrio. Pode-se constatar, aí, uma considerável convergência entre seu ponto de vista e os expressos por Lenin e Hilferding, e mesmo por Marx, sobre a questão. A diferença fundamental entre esses autores é que Luxemburg, ao contrário de Lenin e Hilferding, e em consonância com Marx, não reduz a possibilidade de ocorrência de crises à mera ocorrência de desproporcionalidades. Mas, enquanto Marx, como foi visto, atribui grande relevância às contradições internas à produção, que se expressam na tendência de queda da taxa de lucro, Luxemburg vai se fixar numa explicação do limite posto à continuidade da acumulação centrada na idéia de impossibilidade de realização da parte do produto social em que se expressa a mais-valia.

Essa parte do produto nem pode ser absorvida pelos trabalhadores, pois seus salários terão sido esgotados na já mencionada compra de bens de consumo, nem corresponder, pelo menos na íntegra, à ampliação pelos capitalistas de seu próprio consumo, o que significaria negar o conceito mesmo de reprodução ampliada e recolocar o problema em torno da mera reprodução simples. Finalmente, ela também não pode ser absorvida pelas diversas camadas sociais intermediárias existentes na sociedade capitalista, cujos rendimentos derivem dos capitalistas e assalariados diretamente ou, indiretamente, através dos impostos por eles pagos, pois seu consumo já se encontra incluso no das duas classes fundamentais.

A possibilidade que resta é que os próprios capitalistas absorvam essa parte do produto social em que a mais-valia se expressa, não para expandir seu consumo, mas para acumulá-la. Ou seja, para transformar os meios de produção e subsistência nela representados na base para a expansão da produção: os primeiros, possibilitando a ampliação do volume de máquinas, equipamentos, instalações, matérias-primas e auxiliares; os últimos, criando condições para a incorporação ao processo produtivo de um contingente de trabalhadores em expansão. Essa solução para o problema da realização da mais-valia não constitui

nada de novo, pois já está em Marx, constitui o cerne do argumento de Tugan-Baranovski e ocupa lugar de destaque na crítica de Lenin aos populistas. Luxemburg, embora aceite sua validade no plano da lógica abstrata, rejeita-a, no entanto, pois a sua efetivação apenas implicaria a sucessiva recolocação do problema, em bases cada vez mais amplas.

Para fugir ao círculo vicioso, a saída que ela apresenta é a existência de compradores para a parcela do produto em que a mais-valia encontra-se materializada, cujos rendimentos provenham de fontes próprias e autônomas, tanto em relação aos capitalistas, quanto em relação aos trabalhadores. Diz ela:

“[...] a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista. Referimo-nos a compradores não a consumidores. A realização da mais-valia não nos indica nada, previamente, sobre a forma material dessa mais-valia. O aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista”.⁷

O fragmento de texto acima merece alguns comentários. Em primeiro lugar, a distinção que ela estabelece entre compradores e consumidores marca um afastamento em relação à posição dos populistas. Estes tendiam a enfatizar unilateralmente as restrições quanto a capacidade de consumo da sociedade como causa fundamental da dificuldade de realização da mais-valia, enquanto Luxemburg admite que ela pode ser realizada sob a forma material de bens de produção, ainda que por compradores externos. Em segundo lugar, cabe exatamente destacar que seu conceito de compradores externos não se restringe a compradores estrangeiros. Eles são “externos” à produção em bases capitalistas, podendo consistir em pequenos camponeses ou artesãos atuando como produtores simples de mercadorias, dentro de um país onde predominem relações capitalistas.

⁷ LUXEMBURG, *A Acumulação do Capital*, p. 241.

E, finalmente, o que ela apresenta como solução para o problema da realização deixa entrever a principal falha de seu argumento: o setor ou país capitalista não pode vender permanentemente a compradores externos, sejam eles quais forem, uma parte de sua produção sem, em contrapartida, absorver em troca uma parcela da produção deles. A consideração do caráter bilateral que esse tipo de transação envolve apenas recoloca o problema em outros termos, a saber, como o setor ou país capitalista vai absorver essa parcela da produção externa. Se ela não puder ser internamente absorvida, o chamado problema da realização torna-se um problema insolúvel e a solução apresentada por Luxemburg não se sustenta; se ao contrário, ela puder ser absorvida, a realização torna-se um problema inexistente, pois essa capacidade de absorção poderia ter sido dirigida, desde o início, para a aquisição dos produtos do setor ou país capitalista em que se encontra materializada sua mais-valia social. É devido a considerações desse tipo que reflexões posteriores sobre a questão da realização afastaram-se das exportações unilateralmente consideradas e dirigiram seu foco de atenção para o saldo da balança comercial enquanto componente externa da demanda efetiva.⁸

Um dos aspectos fundamentais do livro de Luxemburg consiste na atenção que ela dá, partindo de uma concepção incorreta sob o ponto de vista lógico, à relação estabelecida entre o sistema capitalista e seu ambiente histórico e geográfico de formação e expansão. Essa relação, como ela própria aponta, é bem mais ampla do que a determinada pela mera necessidade de realização de mais-valia, embora o caráter dessa necessidade seja mais impositivo. Mesmo parcelas do produto em que se encontrem expressas partes do capital constante e variável da sociedade podem ser realizadas no exterior e, reciprocamente, podem ter origem no exterior meios de produção e de subsistência que serão incorporados ao circuito do capital da sociedade. Além disso, as áreas externas cumprem a importante tarefa de constituírem reservatórios sociais para o exército industrial de reserva.

⁸ É o caso de Kalecki, entre outros, que será discutido no próximo capítulo.

Todas as relações comerciais entre áreas capitalistas e não capitalistas pressupõem que pelo menos uma parte da produção destas, seja qual for a sua forma material, assuma a forma social de mercadoria. Isso, no entanto, não corresponde a nenhum fato natural, sendo antes o resultado do processo histórico. E o agente desse processo é exatamente o sistema capitalista, que modela material e socialmente o meio espacial em que se dá seu surgimento e expansão. Esse processo permite a Luxemburg estabelecer um critério de periodização do capitalismo, baseado na configuração sócio-econômica com que ele se depara em cada momento: "Nesse processo há três fases a distinguir: a luta do capital contra a economia natural, a luta contra a economia mercantil e a concorrência do capital no cenário mundial, em luta pelas condições restantes de acumulação".⁹ A primeira fase consiste na luta pela subversão das economias tradicionais baseadas no autoconsumo para transformá-las tanto em fornecedoras quanto em compradoras de mercadorias; a segunda, na luta para converter economias já voltadas, pelo menos em alguma medida, para a produção mercantil simples, em economias plenamente capitalistas.

Quanto a esses dois aspectos, mantém-se em Luxemburg a mesma atitude já constatada nos autores anteriormente discutidos: a expansão do capitalismo traz junto consigo a tendência à homogeneização de sua área de implantação, reduzindo, ao longo do tempo, as diferenças econômicas entre países e regiões. No seu argumento, no entanto, essa perspectiva adquire uma conotação especial: como ela parte do pressuposto de que a reprodução é impossível em bases puramente capitalistas, sendo necessário o relacionamento com áreas não capitalistas, mas esse relacionamento as transforma e modela à imagem e semelhança do próprio capitalismo, é óbvio que a difusão internacional do capital, inerente à acumulação, acaba por minar as bases que asseguram sua própria existência e continuidade. A terceira e última fase da expansão capitalista corresponde exatamente ao momento histórico em que escasseiam as áreas do

⁹ LUXEMBURG, *A Acumulação do Capital*, p. 253.

mundo que ainda viabilizam a acumulação capitalista, levando ao enfrentamento entre países pela sua posse:

“A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital”.¹⁰

Assim, Luxemburg deriva do núcleo conceitual subconsumista de sua teoria da acumulação uma concepção que conduz não apenas à previsão de crises do capitalismo, mas de seu próprio colapso. Se, para os populistas, o capitalismo não poderia existir na sociedade russa, devido à impossibilidade de reprodução, para Luxemburg, o capitalismo deixaria de existir pelo esgotamento das condições que tornam a reprodução possível. Deve ser salientado, no entanto, que apesar de ter sido ela quem possivelmente formulou teoricamente, com mais veemência, um argumento segundo o qual o colapso econômico do capitalismo é inevitável, ela de modo algum reduz a idéia de superação do capitalismo à mera ocorrência desse colapso. Nesse sentido, Luxemburg mantém-se fiel a concepção, comum a todos os autores até agora discutidos e aos dois que o serão na seqüência, de que a superação do capitalismo pressupõe um momento político. Assim, a agudização das condições econômicas provocada pela crescente proximidade do momento do colapso e a propensão à ocorrência de guerras criaria condições para que o proletariado se adiantasse e pusesse fim ao capitalismo por meio de uma revolução, antes que este sucumbisse devido à pura exaustão econômica de suas condições de reprodução.

Antes de chegar ao seu término, como foi visto acima, o capitalismo apresenta a tendência de se projetar externamente, de difundir mundialmente sua própria existência. A razão que Luxemburg atribui a esse movimento, confere à tendência de formação de um mercado mundial um novo conteúdo. E, como essa

¹⁰ LUXEMBURG, *A Acumulação do Capital*, p. 285.

difusão mundial implica a contínua transformação de áreas não capitalistas em áreas em que este seja dominante, implica também a continuada ocorrência de processos de acumulação primitiva em sentido amplo, ou seja, de separação entre meios de produção e trabalhadores, com a conseqüente transformação em mercadoria de sua força de trabalho.

O aspecto talvez mais interessante da construção teórica do tempo do capitalismo em Luxemburg consiste na reavaliação desses processos de acumulação primitiva. Se, para um país considerado isoladamente, a acumulação primitiva e a reprodução do capital podem ser associadas a fases sucessivas de seu desenvolvimento, quando se leva em conta a espacialização do capital esse caráter de pura sucessão se esvazia e o foco da análise desloca-se para a percepção de sua existência simultânea: a reprodução do capital em alguns lugares implica, necessariamente, a ocorrência de processos de acumulação primitiva em outras.¹¹ Se o argumento que ela utiliza para fundamentar essa compreensão tem uma falha lógica, nem por isso deixa de captar um aspecto decisivo da evolução histórica do capitalismo. E se essa compreensão já estava contida na obra de Marx, nem por isso deve se negar a ênfase nova que lhe foi atribuída por Luxemburg.

Um último elemento deve ser aqui considerado. Uma análise da difusão internacional do capital traz sempre consigo, em alguma medida, uma análise das relações interestatais. Essa, por sua vez, pressupõe que algumas considerações sejam feitas a respeito do papel do Estado. Estas considerações estão presentes na obra de Luxemburg, em relação com o tema do protecionismo econômico e as barreiras tarifárias. No entanto, recebem menor destaque do que no livro de Hilferding, sendo desnecessário repeti-las aqui.¹² O que é a obra de Luxemburg traz de novo sobre o tema do Estado é a discussão a respeito do papel

¹¹ A rigor, o conceito de comprador "externo" utilizado por Luxemburg transfere mesmo para dentro de cada país a coexistência da acumulação primitiva e da reprodução do capital.

¹² O mesmo vale a respeito dos empréstimos internacionais e a exportação de capital, que recebe de Hilferdig mais atenção do que no livro de Luxemburg.

desempenhado por seus gastos dentro da dinâmica da acumulação capitalista. Se a mera incidência de tributos indiretos sobre os salários dos trabalhadores para cobrir os pagamentos feitos a funcionários da estrutura burocrática do Estado ou a membros do exército não altera fundamentalmente os termos em que o problema da reprodução estava posto, a situação muda de figura quando se levam em conta os gastos armamentistas. Estes, ao criarem uma demanda certa para todo um ramo da atividade econômica, cumpririam um papel similar à conquista de um mercado externo e criariam melhores condições para a continuidade da acumulação. Com essa formulação Luxemburg abre espaço para a consideração do papel do governo enquanto parte componente da demanda efetiva e para a própria idéia de política econômica, tal como ela hoje é entendida. Nesse sentido, ela dá um passo à frente em relação às considerações de Hilferding e dos dois autores discutidos a seguir, abrindo uma linha de investigação que ocupará lugar destacado nas elaborações dos autores tratados nos próximos capítulos.

3.3. Bukharin e Lenin

Os dois autores que serão aqui discutidos foram fortemente influenciados pelo livro de Hilferding já discutido na primeira parte desse capítulo. Partilham com ele não só uma grande diversidade de temas e conclusões, como a própria perspectiva geral por ele adotada em relação a *O Capital*, de compreender seu próprio livro como no máximo uma atualização daquele face às transformações verificadas no mundo desde que foi escrito. Como visto no tópico anterior, isso difere frontalmente do enfoque de Luxemburg, que parte de uma crítica às hipóteses subjacentes à concepção da reprodução em Marx. Além disso, Bukharin e Lenin foram colaboradores próximos durante grande parte de suas vidas, tendo cabido a este último autor a redação do prefácio ao livro do primeiro, quando ele próprio estava por iniciar seu trabalho sobre o assunto. A proximidade teórica entre Bukharin e Lenin justifica que eles sejam tratados em conjunto. E dada a

grande continuidade teórica que apresentam em relação a Hilferding, a exposição que se segue estará centrada mais na explicitação dos contrastes verificados entre esses três autores do que na redundante apresentação de seus pontos comuns.

Bukharin e principalmente Lenin são, entre os autores tratados nesse capítulo, os que buscam estabelecer de modo mais incisivo uma periodização do capitalismo baseada no conceito de imperialismo. Os traços característicos dessa fase são sintetizados por Lenin como se segue:

“1) A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, com base nesse 'capital financeiro', da oligarquia financeira; 3) A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) A formação de associações monopolistas internacionais de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) Término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu importância assinalável a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes”.¹³

Como se percebe, praticamente todos os elementos que permitem caracterizar o imperialismo como fase específica da evolução do capitalismo, segundo Lenin, encontram-se já discutidos, em algum grau no livro de Hilferding. Dois pontos, no entanto, merecem um comentário. Em primeiro lugar, a idéia de partilha territorial do mundo entre os principais países capitalistas é percebida em Hilferding mais como tendência do que como algo que já tenha chegado a seu término. Por outro lado, término não significa, na concepção de Lenin, o alcance de uma situação que não possa mais ser modificada, mas tão somente de uma situação cuja modificação implica o acirramento de conflitos interestatais que

¹³ LENIN, *O Imperialismo: Fase Final do Capitalismo*, p. 111.

podem evoluir para a guerra. Como a Primeira Guerra Mundial já era uma realidade em curso quando Lenin escreveu seu livro, enquanto a redação e publicação do de Hilferding a antecede em alguns anos, compreende-se que este último autor entendesse a partilha territorial do mundo como tendência, enquanto Lenin a percebesse como fato consumado. Em segundo lugar, a menção à formação de associações monopolistas internacionais de capitalistas é uma extrapolação da elaboração de Hilferding, que se refere à formação de tais associações, mas principalmente no âmbito nacional.

Este ponto relaciona-se com uma certa mudança de perspectiva desses dois autores em relação aos outros dois que foram discutidos anteriormente neste capítulo. Tanto Hilferding quanto Luxemburg constroem seus argumentos partindo do âmbito de um espaço nacional e depois deduzem desses argumentos a tendência à espacialização internacional do capital. No caso do primeiro autor, essa espacialização decorre das características do capital financeiro e da instrumentalização do aparato de Estado em benefício de seus interesses; no caso de Luxemburg, ela decorre da necessidade que o capital tem de promover o intercâmbio com áreas não capitalistas, devido à impossibilidade de realização interna da mais-valia. Já Lenin e, com mais destaque, Bukharin, estruturam seu argumento partindo, desde o início, do pressuposto que existe uma economia mundial.

Para Bukharin, tanto a divisão mundial do trabalho, quanto a disseminação das trocas em escala internacional, criam um mercado mundial e determinam a formação de preços também mundiais. Além disso, o entrelaçamento dos diversos países do mundo numa totalidade econômica mundial abrange também o mercado mundial de capital-dinheiro, gerando tendências no sentido da equalização internacional da taxa de juros. E a possibilidade de circulação mundial, tanto da força de trabalho, quanto do capital, geram pressões no sentido do nivelamento internacional da taxa de salários e da taxa de lucros. Dentro desse quadro, a

conjuntura econômica de cada país isolado tende a ser crescentemente determinada pela conjuntura mundial.

Se o desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional leva ao surgimento de cartéis e trustes nacionais, esse mesmo desenvolvimento em escala internacional, no processo de constituição de uma economia mundial, leva ao estabelecimento de formas associativas, de diversos graus, entre grupos capitalistas que operam em escala internacional. Colocam-se, então, duas questões decisivas: saber como a formação desses trustes internacionais repercute sobre a ocorrência de crises econômicas; e saber qual seu efeito sobre as relações entre países.

Bukharin dedica à discussão sobre crises um maior espaço do que Lenin. Sua concepção sobre o assunto, embora leve em conta diversos elementos, como no caso de Hilferding, acaba fixando-se, também como ele, na explicação das crises a partir da pura desproporção, sendo esta decorrente do caráter anárquico do capitalismo. Ele admite que, no plano doméstico, o grau de coesão atingido pelo truste nacional pode reduzir a ocorrência de crises e atenuar suas conseqüências. Mas descarta a possibilidade de que isso possa ser feito do mesmo modo no plano internacional, em que desproporções tendem inevitavelmente a ocorrer e deflagrar crises. Estas, por sua vez, devido à sincronização entre as conjunturas econômicas dos vários países constituintes da economia mundial que foi acima mencionada, tendem a se propagar internacionalmente.

Quanto à segunda questão, é necessário discutir previamente o papel do Estado. Os dois autores partem da concepção de Hilferding de que a trustificação da economia nacional, pela redução da concorrência, leva a uma considerável redução dos conflitos interburgueses e, conseqüentemente, a uma crescente identificação do Estado com os interesses coletivos dos capitalistas. Bukharin avança mais um pouco e, baseado na vivência prática do período da guerra, em

que os vários estados beligerantes assumiram uma crescente função como gestores diretos de parte do processo produtivo, chega a formular o conceito de capitalismo de Estado. Se o capitalismo sobrevivesse à guerra, essa deveria ser a forma assumida pelos estados, que desempenhariam tarefas econômicas cada vez mais relevantes, inclusive no que diz respeito à produção. Isso, no entanto, não se aplica ao plano internacional: permaneceria existindo o antagonismo entre os trustes nacionais de cada país, cada um deles constituído sob a égide de seus respectivos estados.

Para que se entenda a relevância dessa formulação, ela deve ser contextualizada. Com a irrupção da guerra, cindiu-se a Segunda Internacional, organização da qual todos os autores discutidos neste capítulo fizeram parte. Lenin e Bukharin situaram-se num grupo contraposto ao grupo de que Kautsky fazia parte e este escreveu um artigo, pouco antes da guerra, onde apresentava a tese de que o imperialismo poderia evoluir para uma outra fase, denominada por ele de ultra-imperialista, em que os distintos interesses das burguesias nacionais poderiam ser harmonizados e as guerras entre seus estados superada. O argumento de Bukharin e, talvez com mais ênfase ainda o de Lenin, dirige-se exatamente contra essa hipótese.

Kautsky atribui ao imperialismo a tendência à anexação das áreas agrárias do mundo, um ponto de vista que guarda alguma semelhança com a concepção de Luxemburg sobre a questão, e foi talvez influenciado por ela.¹⁴ As razões que Kautsky aponta para uma evolução pacífica das relações entre nações são duas: o medo das potências capitalistas com relação aos movimentos de libertação da Ásia e do mundo árabe, que as obrigaria a agir conjuntamente contra o inimigo comum; e a sobrecarga orçamentária que o esforço de guerra impõe. Em relação a esse segundo aspecto, ele chega a uma conclusão oposta à de Luxemburg, que vê nos gastos militares estatais um elemento vitalizador do capitalismo.

¹⁴ Ver KAUTSKY, *Ultra-imperialismo*, *New Left Review*, 59, pp. 39 a 46. Este artigo contém a parte final do artigo original de Kautsky, onde se encontra exatamente sua formulação sobre o conceito de ultra-imperialismo.

A crítica que Lenin dirige a Kautsky refere-se, em primeiro lugar, à tese apresentada por este de que o movimento de anexação internacional apenas se restringe às áreas agrárias do mundo. Para Lenin, a vocação imperialista para a anexação estende-se inclusive aos próprios estados metropolitanos, daí decorrendo a tendência ao conflito bélico entre esses países. Outro ponto que Lenin busca desenvolver em seu livro é a análise das bases sociais que respaldam a política oportunista que ele atribui a Kautsky e aos partidos da Segunda Internacional frente a guerra, que acabaram apoiando a entrada nessa guerra de seus respectivos países. Para Lenin, os lucros excessivos que a prática imperialista permite colher no exterior, cria condições para uma redução da taxa interna de mais-valia, com a conseqüente elevação do padrão de vida de uma parcela do operariado metropolitano. Como a melhoria das condições de vida desse setor é decorrente da prática imperialista, ele tenderia a respaldar essa prática.

Independentemente do maior ou menor acerto da visão de Lenin sobre a questão, ela toca num ponto fundamental: existem tendências operando na fase imperialista do capitalismo que promovem uma clivagem na classe operária, segmentando-a em grupos de interesse não apenas distintos, mas mesmo opostos. Se for levado em conta que, para Marx, a tendência à ampliação do proletariado e sua homogeneização social e política era uma condição para a superação do capitalismo, percebe-se a importância do ponto levantado por Lenin. Isso remete ao último aspecto que será abordado aqui e que diz respeito exatamente à percepção que esses dois autores têm da superação do capitalismo. Para ambos, a guerra em curso no momento de redação de suas obras era um indicador claro das contradições do capitalismo elevadas à máxima potência. Caberia ao proletariado transformar a guerra em guerra civil e tentar chegar ao socialismo. Percebe-se, por essa formulação, que os dois autores não partilham de qualquer visão fatalista quanto a superação meramente econômica do capitalismo. Em consonância com todos os autores anteriores, eles mantêm a

perspectiva de que essa superação depende de condições de ordem política, que a situação de guerra pode favorecer.

Um último aspecto merece ser destacado. Se Bukharin e Lenin mantêm, como todos os autores anteriormente contemplados, a visão de que a difusão internacional do capital tende a uma certa homogeneização econômica dos diversos países, essa visão modificou-se pouco depois. A partir de 1920, Lenin passa a apontar que a penetração capitalista em países atrasados poderia levar a formação de interesses comuns entre as oligarquias locais e a burguesia imperialista que tenderiam a perpetuar a situação de atraso.¹⁵ Essa posição, logo assumida pela IIIª Internacional, esteve na raiz de todas as futuras teorizações sobre o subdesenvolvimento dentro do campo marxista.¹⁶

3.4. Comentários e conclusões

Todos os autores analisados, ainda que com ênfases distintas, estabelecem uma periodização para o capitalismo baseada no conceito de imperialismo, que consegue captar um aspecto essencial da realidade da época. Para todos eles, também, o imperialismo emerge como uma consequência necessária do desdobramento das contradições internas do capitalismo e da forma específica de manifestação da tendência à formação de um mercado mundial que é induzida por elas. A especificação da natureza dessas contradições, no entanto, difere significativamente entre os autores. Para Hilferding, seguido por Bukharin e Lenin, elas referem-se fundamentalmente às consequências econômicas e políticas da tendência à concentração e centralização do capital levada ao extremo. Para

¹⁵ Ver CARDOSO, *As Idéias e seu Lugar*, p. 22.

¹⁶ Para uma deliberação congressual da IIIª Internacional que incorpora esse novo ponto de vista sobre a ação do imperialismo em áreas atrasadas, ver as *Teses e Acréscimos Sobre as Questões Nacional e Colonial*, em GOLIN (org.) *IIIª Internacional Comunista: Manifestos, Teses e Resoluções do 2º Congresso*, pp. 89 a 97.

Luxemburg, da suposta impossibilidade da reprodução ampliada do capital num meio exclusivamente capitalista.

A existência simultânea de processos de reprodução do capital e acumulação primitiva, que já estava presente nos autores discutidos no capítulo anterior, principalmente Lenin, ocupa no argumento de Luxemburg uma posição possivelmente ainda mais relevante. Para ela, a impossibilidade de reprodução em bases puramente capitalistas, acima mencionada, seria um dos principais elementos propulsores da difusão internacional do capital e, com ela, de processos de acumulação primitiva. Esse aspecto, contudo, não adquire muita relevância nos demais textos. E, em todos eles, a ênfase conferida por Marx às modificações no processo de trabalho e à periodização baseada em diferentes formas de subsunção do trabalho no capital está praticamente ausente.

Os pontos de vista sobre as crises também são bastante distintos. Hilferding, com mais ênfase e Bukharin em menor grau, abordam a questão das crises principalmente pelo ângulo da desproporcionalidade. Essa perspectiva é rejeitada por Luxemburg, que adota um ponto de vista de inspiração subconsumista. Já em Lenin, a preocupação com a crise enquanto crise econômica é totalmente eclipsada pela dimensão política e militar que o conceito adquire perante a realidade da guerra em curso. Quanto à tendência de queda da taxa de lucro, não ocupa lugar central no argumento de nenhum dos autores, embora esta mereça algumas considerações da parte de Hilferding

Os quatro autores discutidos atribuem grande ênfase a ação econômica do Estado. Todos eles, também, mantêm a perspectiva da necessidade da superação política do capitalismo. Isso é verdadeiro mesmo no caso de Luxemburg, cujas formulações sobre a impossibilidade da reprodução ampliada puramente capitalista a conduzem a uma concepção que, levada às últimas conseqüências, desembocaria na idéia de um colapso econômico inevitável.

Finalmente, todos eles, nas obras analisadas, entendem a difusão internacional do capital como promotora de uma certa homogeneização econômica, pelo menos em caráter tendencial. As mudanças teóricas verificadas quanto a esse aspecto a partir de 1920, que tiveram em Lenin um dos principais proponentes, viriam a influenciar o futuro ponto de vista majoritário no campo marxista sobre a questão.

Capítulo 4 – Kalecki e Baran e Sweezy

Os autores discutidos neste capítulo, ao contrário de todos os anteriores, não se caracterizam pela ocupação de posições destacadas em organizações políticas de inspiração marxista. Em contrapartida, sua inserção acadêmica é considerável. O momento em que escrevem as obras que serão analisadas também é consideravelmente distinto do vivido pelos autores anteriores: as duas guerras mundiais já tinham ficado para trás, assim como a Grande Depressão do entre-guerras e o capitalismo passava por um de seus períodos de maior expansão.

No entanto, a experiência da Grande Depressão marca profundamente suas elaborações. Nelas, também, é visível a influência da temática keynesiana — embora, como se sabe, a primeira elaboração de Kalecki sobre o tema da demanda efetiva seja anterior à Teoria Geral de Keynes. É visível, também, a influência das novas teorias sobre formação de preços gestadas na década de trinta.¹

4.1. Kalecki

Kalecki considera como problema central da economia política do capitalismo a construção de uma teoria das decisões de investimento que incorpore todos os aspectos que caracterizam a dinâmica desse tipo de sistema e dedica a essa tarefa a maior parte de sua obra.² A *Teoria da Dinâmica Econômica*, de 1954, constitui sua abordagem mais sistemática sobre o tema, condensando uma série de investigações parciais anteriormente desenvolvidas e incorporando novas

¹ Para uma discussão sobre o impacto inicial das idéias de Keynes, sua difusão e reassimilação pela teoria econômica convencional, ver BEAUD et DOSTALER, *La Pensée Économique depuis Keynes, passim*.

² KALECKI, *O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranoski e Rosa Luxemburgo*, In: KALECKI, *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*, 12.

formulações. Por outro lado, a continuidade de suas reflexões levou à posterior reformulação pelo autor de algumas concepções apresentadas nesse livro.

Em relação ao tema que aqui está sendo tratado, o ponto de partida para a análise da Teoria da Dinâmica Econômica é a re colocação da problemática marxista da reprodução do capital social dentro da moldura conceitual derivada da metodologia de contas nacionais. Aí, o foco da análise desloca-se das considerações a respeito da realização da mais-valia para a determinação da renda nacional, que tem como uma etapa prévia a determinação do lucro dos capitalistas.

A perspectiva teórica adotada por Kalecki a respeito da questão da reprodução singulariza-se por rejeitar a pura contraposição entre os pontos de vista de Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburg. Ao mesmo tempo em que aceita a visão do primeiro autor a respeito da possibilidade de realização baseada numa expansão crescente da produção de meios de produção, embora rejeitando sua visão de que os capitalistas investem como classe e não como indivíduos, ele destaca a importância dos chamados “mercados externos” para essa realização, o que constitui o eixo ordenador do argumento de Luxemburg, conforme foi visto no capítulo 3. Essa atitude fica patente em artigos publicados depois da *Teoria da Dinâmica Econômica*,³ mas já se encontra implícita na discussão aí apresentada.

A determinação do lucro capitalista é apresentada por Kalecki em dois contextos. No primeiro, abstrai-se a existência do governo, das relações externas do país e da poupança feita pelos trabalhadores e chega-se à conclusão que esse lucro é determinado pela soma dos gastos feitos pelos próprios capitalistas em bens de consumo e investimento. Qualquer que seja o volume desse lucro ele é passível de ser atingido, dados os gastos em consumo e investimento necessários, não sendo preciso recorrer à existência de qualquer tipo de mercado

³ Ver os artigos *As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna* e *O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo*, In: KALECKI, *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*.

externo, o que já era afirmado por Tugan-Baranovski. No segundo contexto, em que as abstrações acima citadas são substituídas por uma abordagem mais realista, a existência dos mercados externos aparece como garantia de uma elevação dos lucros acima do patamar que poderia ser atingido com base apenas nos gastos dos próprios capitalistas. O montante dessa elevação corresponde à soma do déficit público com o saldo da balança comercial, sendo deduzido dessa soma um valor correspondente ao volume de uma eventual poupança feita com base nos salários dos trabalhadores.

Em relação ao setor externo no sentido estrito, Kalecki incorpora a existência das exportações como fonte de demanda efetiva, o que é um aspecto central da formulação de Luxemburg, mas destaca, ao contrário dessa autora, que estas devem ser consideradas em termos líquidos, ou seja, deduzidas das importações. Em relação ao “mercado externo” constituído pelo governo, ele por um lado amplia a relevância desse item em relação ao tratamento feito por Luxemburg, já que não limita sua validade ao caso dos gastos militares; por outro lado a restringe, devido ao fato de considerar a participação desses gastos na determinação da demanda efetiva também em termos líquidos, ou seja, deduzidos da receita líquida do governo.⁴ Apesar dessas qualificações, é evidente a influência exercida sobre Kalecki pelo enfoque de Luxemburg, como pode ser visto na citação abaixo, em que ele se refere à questão do imperialismo:

“A ligação entre os lucros ‘externos’ e o imperialismo é óbvia. A luta pela divisão dos mercados externos existentes e a expansão dos impérios coloniais, que propicia novas oportunidades para a exportação de capital ligada à exportação de bens, pode ser vista como um esforço para se obter um saldo positivo na balança comercial, a fonte clássica de lucros ‘externos’. Os armamentos e as guerras, em geral financiados pelos déficits orçamentários, são também uma fonte dessa espécie de lucros”.⁵

⁴ O conceito de gastos do governo utilizado por Kalecki inclui não apenas os gastos correntes, como é de praxe na contabilidade nacional, mas também o investimento público. Assim, a diferença entre esses gastos e a receita líquida do governo (tributos diretos e indiretos, deduzidos subsídios e transferências ao setor privado) já corresponde ao déficit público e não apenas à poupança do governo com sinal invertido.

⁵ KALECKI, *Teoria da Dinâmica Econômica*, p. 40.

No entanto, dois pontos devem ser destacados sobre a concepção de imperialismo em Kalecki: embora ele propicie aos capitalistas de um país a obtenção de um lucro superior ao que seria possível com base apenas em seus próprios gastos, não tem o caráter impositivo que ostenta na visão de Rosa Luxemburg, ou seja, de ser uma condição necessária para a reprodução do capital; em segundo lugar, também ao contrário dessa autora, o conceito de imperialismo em Kalecki não parece estar associado a qualquer tentativa de estabelecimento de uma periodização do capitalismo, em que ele aparecesse como fase específica.

Se, no modelo simples de Kalecki, o lucro é determinado pelo consumo capitalista e seus gastos de investimento, o próprio consumo é concebido como variável dependente, determinada pelo lucro num período anterior. Assim, chega-se a um processo recursivo em que o lucro é determinado apenas pelo investimento, levando-se em conta a existência de um hiato temporal.⁶ E, dados os lucros, a renda nacional é determinada com base nesses lucros e nos parâmetros que caracterizam a distribuição da renda nacional entre lucros e rendimentos do trabalho. Ou, dito de modo mais preciso, para um determinado volume de lucros, cuja determinação se dá como acima especificado, a renda nacional irá se expandir até o ponto em que sua distribuição entre lucros, de um lado, e salários e ordenados, de outro, seja aquela compatível com os fatores de distribuição que vigoram na economia.

Aqui reside um dos aspectos mais interessantes da formulação de Kalecki, pois ele vincula essa distribuição de renda ao grau de monopólio, que é um fator indicativo do afastamento verificado entre a economia real e uma hipotética situação de concorrência perfeita.⁷ Quanto maior o grau de monopólio em um

⁶ No caso do modelo mais complexo, a determinação do lucro depende também do saldo da balança comercial e do déficit público, sempre levando em conta a existência do hiato temporal.

⁷ Kalecki também considera a influência de outros elementos na determinação da distribuição de renda. Por exemplo, a participação dos salários na renda nacional depende da relação entre os custos com matérias-primas e os custos com mão-de-obra e da composição industrial do valor agregado. KALECKI, *Teoria da Dinâmica Econômica*, pp.21 a 23.

setor da atividade econômica, maior será a relação entre o preço do produto desse setor e seus custos diretos unitários. E, considerando-se a economia como um todo, uma elevação do grau de monopólio fará *ceteris paribus* com que a participação dos lucros na renda nacional aumente, não mediante uma elevação do volume de lucros, que continua dado pelo nível de investimento, determinado pelas decisões de investir tomadas no passado, mas pela redução de salários e ordenados e, logo, pela conseqüente redução da renda nacional.⁸ Assim, a determinação da renda nacional, problema macroeconômico por excelência, aparece em Kalecki estreitamente vinculada às questões microeconômicas relativas à estrutura de mercado existente e ao processo de determinação de preços compatível com essa estrutura.

Pela discussão acima percebe-se que, dados os fatores de distribuição, a determinação da renda passa a depender essencialmente do investimento. Cabe, então, considerar como ele próprio é determinado, o que evidencia uma considerável diferença entre o enfoque de Kalecki e o de Keynes. Para este autor, o investimento num equipamento de capital justifica-se enquanto seu preço de demanda, dado pelo fluxo dos rendimentos esperados, descontados pela taxa de juros, superar seu preço de oferta ou custo de reposição do equipamento. Definindo-se a eficiência marginal do capital como a taxa de desconto que iguala o fluxo de rendimentos esperados ao preço de oferta, a determinação de realização de investimento num determinado equipamento de capital pode ser posta em outros termos: o investimento será realizado enquanto a eficiência marginal do capital superar a taxa de juros. A realização de investimentos num determinado equipamento de capital reduz sua eficiência marginal, tanto pela redução dos rendimentos esperados, que é um efeito de longo prazo, quanto pela elevação do preço de oferta, manifestada a curto prazo. Desse modo, o investimento num determinado equipamento de capital deve ocorrer até o ponto em que a redução da eficiência marginal do capital se reduza ao nível da taxa de juros. Generalizando-se o conceito de eficiência marginal de capital para a economia

⁸ Ver KALECKI, *Teoria da Dinâmica Econômica*, p.48.

como um todo, chega-se a uma determinação do nível de investimentos em que a taxa de juros ocupa um lugar central.⁹

Em Kalecki isso não ocorre. Para ele, a taxa de juros que é relevante para os investimentos é a de longo prazo, não sendo possível discernir para ela um comportamento claramente identificado ao longo do ciclo econômico. Isso se dá porque a taxa de longo prazo é dada pela taxa de curto prazo esperada, acrescida de um prêmio de risco. A taxa de curto prazo apresenta um comportamento pró-cíclico, pois o volume de transações na economia e, logo, a demanda por moeda, tende a crescer mais que o volume de meios de pagamento na prosperidade e, reciprocamente, a cair mais que ele na depressão. Mas as flutuações de curto prazo da taxa de juros têm sua influência sobre a taxa de longo prazo atenuada devido ao fato de que esta baseia-se não na taxa corrente de curto prazo, mas em seu valor esperado, que tende a flutuar menos que o da taxa corrente. Além disso, a componente da taxa de longo prazo correspondente ao prêmio de risco tem um comportamento contra-cíclico: quanto mais alta a taxa de curto prazo, menor a probabilidade que ela continue aumentando e, logo, menor o valor do prêmio de risco. Assim, a formação da taxa de longo prazo com base numa componente pró-cíclica — cujas flutuações são atenuadas pela consideração de seu valor esperado — e numa outra componente que segue um padrão contra-cíclico, faz com que seu valor ao longo do ciclo permaneça relativamente estável, embora possa variar bastante no longo prazo. Como o volume de investimento varia bastante durante o ciclo, Kalecki conclui que ele não pode depender da taxa de juros.

No modelo apresentado na *Teoria da Dinâmica Econômica*, Kalecki faz a determinação do investimento em capital fixo depender de três fatores principais e um quarto fator, resultante da influência conjunta de outros elementos, entre os quais se destaca a ocorrência de inovações. Os três fatores são: a poupança bruta das empresas, a taxa de variação dos lucros e a taxa de variação do estoque de

⁹ Ver KEYNES, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, *passim*.

capital fixo. Os dois primeiros fatores afetam o investimento positivamente, enquanto o terceiro o faz no sentido oposto.

Em relação ao primeiro fator, cabe salientar a diferença de pontos de vista entre Kalecki e Hilferding: enquanto este último autor enfatizava o financiamento da atividade empresarial via concessão de crédito pelos bancos, que está na origem de seu conceito de capital financeiro, Kalecki enfatiza o financiamento baseado em recursos próprios. Mesmo para a obtenção de empréstimos o volume de capital próprio é decisivo, seja pela facilidade de acesso ao crédito que ele propicia, seja pela minimização do risco da empresa, que será tão menor, para um dado volume de capital de terceiros, quanto maior for o volume de seu capital próprio..

Quanto ao segundo fator, a ampliação dos lucros ao longo do período de operações torna viáveis projetos de investimento que anteriormente não o eram, incentivando a sua ampliação. Dado o estoque de capital fixo, essa ampliação dos lucros significa na verdade uma elevação da taxa de lucros.

Finalmente, a elevação do estoque de capital ao longo do tempo constitui, *ceteris paribus*, um desestímulo ao investimento. Isso é mais facilmente perceptível quando essa elevação significar a entrada de novas firmas num determinado setor, o que reduz a atratividade de parte dos planos de investimento das firmas já estabelecidas nele. Para cada firma considerada individualmente, por outro lado, a elevação do estoque de capital ao longo do tempo, não acompanhada por uma elevação similar dos lucros, significa uma redução da taxa de lucro, o que constitui um desestímulo ao investimento.

Verifica-se que a taxa de lucro, que em Marx é a variável decisiva para determinar o nível e ritmo da atividade econômica, também desempenha na formulação de Kalecki um papel importante, embora apareça aí de maneira indireta, ou seja, como resultado da interação de dois outros fatores que, eles sim,

seriam fundamentais para a determinação do investimento. Além disso, pelo menos três pontos devem ser destacados: a taxa de lucro em Marx é definida como uma relação entre valores, enquanto em Kalecki ela o é diretamente em termos de preços; neste último autor a especificação da taxa de lucro toma como referência apenas o estoque de capital fixo e não, como em Marx, o capital total a ser valorizado; e, finalmente, na formulação de Kalecki, no caso de uma variação simultânea do volume de lucros e do estoque de capital fixo, apenas a relação entre essas variações — ou seja, a taxa de lucro calculada na margem — seria relevante para determinar se o investimento iria ou não se elevar, o que é insuficiente sob o ponto de vista de Marx.¹⁰

Acrescentando aos determinantes para a decisão de investir em capital fixo, acima discutidos, uma componente relativa ao investimento realizado na variação de estoques, que guarda uma relação direta com o nível de produção, Kalecki constrói sua teoria dos ciclos.¹¹ Inicialmente é suposta uma situação de existência de ciclos puros, desprovidos de qualquer tendência de desenvolvimento a longo prazo, em que o investimento flutua em torno ao nível de depreciação.e, com ele, flutuam também a produção, renda e nível de emprego. A transição de um modelo de ciclo puro para outro em que esteja presente o desenvolvimento a longo prazo, onde o investimento não mais flutua em torno ao nível de depreciação, mas sim em torno a uma tendência ascendente, tem como passo decisivo a introdução exógena das inovações. A ocorrência dessas cumpriria para Kalecki um papel similar ao de uma elevação da taxa de lucros. Como diz ele,

“cada nova invenção, da mesma forma que cada acréscimo dos lucros, provoca certas decisões adicionais de investimento. Um fluxo constante de invenções — no que

¹⁰ A elevação da taxa de lucro exige um crescimento relativo do volume de lucros superior ao crescimento relativo do estoque de capital, o que é uma condição mais restritiva do que a mera elvação marginal da lucratividade. Assim, são compatíveis com a elevação das decisões de realização de investimento, segundo o modelo de Kalecki, situações em que ocorre uma redução da massa de lucros em relação ao estoque de capital, o que não parece se adaptar à formulação de Marx.

¹¹ O comportamento cíclico emerge da própria equação dos determinantes do investimento, submetida a modificações formais que preservam seu conteúdo.

diz respeito ao efeito sobre o investimento — é comparável a uma taxa constante de acréscimo dos lucros”.¹²

É interessante contrastar essa similitude que Kalecki estabelece entre inovações e taxa de lucro com a relação que se estabelece entre elas na formulação de Marx. Para ele, como foi visto no capítulo 1, a introdução de uma inovação por um capitalista isolado permite-lhe a elevação transitória de sua taxa de lucro. Essa elevação só será estendida à classe dos capitalistas como um todo, mediante a difusão dessa inovação, se ela possibilitar uma redução, direta ou indireta, do valor da força de trabalho, o que implica um aumento da taxa de mais-valia. Mesmo nesse caso, se a inovação provocar uma elevação da composição orgânica do capital, o efeito líquido desse movimento e do aumento da taxa de mais-valia poderá resultar numa redução da taxa de lucro média da economia. Esse efeito, adverso para a classe capitalista como um todo, é, no entanto, totalmente compatível com a ação racional de seus membros considerados individualmente, para quem a primazia na introdução de uma inovação acarreta uma momentânea elevação da taxa de lucro e o retardo nessa introdução pode levar, num caso limite, mesmo à exclusão do mercado.

A distinção entre o comportamento individual e coletivo dos capitalistas é captada por Kalecki em sua afirmação de que eles não investem como classe — contida em sua já mencionada crítica à concepção de Tugan-Baranovsky —, mas não se encontra incorporada à sua teoria sobre os determinantes do investimento.¹³ É exatamente esse o ponto de partida para a sua posterior reavaliação do tema no artigo *Tendência e Ciclo Econômico*, de 1968. Aí, as inovações deixam de ser simplesmente consideradas similares à elevação da taxa de lucro em seus efeitos sobre o investimento e passa a se levar em conta explicitamente a influência de sua realização sobre a lucratividade. E a separação artificial entre os aspectos cíclicos e tendenciais da atividade econômica capitalista

¹² KALECKI, *Teoria da Dinâmica Econômica*, p. 134.

¹³ Ver, a respeito, MIGLIOLI, *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*, pp. 288 e 289.

é substituída por uma visão integrada, que parte de uma apreciação mais realista da relação entre a concorrência capitalista e o progresso técnico.

Kalecki mantém nesse modelo o volume de poupança empresarial — composto pelos lucros não distribuídos, fundos para depreciação e a poupança pessoal dos acionistas — como um dos fatores determinantes do nível de investimento. Mas afirma que esse nível pode ser equivalente, superior ou inferior ao volume de poupança empresarial, conforme a taxa de lucro seja, respectivamente, igual, inferior ou superior a uma taxa de lucro padrão, dada pelo inverso do tempo de espera normalmente necessário para a recuperação de um investimento a partir do fluxo de seus rendimentos.

A taxa de lucro que Kalecki considera, como no modelo anterior, continua sendo definida na margem, pois é dada pela razão entre a variação dos lucros e o volume de investimento realizado no período a que aquela variação se refere. Por sua vez, essa variação dos lucros é composta por dois termos: o primeiro deles é proporcional ao aumento total de lucros verificado no período, com um coeficiente de proporcionalidade reduzido, já que, em virtude da suposta existência de capacidade ociosa, apenas uma fração desse aumento pode ser creditada à ampliação do estoque de capital em decorrência do investimento realizado; quanto ao segundo termo, que incorpora a influência do progresso técnico, ele corresponde à transferência de parte do lucro que era anteriormente captada pelo velho equipamento de capital para o novo equipamento, em virtude do aumento da produtividade do trabalho que ele propicia, com a conseqüente redução de seu custo relativo.

O progresso técnico ainda provoca, para Kalecki, um estímulo adicional ao investimento, que é representado em seu modelo pela inclusão de uma variável lentamente mutável ao longo do tempo. Ela busca captar o efeito indutor de investimentos que as inovações provocam devido à concorrência inter-capitalista e à conseqüente elevação da taxa de lucro acima da taxa média que elas

possibilitam aos empresários que primeiramente as introduzirem. E isso mesmo que essa elevação seja apenas momentânea, sendo posteriormente seguida por uma redução da taxa média de lucro.

Assim, nessa última formulação de Kalecki para o comportamento cíclico e tendencial da economia capitalista, a determinação dos investimentos, que constitui sua parte teoricamente decisiva, incorpora alguns elementos que estavam presentes em Marx e ausentes no modelo anterior do próprio Kalecki. Aí incluem-se o incentivo ao progresso técnico, tanto em decorrência da concorrência inter-capitalista, quanto da “concorrência” entre capitalistas e trabalhadores, esta última expressa na busca da substituição de mão-de-obra por equipamento, com a conseqüente redução dos custos diretos de trabalho em relação ao custo total. No entanto, permanece sem referência clara a eventual tendência de queda da taxa de lucro, induzida pelo progresso técnico, que ocupa no sistema de Marx um lugar central.

4.2. Baran e Sweezy

Baran e Sweezy, em *Monopoly Capital*, de 1966, propõem-se a realização de uma análise de uma etapa específica do capitalismo, que teria se iniciado no último terço do século XIX, com o advento das sociedades anônimas gigantes, que leve em conta, de maneira efetiva, seu caráter monopolista e os efeitos daí advindos. Segundo eles, tanto Lenin em seu livro sobre o imperialismo, quanto diversos autores por ele influenciados, embora admitindo esse caráter monopolista, não extraíram dele todas as suas conseqüências. Em particular, não investigaram o que constituiria a especificidade dessa etapa de desenvolvimento do capitalismo e quais seriam suas leis próprias de movimento.¹⁴ Mesmo um autor como Hilferding, que segundo eles teria sido o primeiro a tentar incorporar de

¹⁴ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. 4.

maneira sistemática à teoria econômica marxista o fenômeno do monopólio, teria tratado-o mais como provocando mudanças quantitativas em relação às leis básicas do capitalismo estabelecidas por Marx, do que como introduzindo nelas uma modificação qualitativa.¹⁵

O ponto de partida para a análise proposta é a compreensão da estrutura organizativa assumida pela sociedade anônima gigante, que constitui a forma dominante de empresa na época do capital monopolista e lhe confere seus traços característicos. Baran e Sweezy enfatizam a relevância assumida nessas empresas pelo seu corpo administrativo: é ele e não os proprietários de ações que detém seu controle efetivo. Isso não implica para eles uma separação completa entre propriedade e gestão das sociedades anônimas, uma vez que a participação em seu capital acionário pode constituir o caminho mais curto para a ocupação de um posto gerencial destacado e, reciprocamente, a ocupação desses postos leva usualmente à aquisição de ações da empresa. O que os autores procuram salientar é que a mera detenção de capital acionário, por maior que ele seja, só irá adquirir um caráter de controle prático da empresa na medida em que tenha como contrapartida a inserção em sua estrutura diretiva interna.¹⁶

Outra característica da moderna sociedade anônima seria a independência financeira assegurada pela geração interna de fundos derivados de lucros não distribuídos.¹⁷ Essa tendência à predominância do autofinanciamento já havia sido destacada por Kalecki e constitui, ao lado do aspecto acima mencionado, uma significativa ruptura com a visão de Hilferding sobre a questão. Este autor, como foi visto, ao apontar a predominância do financiamento externo exercido pelos bancos e a conseqüente subordinação a eles das sociedades anônimas, deslocava em grande medida para fora dessas empresas seu centro de decisões.

¹⁵ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. 5. Essa afirmação não parece totalmente justificada. A derivação feita por Hilferding, com base na existência e disseminação das sociedades anônimas, do lucro do fundador como categoria econômica *sui generis* e os efeitos que ele lhe atribui no conjunto de seu argumento não parecem se reduzir a uma mera evolução quantitativa da tendência à concentração e centralização do capital, tal como formulada por Marx. Ver a respeito a p. XX do capítulo 3.

¹⁶ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, pp. 15 e 16.

¹⁷ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. 16.

Além disso, a participação de um mesmo banco na gestão simultânea de várias empresas criaria fortes incentivos à eliminação da concorrência entre elas, o que implicaria uma significativa mudança na forma de operação da lei do valor descrita por Marx.

Baran e Sweezy, ao atribuírem mais peso ao autofinanciamento que ao financiamento externo e maior relevância à estrutura diretiva interna da sociedade anônima gigante que a qualquer instância exterior, também atribuem pouca importância à existência de estruturas organizativas externas às empresas que mitiguem a concorrência entre elas e confirmam ao capitalismo um horizonte de planejamento mais amplo que o das empresas individuais e algum grau de racionalidade sistêmica. Para eles, a maior parte das relações entre sociedades anônimas, sejam elas concorrentes ou vinculadas pela compra e venda de insumos, assim como as relações entre sociedades anônimas e empresas de menor porte ou consumidores finais, são mediadas pelo mercado e pelo mecanismo de preços.¹⁸

A rejeição por Baran e Sweezy da existência de formas significativas de coordenação entre empresas à margem dos mecanismos puros de mercado, que ocupa grande destaque nas elaborações de autores como Hilferding e Bukharin, não implica negar a ocorrência de modificações relevantes na forma como se dá a concorrência entre elas na etapa do capitalismo monopolista. Ao contrário, a situação de oligopólio existente nos principais segmentos da atividade econômica, com o conseqüente poder de retaliação adquirido por cada empresa nessa configuração de mercado, leva ao virtual abandono da concorrência via preços, o que constitui para os autores um dos traços mais importantes dessa etapa. A teoria mais apropriada para determinar a fixação de preços na economia seria, segundo eles, a teoria dos preços de monopólio, porém com duas ressalvas: o comportamento de fixação de preços que maximizem os lucros aplica-se a cada oligopólio como um todo e não às suas empresas consideradas individualmente;

¹⁸ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. 53.

e, mais importante, enquanto a teoria pura de formação de preços em situação de monopólio prevê que esses possam ser aumentados ou diminuídos para a obtenção do lucro máximo, o medo que cada empresa tem de provocar uma guerra de preços ao reduzir unilateralmente o preço de seu produto e a inexistência de mecanismos de coordenação que pudessem fazê-lo de forma coletiva para o oligopólio, acabam conferindo aos seus preços um significativo viés de alta.¹⁹

Por outro lado, no que diz respeito aos custos unitários de produção, Baran e Sweezy apontam a continuidade da tendência à sua redução, que já operava na etapa concorrencial do capitalismo, mas que adquire na etapa monopolista do capital novos conteúdos. Se, antes, a redução do custo médio era um pré-requisito para a fixação de um preço individual inferior ao de mercado e, logo, para a ampliação da participação no mercado da firma que conseguisse realizá-la, agora ela continua criando condições para essa ampliação, mesmo que não se reflita numa redução de preços: para um dado preço de mercado, a empresa que conseguir produzir a um custo médio mais reduzido poderá gastar mais em publicidade, pesquisa e desenvolvimento de novas variedades de produtos, fornecimento de serviços extras ao consumidor etc., que são formas típicas da concorrência que não se materializa no rebaixamento de preços, sem reduzir sua margem de lucro em relação à média. Além disso, a empresa que conseguir produzir com menor custo médio estará mais bem aparelhada para enfrentar uma guerra de preços, que não é característica de uma situação de oligopólio, mas que pode eventualmente ocorrer. Finalmente, a tendência à redução dos custos seria incentivada ainda pela concorrência verificada entre as empresas produtoras de bens de capital, que também não se daria via preços, mas sim pela colocação no mercado de máquinas e equipamentos cada vez mais eficientes, que aumentariam a produtividade das indústrias que as adquirissem.²⁰

¹⁹ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. XX.

²⁰ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, pp. 67 a 71.

A combinação das duas tendências acima referidas, de elevação dos preços e de redução dos custos médios de produção, expressa-se no plano macroeconômico na tendência ao crescimento do excedente econômico, tanto em termos absolutos quanto em relação ao produto nacional, o que constitui para Baran e Sweezy o principal traço distintivo da etapa monopolista do capitalismo. Os autores contrapõem a tendência de crescimento do excedente à tendência de queda da taxa de lucro formulada por Marx, mas não rejeitam a adequação teórica desta última ao capitalismo concorrencial vigente no momento em que foi formulada. A superação histórica dessa etapa, devido às mudanças estruturais que caracterizam o capitalismo monopolista, é que invalidariam a tendência de queda da taxa de lucro substituindo-a pela tendência ao crescimento do excedente. Em suas próprias palavras, “o que é mais essencial a respeito da mudança estrutural verificada entre o capitalismo concorrencial e o monopolista encontra sua expressão teórica nessa substituição”.²¹ Assim, percebe-se que o critério de periodização proposto por Baran e Sweezy, que contrapõe uma fase monopolista do capitalismo a uma fase concorrencial, encontra-se estreitamente vinculado à predominância em cada uma delas de um comportamento tendencial distinto.

Antes de se proceder a uma análise das conseqüências atribuídas por Baran e Sweezy à tendência de crescimento do excedente, cabe apresentar algumas considerações sobre ela. Em primeiro lugar, a rejeição pelos autores da tendência de queda da taxa de lucro parece ser feita com uma brevidade excessiva, que destoa do realce que ela apresentava na formulação original de Marx. Esse ponto torna-se mais relevante quando se leva em conta que essa rejeição é fundamentada por eles historicamente, mas um dos autores, Sweezy, já havia anteriormente questionado a validade teórica dessa tendência, pelo menos nos termos em que Marx a apresentou.²² Se esse questionamento fosse acertado, a

²¹ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. 72.

²² O questionamento de Sweezy refere-se à impossibilidade de especificar um sentido necessário para a evolução da taxa de lucro, pois esse sentido depende do que acontece com duas outras grandezas variáveis, a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia. Ele não rejeita a tendência de queda da taxa de lucro,

tendência de queda da taxa de lucro não se aplicaria de modo rigoroso nem sequer à etapa concorrencial do capitalismo, o que os dois autores descartam em seu livro conjunto.

A inexistência nesse livro de qualquer alusão ao argumento anterior de Sweezy sobre a questão pode se dever a diversos motivos, mas pode-se especular sobre a possibilidade de pelo menos um: qualquer discussão conduzida em termos da composição orgânica do capital ou da taxa de mais valia remete a um quadro de referência teórico estruturado em torno à categoria valor, que não ocupa qualquer lugar nas formulações de Baran e Sweezy sobre o capital monopolista. De modo similar a Kalecki, estes autores constroem todo seu raciocínio tendo por base a noção de preço de mercado e as categorias agregativas típicas da contabilidade nacional.²³ Isso, no entanto, torna ainda mais complicada a contraposição que eles estabelecem entre capitalismo concorrencial, em que vigoraria a lei de tendência de queda da taxa de lucro, e capitalismo monopolista, caracterizado pela tendência ao crescimento do excedente, pois os termos em que são formuladas teoricamente as duas tendências não são diretamente comparáveis.²⁴

Mais importante que isso, o próprio conceito de excedente, central para a argumentação dos autores, não recebe em seu livro uma formulação precisa. Eles afirmam que “o excedente econômico em sua mais breve definição possível, é a

mas faz ela depender mais da queda da taxa de mais-valia, em virtude da dinâmica da acumulação que eventualmente pode eventualmente reduzir o tamanho do exército industrial de reserva, do que da tendência de elevação da composição orgânica do capital, destacada por Marx. Ver SWEEZY, *The Theory of Capitalist Development*, pp. 100 a 105.

²³ É interessante constatar que o próprio Sweezy, em seu livro anterior, alertava contra as análises econômicas que, prescindindo da categoria valor, fossem conduzidas diretamente em termos de preços. Ver SWEEZY, *The Theory of Capitalist Development*, pp. 128 a 130.

²⁴ Além da base conceitual distinta, a tendência ao crescimento do excedente não envolve uma taxa, quando é formulada em termos absolutos, ou envolve uma taxa dada pela relação entre dois fluxos, quando o excedente é comparado à renda nacional. Quanto à tendência de queda da taxa de lucro, ela envolve uma relação entre fluxo e estoque. Para uma discussão abrangente a respeito dos procedimentos metodológicos que devem ser adotados para permitir uma comparação entre as categorias marxistas e da contabilidade nacional ver SHAIKH e TONAK, *Measuring the Wealth of Nations*, *passim*.

diferença entre o que a sociedade produz e o custo de produzi-lo²⁵, mas remetem ao livro anterior de Baran, *The Political Economy of Growth*, para uma discussão mais completa sobre o conceito de excedente.²⁶ Neste livro, em que o autor reconhece explicitamente a dificuldade de se chegar a um enunciado preciso para o conceito de excedente, são apresentadas duas definições diferentes para o mesmo: o de excedente efetivo, que é igual à “diferença entre o produto social efetivo e o consumo social efetivo”, que seria idêntico à poupança corrente; e o de excedente potencial, dado pela “diferença entre o produto que poderia ser obtido em dadas condições naturais e tecnológicas com o pleno emprego dos recursos produtivos e o que pode ser considerado o consumo essencial”.²⁷ Porém nenhuma dessas duas definições, formuladas diretamente em termos macroeconômicos, parece corresponder exatamente ao conceito de excedente econômico que emerge da argumentação apresentada por Baran e Sweezy em *Monopoly Capital*, em que a referência aos custos de produção e preços de mercado permite uma melhor articulação entre o conceito macroeconômico de excedente e sua fundamentação microeconômica no comportamento individual de cada sociedade anônima gigante — que busca racionalizar crescentemente seu processo produtivo, aumentando sua eficiência e diminuindo custos — e na estrutura de mercado oligopolista, responsável pela existência de um viés de alta para os preços.²⁸

Afirmada a tese da tendência ao crescimento do excedente econômico, Baran e Sweezy passam a analisar as formas em que este é absorvido ou utilizado. Quanto ao consumo dos capitalistas, que constitui a primeira forma de absorção, eles descartam a possibilidade de se verifique um crescimento dessa parcela em relação ao total do excedente econômico, seja porque nem todo o

²⁵ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. 9.

²⁶ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. 8, n. 5.

²⁷ BARAN, *The Political Economy of Growth*, pp. 22 a 24. Baran menciona ainda o conceito de excedente econômico planejado, que será aplicável apenas a uma sociedade socialista. Ver pp. 41 a 43.

²⁸ Para uma apreciação favorável sobre o conceito de excedente formulado por Baran em *The Political Economy of Growth*, embora defendendo a necessidade de uma melhor precisão de seu conteúdo, ver BETELHEIN, *Planificação e Crescimento Acelerado*, pp. 122 a 126; para uma crítica desse conceito, baseada na inexistência, em sua formulação, de uma distinção clara entre as categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, ver SHAIKH e TONAK, *Measuring the Wealth of Nations*, *passim*.

lucro distribuído pelas sociedades anônimas é canalizado para gastos de consumo, seja porque os lucros distribuídos não tendem a aumentar em relação ao excedente produzido por cada empresa. Antes ao contrário, a política de dividendos que elas usualmente seguem levaria com maior probabilidade a uma redução dos lucros distribuídos como parcela do excedente. Assim, ainda que estes fossem integralmente gastos em consumo, o consumo capitalista tenderia a se reduzir em relação ao total do excedente econômico. Nestas condições, e dada a propensão ao crescimento do excedente econômico, tanto em termos absolutos, quanto em relação à renda nacional, a parcela do excedente que não é consumida pelos capitalistas teria que se elevar como proporção da renda nacional para que este pudesse ser integralmente absorvido.

A segunda forma de absorção do excedente que Baran e Sweezy analisam é o investimento e eles descartam a possibilidade de sua elevação permanente em relação à renda nacional, pois ela implicaria ou uma crescente produção de bens de produção que seriam empregados para produzir crescentemente novos bens de produção, o que não seria realista, ou uma contínua ampliação da capacidade produtiva global que permaneceria ociosa, o que também não se sustentaria no longo prazo.²⁹ O cerne de sua argumentação, no que diz respeito à primeira implicação acima referida, embora formulada em outros termos, apresenta semelhanças óbvias com a rejeição feita por Rosa Luxemburg da possibilidade de realização sistemática da mais-valia pela sua reconversão em capital constante.

Essas considerações referem-se ao que Baran e Sweezy, seguindo Steindl, denominam investimento endógeno, mas eles também descartam a possibilidade de que formas exógenas de investimento — ou seja, aquelas que não são induzidas por fatores decorrentes do funcionamento normal do sistema capitalista — possam fazer com que o total de investimento venha a se elevar permanentemente enquanto fração da renda nacional. Eles analisam três tipos de

²⁹ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, pp. 81 e 82.

investimento exógeno: os que surgem em decorrência das necessidades crescentes de uma população em expansão — ao qual atribuem pouca relevância na absorção do excedente —, os investimentos feitos em novos métodos de produção e novos produtos e os investimentos feitos no exterior.

No que se refere aos investimentos em novos métodos de produção e novos produtos, eles diferenciam as inovações “marcadoras de época”, que serão posteriormente consideradas, das inovações mais usuais ou corriqueiras, que ocorrem de maneira mais ou menos regular ao longo do tempo. Ainda que a taxa de invenções e descobertas seja maior no capitalismo monopolista do que no concorrencial, devido ao maior volume de gastos em pesquisa e desenvolvimento propiciado pela escala em que operam as sociedades anônimas gigantes, a pressão para que elas sejam efetivamente incorporadas ao processo produtivo seria menor do que no caso do capitalismo concorrencial. Nesta fase, o principal estímulo à inovação decorria da possibilidade de converter o aumento da produtividade em redução de preços e, conseqüentemente, em ampliação da participação no mercado. Descartada esse procedimento como regra geral no capitalismo monopolista, devido aos efeitos negativos de uma provável retaliação, haveria uma tendência de que as inovações só viessem a ser introduzidas quando o equipamento de capital empregado atingisse o fim de sua vida útil. Além disso, como o financiamento para os investimentos provém em geral dos fundos para depreciação, que são contabilizados como um custo de produção, eles concluem que os investimentos voltados para a introdução de inovações corriqueiras constituem uma forma pouco expressiva de absorção do excedente econômico.

Finalmente, os investimentos no exterior só poderiam constituir um canal adequado para essa absorção em períodos limitados de tempo, pois o capital produtivo ou financeiro enviado ao exterior acabaria criando condições para uma reversão do fluxo. Assim, no longo prazo, o investimento feito por um país no exterior não apenas não resolveria o problema da sua absorção interna do excedente, como ainda o agravaria, colocando a necessidade de absorver um

excedente gerado externamente.³⁰ Deve-se assinalar o afastamento, quanto a esse aspecto, entre a elaboração de Baran e Sweezy e as de todos os teóricos do imperialismo discutidos no capítulo 3: eles nem vêem no investimento no exterior uma saída para o problema da realização, como o faz Rosa Luxemburg, nem encaram esse investimento através da perspectiva unilateral de Hilferding, Bukharin e Lenin, já que destacam a necessária ocorrência de uma reversão no fluxo de capital que transforma os países periféricos, mais cedo ou mais tarde, em seus exportadores líquidos.

Como o consumo dos capitalistas e o investimento não são suficientes para absorver o excedente econômico, e um excedente não absorvido também não pode ser produzido em caráter permanente, existiria para os autores, no capitalismo monopolista, uma tendência latente à depressão crônica. Obviamente que essa tendência seria atenuada na medida em que formas alternativas de absorção do excedente fossem geradas dentro do próprio sistema. Entre essas eles destacam os gastos de circulação, e os gastos governamentais, tanto civis quanto militares.

Os gastos de circulação abrangem uma série de itens que eles incluem no que genericamente denominam esforço de vendas, que compreende os gastos com publicidade, com mudanças na aparência dos produtos ou suas embalagens, a obsolescência programada, as modificações de modelos, as vendas a crédito etc. Além da absorção direta de parte do excedente econômico esses gastos de circulação cumpririam um papel fundamental de estímulo à demanda por bens de consumo, o que também serve de contra-peso à tendência à depressão. Segundo eles, na fase monopolista do capitalismo esses gastos adquirem uma crescente relevância.

³⁰ A absorção pelos países desenvolvidos de parte do excedente econômico gerado nos países subdesenvolvidos constitui para Baran um dos mecanismos essenciais para explicar a própria gênese do subdesenvolvimento e sua perpetuação ao longo do tempo. Ver BARAN, *The Political Economy of Growth*, *passim*.

O mesmo se aplica aos gastos governamentais civis e militares — estes últimos, em particular, fortemente influenciados pela corrida armamentista da guerra fria. Baran e Sweezy destacam a influência dos gastos governamentais na composição da demanda agregada, mesmo no caso de ocorrência de um orçamento equilibrado, ou seja, de um financiamento desses gastos através de uma tributação de igual magnitude.

No entanto, mesmo levando-se em conta essas formas de absorção do excedente, os autores afirmam que a tendência à depressão teria predominado em larga medida se não fosse pela ocorrência de estímulos “externos” indutores de processos expansivos da atividade econômica. Estes compreenderiam o aparecimento das grandes inovações, marcadoras de época — segundo eles, apenas três ao longo de toda a história do capitalismo: a máquina a vapor, no século XVIII, as estradas de ferro, no século XIX, e o automóvel, no século XX — e o acontecimento de guerras de grandes dimensões, como as duas guerras mundiais. Estas induziriam uma significativa expansão dos gastos militares, enquanto estivessem em curso, e dos investimentos civis de reconversão industrial e recomposição dos estoques de capital físico e bens de consumo duráveis, após seu término. Com base na tendência à depressão, que seria característica do capitalismo monopolista e da ocorrência desses estímulos externos, eles se propõem a reconstruir em grandes linhas os aspectos mais gerais da história do capital monopolista nos Estados Unidos.

Sua gênese, no último terço do século XIX, dá-se em meio ao surto expansivo das estradas de ferro — o próprio capital acionário mobilizado para as estradas de ferro foi um dos principais estímulos à expansão das sociedades anônimas —, que absorveram diretamente um imenso volume de investimentos e criaram oportunidades para investimentos induzidos em inúmeras outras atividades econômicas. Esse surto durou aproximadamente até 1907 e, após seu término, na ausência de um estímulo externo poderoso, a economia americana viveu um período de estagnação até 1915. Essa fase foi superada pela

combinação dos gastos determinados pela Primeira Guerra Mundial — durante e após seu término — com os efeitos econômicos benéficos do primeiro surto expansivo propiciado pela era do automóvel. Este último, ainda que se mantendo ao longo da década de 20, acabou sendo incapaz de conter a depressão em que mergulharia a economia americana e mundial a partir de 1929. Sobre ela e o poder explicativo que Baran e Sweezy atribuem à sua própria teoria, vale a pena apresentar uma longa citação dos dois autores:

“O mérito central de nossa teoria é que ela explica a Grande Depressão de forma pronta e lógica, não como a Grande Exceção, mas como o resultado normal do funcionamento do sistema econômico americano. As tendências à estagnação inerentes ao capitalismo monopolista já haviam começado a dominar o cenário econômico nos anos que se seguiram a 1907. A guerra e o automóvel conseguiram submergi-las, mas apenas temporariamente. Durante os anos 30 elas voltaram à tona e puseram sua marca indelével em toda uma década da história econômica. Af, pela primeira vez, nós tivemos uma visão cristalina do sistema operando com um mínimo de estímulos externos por um extenso período de tempo, desnudando e pondo sob a vista de todos o que Marx denominou sua “lei de movimento”. O que os economistas persistem em considerar como um desvio, foi na verdade a realização prática da norma teórica em direção à qual o sistema sempre tende a ir”.³¹

A superação da Grande Depressão deveu-se ao crescimento dos gastos militares provocados pela Segunda Guerra Mundial, aos pesados gastos civis e militares efetuados no período que se seguiu ao seu término e a um surto de crescimento econômico iniciado desde então, no qual o automóvel voltou a desempenhar um papel fundamental. Na época de redação do livro os autores afirmam não ser ainda possível apontar o término desse período de prosperidade, embora destaquem alguns indícios sinalizadores da tendência à depressão, como a permanência de uma razoável taxa de desemprego, mesmo em fases de crescimento econômico.

³¹ BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, p. 240.

Apesar da irracionalidade de um sistema cuja lei de movimento mais característica só pode ser contrabalançada pela combinação de formas de absorção do excedente de utilidade social duvidosa — como pelo menos uma parte significativa dos gastos de circulação — ou diretamente destrutiva — no caso dos gastos militares — com a ocorrência de estímulos externos mais ou menos fortuitos, Baran e Sweezy descartam a possibilidade de sua superação imediata. O proletariado industrial, a quem a tradição marxista atribuía o papel de protagonista na luta pelo socialismo, seria não apenas uma fração minoritária e em diminuição na sociedade norte-americana, como também estaria integrado à ordem vigente por sua capacidade de consumo e ideologia. E os segmentos sociais aliados em grande medida da esfera do consumo constituiriam um universo significativo em termos numéricos, mas suficientemente heterogêneo e fragmentado para impedir a adoção de formas coerentes de ação social voltadas para a superação do capitalismo monopolista.

Assim, Baran e Sweezy concluem que a realização do socialismo nos Estados Unidos só poderia se dar mediante um processo de convencimento, baseado na disseminação internacional do socialismo que levasse em diversos países à construção de exemplos práticos de sociedades mais racionais. Os países potencialmente mais propícios a servir de exemplo seriam os subdesenvolvidos, onde o grau mais intenso de contradições internas ao mesmo tempo colocaria com maior premência a necessidade do socialismo e criaria as condições sociais para a sua ocorrência.³² Essa possibilidade, no entanto, só era identificada pelos autores como factível a longo prazo.

4.3. Comentários e conclusões

³² Ver BARAN e SWEEZY, *Monopoly Capital*, pp. 362 a 367. É curioso confrontar esse papel de vanguarda internacional da revolução socialista que os autores atribuem aos países subdesenvolvidos com o comentário de Baran no prefácio ao seu livro de 1957, feito com base na avaliação da experiência soviética, de que a revolução em países atrasados e subdesenvolvidos apresenta uma grande tendência de conduzir a formas atrasadas e subdesenvolvidas de socialismo. BARAN, *The Political Economy of Growth*, p. viii.

Os autores discutidos neste capítulo apresentam várias semelhanças. Não só a perspectiva keynesiana é comum a todos eles — com a ressalva já apresentada da precedência de Kalecki em relação a Keynes a respeito da demanda efetiva —, como a influência do próprio Kalecki sobre os outros dois é por eles explicitada. Existe, nas obras analisadas, um afastamento comum em relação à categoria marxista de valor, substituída pela de preço. A preocupação com a determinação destes em situações não concorrentes recebe deles uma grande atenção, que buscam construir teorias em que os aspectos micro e macroeconômicos sejam tratados conjuntamente. Os autores discutidos também destacam a tendência ao autofinanciamento das empresas, o que aponta para um tipo de centralização financeira e uma relação entre empresas e bancos distintas das apontadas por Hilferding.

Embora o livro de Baran e Sweezy seja voltado para o estudo de uma realidade mais específica e concreta que a da contemplada por Kalecki, nem por isso as elaborações deste autor podem ser identificadas com a teoria pura. Ao contrário, existe nele uma busca constante de tentar corroborar suas principais conclusões com base em evidências empíricas disponíveis.

A preocupação com o conceito marxista de reprodução, recolocado na terminologia das contas nacionais, é comum a todos eles. A idéia de ciclo, por outro lado, não merece maiores considerações por parte de Baran e Sweezy, enquanto constitui uma das principais preocupações de Kalecki. No desenvolvimento delas, porém, a vinculação que Marx estabelecia entre os ciclos e os movimentos da composição orgânica do capital e da taxa de lucro só pode ser estabelecida de maneira muito indireta.

Quanto ao conceito de tendência, ele assume em Kalecki o caráter de trajetória de crescimento econômico, de modo algum preservando o sentido de lei tendencial presente em Marx. Em Baran e Sweezy, ao contrário, ele preserva

plenamente esse caráter e constitui o aspecto central de sua obra: haveria, no capitalismo, uma tendência ao crescimento do excedente econômico; e, em decorrência desta, uma tendência à depressão crônica. Essa concepção, e a idéia de que a ocorrência de eventos externos, como as inovações marcadoras de época e a ocorrência de guerras, poderiam induzir surtos de crescimento econômicos que se superpussem, por um largo tempo, à tendência de estagnação, aproximam muito a concepção de Baran e Sweezy daquela de Kautsky exposta no capítulo 2.

É interessante constatar a inversão que Baran e Sweezy realizam em relação a um aspecto chave da formulação de Marx: para este autor, a taxa de lucro tende a cair, provocando crises; para Baran e Sweezy, a crise ou depressão decorre da tendência do excedente a subir. Por outro lado, existem, para Marx, contra-tendências que podem impedir ou atenuar a queda da taxa de lucro; para Baran e Sweezy, há fatores que podem a elevação do excedente não absorvido.

Se, para Baran e Sweezy, as inovações marcadoras de época cumprem um papel fundamental, de reverter a tendência à depressão, mas as inovações mais corriqueiras são, quanto a esse aspecto, de importância limitada, Kalecki, ao contrário, confere a elas uma importância significativa na determinação do investimento. Essa importância é ainda maior no seu artigo, onde busca vincular o progresso técnico ao processo de concorrência capitalista. Aí, atribui um papel mais relevante para a taxa de lucros do que em seu livro. No entanto, deixa de considerar o aspecto que para Marx era central, sua tendência de queda em decorrência do próprio progresso técnico.

Em Kalecki, Baran e Sweezy, o conceito de política econômica ganha pleno relevo. Eles aprofundam, assim, as elaborações sobre o tema que já haviam sido feitas pelos teóricos do imperialismo discutidos no capítulo 3, que apontavam para uma crescente relevância econômica do Estado. A idéia de periodização não se coloca em Kalecki, enquanto o propósito do livro de Baran e Sweezy é exatamente

caracterizar as leis de movimento de uma fase específica do capitalismo. A questão da superação do capitalismo, finalmente, também não é contemplada por Kalecki nas obras analisadas e Baran e Sweezy só a vêem como uma perspectiva remota.

Capítulo 5 – Mandel e Aglietta

Mandel e Aglietta escrevem num momento em que a longa fase de prosperidade do pós-guerra estava ficando para trás e as idéias keynesianas, que tiveram grande difusão nesse período, estavam sob ataque.¹ Os dois autores têm inserção no meio acadêmico e Mandel teve uma atuação militante destacada, embora como membro de uma organização minoritária, de inspiração trotskysta. Essa origem é importante para a localização de seu livro, pois ele parte exatamente de uma retomada da problemática dos ciclos econômicos de longa duração, que havia sido objeto de um debate entre Trotsky e Kondratiev na década de vinte.

5.1. Mandel

A principal crítica apresentada por Trotsky à abordagem de Kondratiev dizia respeito ao caráter pretensamente endógeno dos ciclos de longa duração, cuja existência este autor buscava demonstrar. Ou seja, Trotsky aceitava a existência de um padrão de regularidade de longo prazo para as economias capitalistas, mas negava que estas pudessem ser fundamentadas exclusivamente em termos da dinâmica interna dessas economias, de modo análogo ao que se verificava no caso da existência de um padrão de regularidade de prazo mais curto, associado ao ciclo industrial.²

¹ Ver BEAUD et DOSTALER, *La Pensée Économique depuis Keynes, passim*

² Para uma exposição comparativa dos pontos de vista de Kondratiev, Trotsky e do próprio Mandel sobre a questão ver DAY, *The Theory of the Long Cycle: Kondratiev, Trotsky, Mandel*. Exposições comparativas sucintas sobre várias teorias de ondas longas podem ser encontradas também em MADDISON, *Phases of Capitalist Development*, pp. 64 a 95, e em TYLECOTE, *The Long Wave in the World Economy*, pp. 7 a 35. Para um texto de Trotsky em que este autor faz uso de sua concepção de ondas longas para rejeitar visões teóricas catastrofistas que previam o colapso do capitalismo no início da década de 20, ver *Tese sobre a Situação Mundial e a Tarefa da Internacional Comunista*, in GOLIN (org.), *III Internacional Comunista: Manifestos, Teses e Resoluções do 3º Congresso*, pp. 53 a 75.

Em suas linhas mais gerais, a formulação apresentada por Mandel em *O Capitalismo Tardio*, de 1972, e retomada em *Long Waves of Capitalist Development*, de 1980, busca resgatar a concepção de Trotsky sobre o assunto, dando a ela um tratamento mais sistemático quanto ao aspecto teórico e mais fundamentado sob o ponto de vista empírico. A utilização por Mandel do termo “onda longa”, busca exatamente marcar um afastamento em relação à idéia de regularidade mais estrita e de determinação endógena que um termo como ciclo implica. Este último aspecto, no entanto, conduz ao cerne do argumento de Mandel e deve ser abordado com mais rigor.

Para ele, os fatores de ordem puramente econômica que caracterizam a dinâmica capitalista seriam suficientes tanto para assegurar a continuidade da fase ascendente de uma onda longa, uma vez que essa tivesse sido iniciada, quanto para determinar a sua reversão a partir de um certo ponto, quando então se iniciaria sua fase descendente. Apenas para a retomada de uma nova fase ascendente, a partir do ponto mais baixo da depressão econômica, é que seria necessária a intervenção de um fator externo, de ordem não econômica ou, quando de ordem econômica, cuja ocorrência não pudesse ser assegurada mecanicamente, apenas com base nos elementos que caracterizariam a depressão. Assim, no que diz respeito à determinação endógena ou não das ondas longas, Mandel introduz uma assimetria no tratamento teórico das fases ascendentes e descendentes das ondas longas.³

Existe, no argumento de Mandel, uma estreita vinculação entre a ocorrência de revoluções tecnológicas e as fases expansivas das ondas longas, mas as primeiras não são as causas das últimas. A relação causal deve antes ser

³ Ver MANDEL, *Long Waves of Capitalist Development*, p. 21. Num outro contexto, Kalecki também menciona a existência de uma possível assimetria entre os dois momentos de reversão do ciclo econômico: a influência da variação no estoque de capital fixo sobre as decisões de investimento dos capitalistas seria mais efetiva para garantir a interrupção de uma fase ascendente do que para garantir, no ponto mais baixo do ciclo, a retomada do processo de crescimento. A consequência prática dessa assimetria seria a possível ocorrência de situações de depressão prolongada. Ver KALECKI, *Teoria da Dinâmica Econômica*, p. 104.

estabelecida no sentido oposto: é a existência de um período de ascensão econômica que cria as condições para que uma revolução tecnológica ocorra. A determinação de todos os momentos de uma onda longa deve, segundo Mandel, ser buscado no comportamento da taxa de lucros e qualquer fator que venha a interferir sobre essa dinâmica de longo prazo da economia capitalista só o fará mediante seus efeitos sobre essa taxa. De maneira esquemática, o argumento de Mandel pode ser exposto como se segue.

No ponto mais baixo de uma fase depressiva, uma elevação da taxa de lucro é deflagrada pela ocorrência de algum fator "externo". Entre estes, Mandel destaca a redução da composição orgânica média do capital, devido à entrada de um volume significativo de capital em alguma área geográfica ou setor econômico de composição orgânica reduzida; uma elevação da taxa de mais-valia, condicionada por situações políticas fortemente adversas à organização da classe trabalhadora; a redução brusca no preço de matérias-primas; e a redução no tempo de rotação do capital circulante devido, por exemplo, ao desenvolvimento de novos meios de transporte e comunicações.

A elevação da taxa de lucros incentiva a realização de investimentos em grande escala. Uma boa parte desses investimentos será absorvida pela incorporação ao processo produtivo de invenções feitas em momentos anteriores, mas que não haviam sido economicamente aproveitadas, ou só o haviam sido de modo marginal, devido ao desestímulo ao investimento provocado pela reduzida taxa de lucro e pelo baixo nível de atividade econômica do período anterior. Para Mandel, as invenções ou descobertas realmente relevantes são aquelas capazes de provocar um grande impacto sobre o conjunto da estrutura produtiva, que consistem basicamente nas máquinas motrizes e sua fontes de energia. O financiamento do surto de investimentos realizado com base nessas inovações revolucionárias será inicialmente feito a partir do capital monetário que estava ocioso no período anterior e, posteriormente, a partir dos rendimentos gerados por

esses investimentos, com base numa taxa de lucro elevada. Cria-se, assim, um processo expansivo auto-alimentado.

Embora o processo expansivo como um todo seja impulsionado pelo departamento I, produtor de bens de produção, responsável pela fabricação da inovação fundamental característica de cada revolução tecnológica, ele tem uma contrapartida no departamento II, responsável pela produção de bens de consumo: a concorrência entre os capitalistas desse departamento leva à aquisição de equipamentos que incorporem a inovação, devido à possibilidade de rebaixamento de seus custos de produção e conseqüente obtenção de uma taxa de lucro superior à média. O ganho de produtividade obtido por esse departamento com a introdução da inovação fará com que seu volume de produção se expanda de maneira significativa.

Se a demanda para os produtos do departamento I é garantida pelas suas aquisições internas e pelas vendas ao departamento II, a demanda para a crescente produção deste é garantida pela própria ampliação do contingente de trabalhadores empregados ao longo da fase expansiva. Como a depressão anterior a essa fase caracteriza-se pela existência de um grande exército industrial de reserva, a expansão do número de trabalhadores empregados não cria de imediato uma situação propícia à reivindicação de maiores salários e, logo, à redução da taxa de mais-valia.

No entanto, a continuidade da redução do exército industrial de reserva, associada à perda de ímpeto do crescimento da produtividade no departamento II, fará com que a taxa de mais-valia comece a cair a partir de algum momento. Isso, junto com a elevação da composição orgânica do capital que se verifica ao longo de toda a fase expansiva, e com o crescimento do capital fixo em relação ao circulante, que tende a elevar o tempo médio de rotação do capital como um todo, levará a uma queda da taxa de lucro e, logo, a uma perda de ritmo da atividade econômica. Essa será amenizada enquanto a queda da taxa de lucro for

compensada pela expansão da massa de lucro, o que continua a ocorrer ainda durante algum tempo. A partir do momento em que a queda da taxa de lucro se combine com uma massa de lucro também em queda, a tendência à retração da atividade econômica será cada vez mais intensa, gerando um processo cumulativo negativo que conduzirá à uma nova depressão.

Para Mandel, o desdobramento desse processo seria capaz de induzir um certo padrão de regularidade da economia capitalista internacional, com duração aproximada de cerca de cinqüenta anos, metade dos quais corresponderia à fase ascendente e a outra metade à fase descendente. Esse padrão, no entanto, não exclui para Mandel a ocorrência do ciclo industrial, com duração aproximada de sete a dez anos, ligado a existência de períodos de renovação em grande escala do capital fixo depreciado.⁴ Para ele, os momentos caracterizados pela presença de uma onda longa com tonalidade expansionista tenderiam a prolongar o tempo de prosperidade do ciclo industrial e reduzir o tempo e intensidade de sua fase depressiva, ocorrendo exatamente o contrário no caso de uma onda longa descendente. No entanto, a forma precisa como se dá essa articulação entre onda longa e ciclo industrial não é explicada de modo claro no argumento de Mandel. Isso se torna ainda mais grave quando ele indica a existência de uma tendência secular de queda da taxa de lucro que opera simultaneamente às ondas longas e ao ciclo industrial. Assim, teríamos a superposição de três temporalidades distintas determinadas pelo mesmo fator causal, ligado à taxa de lucro e sua tendência de queda.⁵

Mandel detecta a existência de quatro ondas longas na história do capitalismo internacional. São elas:

⁴ Para uma análise feita pelo próprio Mandel a respeito do padrão cíclico das economias capitalistas, ver MANDEL, *Tratado de Economía Marxista*, tomo I, pp. 322 a 335.

⁵ Ver, a respeito, MANDEL, *Long Waves of Capitalist Development*, p. 12. Paul Singer, na apresentação ao livro de Mandel, critica outros aspectos de sua teoria, como a pouca clareza da explicação do mecanismo endógeno de reversão das ondas longas ascendentes, o impacto econômico atribuído a algumas das revoluções tecnológicas apontadas etc. Ver MANDEL, *O Capitalismo Tardio*, pp. IX a XXXIII.

"- o longo período compreendido entre o fim do século XVIII e a crise de 1847, basicamente caracterizado pela difusão gradativa da máquina a vapor de fabricação artesanal ou manufatureira, por todos os ramos industriais e regiões industriais mais importantes. Essa foi a onda longa da própria Revolução Industrial;

- o longo período delimitado pela crise de 1847 e o início da década de 90 do século XIX, caracterizado pela generalização da máquina a vapor de fabrico mecânico como a principal máquina motriz. Essa foi a onda longa da primeira revolução tecnológica;

- o longo período compreendido entre o início de 1890 e a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela aplicação generalizada dos motores elétricos e a combustão a todos os ramos da indústria. Essa foi a onda longa da segunda revolução tecnológica;

- o longo período iniciado na América do Norte em 1940 e nos outros países imperialistas em 1945/48, caracterizado pelo controle generalizado das máquinas por meio de aparelhagem eletrônica (bem como pela gradual introdução da energia nuclear). Essa foi a onda longa da terceira revolução tecnológica".⁶

Entre os fatores "externos" responsáveis pela elevação da taxa de lucro que dá início a cada onda longa, Mandel identifica uma expansão radical da taxa de mais-valia após o processo generalizado de revoluções em 1848, que daria início à segunda onda; o investimento maciço de capital nas colônias e a queda no preço de matérias-primas, que conjuntamente levaram a uma redução da composição orgânica do capital que precedeu a terceira onda longa; e, antecedendo a quarta e última onda longa, uma elevação da taxa de mais-valia devido à derrota de uma ampla parcela do movimento operário europeu diante do nazi-fascismo, combinada com um aumento da intensidade do trabalho devido ao esforço de guerra e com uma redução subsequente da composição orgânica do capital, devido ao barateamento dos elementos do capital constante induzido pelo enorme crescimento da produtividade do trabalho. A primeira onda longa, por sua vez, teria se alimentado do impulso provocado pelo conjunto de transformações de grande envergadura que caracterizaram o período da Revolução Industrial. Quanto aos momentos de reversão entre a fase ascendente e descendente de cada uma das três primeiras ondas longas, Mandel aponta, respectivamente, para os anos de 1823, 1873 e 1913 e levanta a hipótese de que a fase descendente da

⁶ MANDEL, *O Capitalismo Tardio*, pp. 83 e 84

quarta onda longa deveria estar em curso já no momento em que seu livro foi redigido, tendo se iniciado a partir de meados da década de 60.

Com base em seu esquema das ondas longas, Mandel propõe uma periodização da história do capitalismo desde a Revolução Industrial, que seria dividida em duas fases, uma concorrencial e outra imperialista, cada uma delas composta por duas subfases. Assim, a primeira subfase concorrencial cobriria todo o período abrangido pela primeira onda longa, enquanto a segunda subfase concorrencial corresponderia à fase ascendente da segunda onda longa, indo até 1873. A depressão econômica iniciada nesse momento marca o começo da primeira subfase imperialista, ou do imperialismo clássico, que duraria até 1940/45 nos Estados Unidos e até 1948/66 em outros países imperialistas. Finalmente, desse momento em diante, teria início a segunda subfase imperialista, a que Mandel atribui o nome de capitalismo tardio.

Uma questão que chama a atenção no esquema de periodização proposto por Mandel é disparidade de duração das distintas subfases e, em consequência disso, a inexistência de um paralelismo perfeito entre elas e o padrão das ondas longas que as fundamenta. Assim, o início das duas subfases concorrenciais e da segunda subfase imperialista coincidem com o início de ondas longas e, logo, de revoluções tecnológicas. Já a primeira subfase imperialista, ao contrário, inicia-se no meio de uma onda longa, quando ela passa de ascendente a descendente. E, finalmente, o início da terceira onda longa, com o advento da segunda revolução tecnológica, não marca o início de qualquer subfase.

Mandel estabelece uma relação entre seu esquema de periodização e o processo de difusão internacional do capital. Partindo da concepção metodológica que orienta o livro de Bukharin, discutido no capítulo 3, que trata o capitalismo como economia mundial integrada, Mandel discute essa integração sob o prisma

do desenvolvimento desigual e combinado de suas partes constituintes.⁷ Em particular, ele atribui grande ênfase à coexistência, ao longo de toda a história do capitalismo, de áreas geográficas caracterizadas pela reprodução em bases capitalistas puras com outras em que processos de acumulação primitiva estariam em curso.

Na época do capitalismo concorrencial, pelo menos uma parte dos países mais atrasados gozava de uma certa autonomia para o desenvolvimento de sua acumulação originária e a formação de uma incipiente burguesia autóctone, seja devido à limitação da acumulação capitalista já efetivada nos países mais avançados, que ainda não permitia a implantação em grande escala de núcleos produtivos no primeiro grupo de países, seja devido à precariedade da infraestrutura de transportes neles existente e a limitação de seu mercado interno, que dificultava a penetração maciça de mercadorias industriais produzidas a baixo custo. Para Mandel, devido a fatores desse tipo, países como Itália, Rússia, Japão e Espanha conseguiram realizar uma industrialização em grande parte autônoma.

A época imperialista introduz uma modificação nesse quadro. A exportação de capitais para os países atrasados, tal como apontado por Baran, acabou tendo como contrapartida uma expropriação contínua de seu excedente econômico pelos países avançados; e a convergência de interesses entre a burguesia imperialista e as oligarquias locais dos países atrasados acabou incentivando a consolidação de relações pré-capitalistas em suas áreas rurais, o que, como foi visto, já havia sido antecipado por Lenin em suas considerações sobre o imperialismo feitas a partir de 1920. Ambos os fatores constituíram obstáculos

⁷ Assim como a idéia de ondas longas de desenvolvimento da economia mundial, o conceito de desenvolvimento desigual e combinado amplamente utilizado por Mandel também encontra sua origem em Trotsky. Este a usou pela primeira para analisar as especificidades sócio-econômicas da realidade russa, logo após a Revolução de 1905, o que lhe permitiu inferir o peso político que o proletariado industrial iria adquirir na próxima revolução e o caráter socialista que essa necessariamente deveria adquirir, desde o início. Como foi visto no capítulo 2, essa concepção afastava-se da expressa por Lenin antes e depois da Revolução de 1905, que atribuía a futura revolução um caráter burguês. Trotsky foi em vários aspectos influenciado pelo marxista Parvus. Este, por sua vez, também exerceu influência sobre a teoria das crises de Kautsky, o que ele reconhece explicitamente em seu artigo sobre o tema.

significativos para o desenvolvimento econômico do terceiro mundo, estando na origem de seu subdesenvolvimento.

A desigualdade no ritmo de desenvolvimento econômico entre países foi preservada na subfase do capitalismo tardio, embora tenha nela se ampliado significativamente a industrialização de vários países subdesenvolvidos. O capital externo alocado nesses países, que antes estava fortemente concentrado na infraestrutura e na produção de matérias-primas, deslocou-se em grande medida para a indústria de transformação. Os investimentos realizados nesse setor, com exceção de alguns momentos localizados, deveram-se mais a ao reinvestimento de lucros do que a um afluxo novo de capital. Os investimentos externos propriamente ditos passaram a ser feitos predominantemente entre países imperialistas e, em termos líquidos, os países subdesenvolvidos permaneceram como exportadores de capital para aqueles. Isso se deveu a continuidade de emissões de rendimentos de capital, agravado pela transferência de valor mediante a troca desigual, devido à significativa diferença entre a produtividade média do trabalho dos países subdesenvolvidos e imperialistas.

A referência à troca desigual, objeto de todo um capítulo do livro de Mandel, é apenas um aspecto da atenção que ele dispensa à operação da lei do valor, numa medida que não pode ser aqui contemplada. Dois aspectos de sua formulação, no entanto, devem ser mencionados. Em primeiro lugar ele atribui grande importância, na determinação dos fluxos do capital, à busca de superlucros, ou seja, da obtenção de uma remuneração para o capital acima da taxa média de lucro. Mandel estabelece um padrão de correspondência entre seu esquema de periodização, a desigualdade de desenvolvimento do capitalismo e as sucessivas formas predominantes de obtenção de superlucro. Assim, na etapa concorrencial do capitalismo, a conquista de superlucros baseava-se principalmente na justaposição regional de áreas desigualmente desenvolvidas, muitas vezes no âmbito interno de um mesmo país; na subfase clássica do imperialismo, a busca por superlucros passou a se alimentar fundamentalmente da

desigualdade interestatal de desenvolvimento, entre países imperialistas e países coloniais ou semicoloniais; e, na subfase do capitalismo tardio, embora essa última modalidade continue presente, passa a subordinar-se crescentemente à desigualdade de produtividade intersetorial, que opera mesmo internamente aos países imperialistas. Ou seja, o superlucro passa a adquirir crescentemente a forma de renda tecnológica.

O segundo aspecto das considerações de Mandel sobre a lei do valor que merece destaque refere-se à sua operação num contexto econômico marcado pela crescente centralização do capital que se verifica em cada país imperialista. A situação de monopólio ou oligopólio a que esse processo conduz em algumas esferas da produção implica nelas uma remuneração para o capital acima da taxa média de lucro, devido às restrições à entrada de capital novo nessas esferas. Assim, elas tenderiam a usufruir um superlucro em caráter mais ou menos permanente. Por outro lado, como as restrições à entrada de capital nunca podem ser consideradas de modo absoluto, um superlucro excessivo num determinado setor acabaria levando à penetração nele de capital oriundo de outros setores monopolistas. Assim, Mandel conclui que haveria uma tendência ao nivelamento intersetorial do próprio superlucro dentro do conjunto de empresas oligopolistas que atuam num mesmo espaço nacional. Desse modo, haveria uma tendência à formação não apenas de uma taxa média de lucro, como apontava Marx, mas sim de duas: uma, mais elevada, para o conjunto de empresas pertencentes aos setores oligopolizados da economia; outra, mais reduzida, para o setor concorrencial.

Mandel também discute de forma combinada, no marco da periodização por ele proposta, duas tendências apontadas por Marx: a de formação de um mercado mundial e a tendência à concentração e centralização do capital. Ou seja, discute as formas mutáveis assumidas ao longo da história do capitalismo pela tendência à concentração e centralização internacional do capital. Segundo ele, na época concorrencial do capitalismo, a mobilidade internacional do capital era bastante

restrita. Na subfase clássica do imperialismo, as vultosas exportações do capital levaram a uma crescente concentração internacional do capital, mas não a uma efetiva centralização internacional, no sentido de uma fusão entre capitais de distintas origens nacionais. Ao contrário, predominou nesse período uma intensa concorrência internacional entre capitais de distintas procedências, no plano econômico, político e militar. Só no capitalismo tardio, para Mandel, assiste-se a uma verdadeira centralização internacional do capital, com o advento das empresas multinacionais como forma organizativa predominante para o capital de grande porte.

No que diz respeito à relação entre a centralização do capital e a estrutura política interestatal, Mandel apresenta uma análise prospectiva que contempla três variantes: uma superimperialista, que seria caracterizada pela afirmação hegemônica de uma única potência imperialista sobre as demais, o que não se afirmaria a longo prazo apenas com base no poderio militar, mas pressuporia a propriedade e controle efetivos sobre as concentrações de capital mais importantes; a vertente ultraimperialista, já preconizada por Kautsky, que, como foi visto no capítulo 3, contempla um nível de fusão internacional do capital tão elevado que dilui completamente os antagonismos entre proprietários de capitais de distintas nacionalidades; e a variante da concorrência interimperialista contínua, que Mandel considera a mais provável, marcada por um crescimento da fusão continental do capital, associada à manutenção e intensificação da rivalidade intercontinental.

Para encerrar, é conveniente apresentar um rápido painel de algumas das principais características que Mandel atribui ao capitalismo tardio, sem nenhuma pretensão de esgotar a multiplicidade de aspectos que ele aborda em seu livro.

A transformação das rendas tecnológicas na principal forma de obtenção de superlucros no capitalismo tardio reflete-se numa forte aceleração do processo de inovação tecnológica, o que reduz o prazo médio de obsolescência do capital fixo.

Isso acarreta uma forte pressão no sentido de que sua depreciação seja feita de forma acelerada, o que pressupõe uma redução em seu tempo de rotação e, logo, uma aceleração de todos os processos da economia capitalista. Em particular, isso implica uma tendência ao crescimento da intensidade do trabalho.

A aceleração do ritmo da atividade produtiva, combinada à rigidez técnica inerente aos processos de automação característicos da terceira revolução tecnológica, impõe às empresas uma necessidade extrema de planejamento de sua atividade. No caso dos custos salariais, a necessidade de planejamento expressa-se na tentativa de redução de suas flutuações excessivas ao longo do ciclo econômico, o que cria forte estímulos para a adoção de um sistema de acordos coletivos vinculantes, muitas vezes com mediação estatal. No entanto, Mandel duvida da eficácia a longo prazo de tais acordos, pois a automação e a conseqüente elevação da composição orgânica do capital torna incompatíveis a preservação simultânea da taxa de lucros e do nível do salário real.

Como a possibilidade de planejamento das empresas depende fortemente do cenário macroeconômico em que elas estão imersas, a articulação entre os interesses burgueses e sua representação estatal criaria fortes pressões no sentido da adoção de políticas anticíclicas baseadas no manejo do déficit fiscal. Essa seria uma das razões por trás da tendência à inflação permanente no capitalismo tardio, embora Mandel não a considere a mais relevante. Para ele, o principal fator inflacionário desde o término da Segunda Guerra Mundial consiste na expansão do saque a descoberto em contas correntes concedido pelos bancos ao setor privado e cobertos pelos bancos centrais e governos. Como diz ele, “a inflação permanente é hoje a inflação permanente da moeda escritural, ou da forma de criação de dinheiro própria do capitalismo tardio para facilitar a reprodução ampliada a longo prazo”.⁸

⁸ MANDEL, *O Capitalismo Tardio*, p. 293.

Essa forma de crédito é duplamente funcional para o capitalismo tardio, já que financia tanto a produção de mais-valia quanto a sua realização. Em relação ao primeiro aspecto, cabe destacar que embora Mandel saliente o crescimento do autofinanciamento empresarial desde a Segunda Guerra, em consonância com a ênfase que Kalecki, Baran e Sweezy atribuem ao fenômeno, como foi visto no capítulo 4, ele critica a unilateralidade destes dois últimos autores sobre a questão.⁹ Ou seja, Mandel estabelece uma correlação entre a tendência ao autofinanciamento empresarial e o movimento da taxa de lucro, de modo que quando esta caísse, aquele também se reduziria. Seu enfoque parece compatível com o de Kalecki, já que para este autor a capacidade de autofinanciamento está vinculada ao volume de poupança empresarial e esta se move no mesmo sentido da taxa de lucro. No caso de Baran e Sweezy, no entanto, sua fixação na tendência ao crescimento do excedente deixa pouco espaço para considerações sobre a queda da taxa de lucro e, logo, para os seus eventuais efeitos sobre a tendência ao autofinanciamento.

Embora Mandel atribua ao crédito bancário um papel fundamental na acumulação, como já o fazia Hilferding, existe para o primeiro autor uma diferença significativa entre a forma que esse crédito assume na subfase clássica do imperialismo e na subfase do capitalismo tardio: na primeira delas, que é a analisada por Hilferding, o crédito bancário era fundamentalmente destinado ao financiamento das inversões feitas em capital fixo; na segunda fase, em que as empresas imobilizam no capital fixo quase a totalidade de seu capital próprio, o crédito bancário tende a se concentrar no financiamento do capital circulante.¹⁰

.No que se refere à realização da mais-valia, a relevância do financiamento bancário evidencia-se no crescimento do crédito ao consumidor, que expandiu-se significativamente desde o término da Segunda Guerra Mundial, principalmente para financiar a aquisição de bens de consumo duráveis. É interessante constatar

⁹ MANDEL, *O Capitalismo Tardio*, pp.375 e 376.

¹⁰ MANDEL, *O Capitalismo Tardio*, pp.158 e 314.

que os principais itens que se encaixam nessa categoria, como automóveis e aparelhos elétricos, devem sua existência aos avanços obtidos ainda na segunda revolução tecnológica, mas só se difundiram em larga escala, pelo menos fora dos Estados Unidos, no período do capitalismo tardio. A massificação de sua aquisição permite falar na emergência da sociedade de consumo, em grande parte alimentada pelo crescente número de assalariados do setor terciário, que também constitui um aspecto relevante do capitalismo tardio.

Mandel aponta a existência de uma crise estrutural do capitalismo tardio, o que requer alguns comentários. Mandel é extremamente crítico em relação aos autores marxistas que, segundo ele, adotam teorias monocausais para explicar as crises do capitalismo. Em sua própria análise da dinâmica capitalista, como foi visto, ele busca levar em conta uma multiplicidade de fatores, inclusive os chamados fatores “externos”, que cumprem um papel determinante no estabelecimento das ondas longas. Assim, seu conceito de crise estrutural refere-se a um conjunto de características do capitalismo tardio que apontam para a sua incapacidade de efetivar, para o conjunto da sociedade, as potencialidades contidas no elevado nível de desenvolvimento já alcançado pelas forças produtivas. Embora ele derive de seu conceito de crise estrutural a necessidade da luta pelo socialismo, esse não aparece em seu texto como uma possibilidade efetiva num futuro previsível.

5.2. Aglietta

O ponto de partida de Aglietta em seu livro *Régulation et Crises du Capitalisme*, de 1976, é a re colocação da problemática marxista da reprodução numa moldura conceitual apta tanto a lançar luz sobre o conjunto de regularidades que, em cada momento, asseguram essa reprodução, quanto sobre as mutações

por elas sofridas ao longo do tempo, permitindo fundamentar um critério de periodização para a história do capitalismo.

De modo similar a Mandel, ele atribui grande relevância em seu argumento à idéia de desenvolvimento desigual dos departamentos I e II da produção social, o que nada mais é do que uma expressão da tendência ao crescimento da composição orgânica do capital. Deixada a si mesma, essa tendência acabaria criando uma desproporção essencial que levantaria um obstáculo à continuidade da acumulação capitalista, pondo eventualmente em xeque a própria manutenção de sua relação constitutiva básica, a relação salarial. Um regime de acumulação é uma forma específica de compatibilização dinâmica dessa tendência com a continuidade da acumulação capitalista, durante um período de tempo mais ou menos prolongado.

Um elemento básico para o esquema de periodização proposto por Aglietta é a distinção que ele estabelece entre os regimes de acumulação extensiva e intensiva. No sentido estrito, o primeiro deles refere-se a uma situação em que a mais-valia é produzida sob a forma de mais-valia absoluta, sendo o mecanismo básico para obtê-la o prolongamento da jornada de trabalho. No entanto, como foi visto no capítulo 1, a mera elevação da intensidade do trabalho, sem aumento de sua produtividade, também se classifica como produção de mais-valia absoluta, o que parece introduzir uma certa ambigüidade em relação ao termo regime de acumulação intensiva, que seria caracterizado pela produção de mais-valia relativa. A razão para a adoção dessa terminologia por Aglietta é que, como foi discutido no capítulo 1, o aumento da intensidade do trabalho geralmente se dá em decorrência de uma elevação de sua produtividade, de modo que os métodos destinados a aumentar a extração de mais-valia sob a forma relativa também o fazem sob a forma absoluta.

A distinção entre os dois regimes de acumulação, tal como estabelecida acima, apenas significaria a introdução em uma terminologia nova do critério de

periodização estabelecido por Marx, baseado na diferença entre formas de subsunção do trabalho no capital. No entanto, Aglietta desloca o foco de seu conceito da modificação do processo de trabalho, que está no cerne da distinção formulada por Marx, para a modificação nas condições de reprodução da força de trabalho. Assim, um regime de acumulação intensiva pressupõe a transformação no processo de trabalho, mas caracteriza-se também pela transformação do modo de consumo dos trabalhadores ou, de modo mais geral, de suas condições de existência.

No caso do critério de periodização estabelecido por Marx, como foi visto no capítulo 1, não é possível estabelecer um marco cronológico rígido que identifique a transição de uma forma de controle do capital sobre o processo de trabalho que não modifica a essência deste, para uma outra forma que faz dessa modificação a regra. A mesma ambigüidade se manifesta em relação à terminologia proposta por Aglietta, superpondo-se àquela que já existia na que foi proposta por Marx. Assim, para Aglietta, a transição para o regime de acumulação intensiva nos Estados Unidos pode ser localizada no momento posterior ao término da Primeira Guerra Mundial. No entanto, nesse momento, em boa parte da estrutura produtiva do país ainda havia uma predominância de extração da mais-valia sob a forma absoluta, baseada na extensão da jornada de trabalho. O reconhecimento da organização sindical em escala nacional só viria em 1935, com o Wagner Act, e a adoção de uma legislação federal estabelecendo um salário mínimo horário e uma semana de trabalho de 44 horas ocorreu apenas três anos depois. Além disso, a forma de desvalorização do capital típica do modo de acumulação intensiva, que ocupa no argumento de Aglietta um lugar destacado e será discutida na seqüência, só passou a ocorrer no período posterior à Segunda Guerra Mundial, bem depois do momento que ele assinala para a gênese do regime de acumulação intensiva.¹¹

¹¹ Talvez tentando introduzir em seus conceito um pouco mais de flexibilidade, de modo a conseguir uma maior aderência com a realidade que ele busca descrever, Aglietta acrescenta em diversos momentos um complemento a seus termos, falando de regimes de acumulação com *predominância extensiva* ou *intensiva*. No entanto, nem sempre fica clara a distinção, por exemplo, entre o que é um regime de acumulação extensiva e o que é um regime de acumulação com predominância extensiva.

Para fundamentar sua tese a respeito de uma transição para um regime de acumulação intensiva após a Primeira Guerra Mundial, Aglietta aponta a ocorrência nesse período de transformações tanto no processo de trabalho, quanto no modo de consumo. Em relação ao primeiro aspecto, ele destaca a introdução de sistemas de máquinas integradas em linhas de produção e a grande ampliação da potência energética empregada, ambos os fatores implicando um forte crescimento da produtividade do trabalho. Em relação ao segundo, ele salienta a expansão do departamento II puxada pela produção de bens de consumo duráveis, como equipamentos domésticos e automóveis, em combinação com um crescimento na construção habitacional. No entanto, boa parte da expansão de consumo verificada no período deveu-se, segundo ele, à elevação dos gastos da mais-valia sob a forma de rendimento individual. Entre 1920 e 1929 ocorreu um processo de concentração de renda, refletido no fato de que os rendimentos percebidos sob a forma de lucro, juros e renda aumentaram 45%, enquanto os rendimentos salariais subiram apenas 13%. Este último índice, além disso, deveu-se sobretudo ao crescimento dos rendimentos salariais dos trabalhadores improdutivos. Considerando-se especificamente os trabalhadores produtivos da indústria manufatureira, o salário horário real cresceu no período apenas 2%.

Assim, a transição para um regime de acumulação intensiva foi caracterizada por um descompasso entre as mudanças no processo de trabalho e o crescimento da produtividade, de um lado, e a expansão do consumo assalariado, de outro. A perpetuação desse quadro seria um dos componentes decisivos da grande depressão a partir do final dos anos vinte.

O término da Segunda Guerra Mundial iria presenciar uma mutação que originou um regime de acumulação plenamente constituído, que Aglietta denomina fordismo.¹² No que diz respeito ao processo de trabalho, o fordismo abrange um

¹² O termo fordismo, central nas elaborações de todos os autores ligados à Teoria da Regulação, foi pela primeira vez utilizado por Gramsci, num texto escrito durante sua permanência no cárcere, intitulado *Americanismo e Fordismo*. Além do termo, percebe-se claramente a influência exercida por esse texto sobre

conjunto de aspectos, que compreende desde a padronização de componentes e produtos finais, até a radicalização do controle de tempos e movimentos, que constituía a essência do taylorismo. Esse controle, agora, impõe aos trabalhadores uma norma de rendimento cujo ritmo é ditado pelo da linha de produção, sem que haja qualquer possibilidade individual de resistência. Por mais significativos que sejam esses aspectos do fordismo, no entanto, eles em grande medida já estavam em curso no período anterior, embora tenham se disseminado e aprofundado após a Segunda Guerra. O que verdadeiramente constitui o traço distintivo dessa mutação do regime de acumulação é sua feição macroeconômica, ou seja, a instauração daquilo que Algietta denomina uma nova norma social de consumo, marcada pela integração de amplas parcelas do proletariado ao consumo de produtos padronizados de baixo preço.

Voltando à idéia de desenvolvimento desigual entre os dois departamentos, é possível entender esquematicamente como o fordismo promove sua compatibilização dinâmica. As transformações no processo de trabalho refletem-se num crescimento da produtividade do trabalho e, por conseguinte, do volume de mercadorias produzido. A demanda para os produtos do departamento I é em parte sustentada por sua acumulação interna e em parte pela demanda por meios de produção originada no departamento II. O volume de mercadorias produzidas por este último departamento cresce mais do que proporcionalmente à sua acumulação, pois a expansão da produção se dá em base a uma técnica em mudança, que amplia sistematicamente a produtividade do trabalho. Para que o crescimento da produção do departamento II possa ser sustentado, é necessária uma expansão contínua da demanda por bens de consumo. Assim, o estabelecimento da norma social de consumo característica do fordismo reporta-se aos determinantes da massa salarial, o que abrange os mecanismos de fixação de salários e de estabelecimento do nível de emprego.

Em relação a esses dois elementos, foram adotados no pós-guerra diversos mecanismos, tanto no âmbito privado quanto na esfera de ação estatal. Quanto ao primeiro, merece destaque a disseminação da negociação coletiva, voltada para a eliminação ou, pelo menos, atenuação, das flutuações do poder de compra dos salários. Em relação ao segundo, devem ser citadas tanto as políticas estatais voltadas para a preservação do nível de emprego, quanto a socialização crescente de parte dos custos de reprodução da força de trabalho.

No entanto, se é inerente à norma social de consumo fordista a adequação da demanda a uma oferta de massa de mercadorias padronizadas, essa adequação não pode ser entendida apenas no sentido de tornar solvente em termos monetários um conjunto dado de preferências, embora esse seja um de seus aspectos. O estabelecimento da norma social de consumo também compreende a própria indução ao consumo mediante o remodelamento sistemático das próprias preferências dos consumidores. Essa configuração de um padrão de consumo em conformidade com — e subordinado às — necessidades que emanam do processo produtivo subverte os termos em que é colocada pela teoria neoclássica a pretensa “soberania do consumidor”. Um aspecto dessa questão já apareceu no *Monopoly Capital*, de Baran e Sweezy, que conferem uma razoável ênfase aos gastos publicitários e à obsolescência programada na determinação de um padrão de consumo, e encontra-se presente também no *Capitalismo Tardio*, de Mandel. Ela adquire maior relevância, contudo, dentro do arcabouço teórico construído por Aglietta. É interessante destacar que o próprio Marx, nos *Grundrisse* e na *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, ainda que não de modo sistemático, dedica várias passagens à discussão sobre como a forma de produção repercute sobre a forma de consumo. Já em *O Capital*, está ausente: um valor de uso caracteriza-se pela capacidade de satisfazer alguma necessidade humana — que pode originar-se “do estômago ou da fantasia” —, como foi visto no capítulo 1, mas a necessidade em si é sempre aí tomada como um dado.

Um outro aspecto relevante do regime de acumulação intensiva refere-se à forma que nele assume o processo de desvalorização do capital. Antes de discuti-lo, no entanto, cabe destacar que Aglietta aponta aqui a existência de uma contradição real do capitalismo. A busca de expansão da mais-valia relativa, inerente ao capitalismo, reflete-se, no âmbito técnico, numa tendência à elevação do capital fixo. No âmbito da valorização, essa tendência implica que tende a crescer tanto a massa de valor a ser depreciada, quanto o tempo necessário para que isso possa ser feito. No entanto, a elevação da composição técnica do capital, com a conseqüente elevação da produtividade do trabalho, tende a diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das diversas mercadorias e, logo, o seu valor. Essa redução de valor aplica-se não só aos novos produtos, mas também aqueles já existentes. Em particular, aplica-se ao próprio capital fixo em função, que tende a ser desvalorizado. Por um lado, esse processo é necessário à regulação do próprio sistema capitalista, já que a desvalorização do capital fixo, assim como a do capital constante circulante, é um meio de contrabalançar, pelo menos em parte, a tendência à elevação da composição orgânica do capital e, junto com ela, a tendência de queda da taxa de lucro. Mas, por outro lado, a própria ocorrência dessa desvalorização necessária impede a realização plena da depreciação do capital.

Num regime de acumulação em que as condições de existência do salariedade não tenham sido suficientemente modificadas, de modo que o departamento II possa se expandir em conformidade com ritmo de acumulação no departamento I, o processo de desvalorização do capital assume uma forma recorrente, em que se intercalam fases de elevação em grande escala da formação bruta de capital fixo, com fases marcadas por depressões, eventualmente bastante profundas. Ao contrário, num regime de acumulação intensiva em que uma norma social de consumo adequada já tenha sido estabelecida, a expansão rápida do departamento II, com o conseqüente adensamento das relações de troca entre ele e o departamento I, cria condições, para um processo mais homogêneo da desvalorização ao longo do tempo. Como diz Aglietta, "a desvalorização já não se

manifesta mais principalmente como uma interrupção brutal do curso de depreciação do capital fixo".¹³

A diferença entre esses padrões de desvalorização do capital permite a Aglietta falar de dois ciclos longos de acumulação do capital nos Estados Unidos. O primeiro, desde 1890 até o final da Segunda Guerra Mundial, é marcado por fortes oscilações na formação bruta de capital fixo, com uma periodicidade de aproximadamente vinte anos, e compreende o período da Grande Depressão; o segundo, iniciado a partir do final da guerra, com o pleno desenvolvimento da norma social de consumo fordista, ameniza consideravelmente as oscilações na formação bruta de capital fixo. Para Aglietta, a identificação desses ciclos longos de acumulação do capital não se contrapõe a reconhecer a existência de ciclos mais curtos, os ciclos de negócios, que existem nas duas fases apontadas. A transição para o regime de acumulação fordista do pós-guerra provocou uma redução da amplitude dos ciclos de negócios, mas às custas de um encurtamento de sua duração.

Essas flutuações de curto prazo, longe de constituírem um obstáculo à permanência do regime de acumulação intensiva, fazem parte do próprio mecanismo de sua regulação interna. No entanto, desde meados da década de sessenta, Aglietta afirma ser possível discernir os contornos de uma crise do regime de acumulação fordista, que não é igual ao tipo de crise que caracterizou a Grande Depressão, mas tampouco se enquadra no padrão das flutuações de curto prazo acima citadas. Dez anos depois, esses contornos adquiriram maior visibilidade, com ocorrência conjunta de uma aceleração da inflação em relação aos patamares típicos do período do pós-guerra e da primeira contração significativa da formação bruta do capital fixo em todo o período. Já não se tratava

¹³ AGLIETTA, *Régulation et Crises du Capitalisme*, p. 89. O caráter generalizado e permanente da obsolescência do capital fixo e sua conseqüente previsibilidade aproximada permitem a constituição por cada empresa de um fundo comum indiferenciado para obsolescência e depreciação. Os autores discutidos no capítulo 4, assim como também Mandel, levam em conta esse fato, com maior ou menor destaque. No caso de Aglietta, a constituição desse fundo e as variações em seu volume decorrentes de mudanças no ritmo de acumulação de capital são componentes importantes da sua explicação da tendência à inflação rastejante permanente verificada no período do pós-guerra.

mais de uma crise por intermédio da qual o sistema viesse a se regular, mas sim de uma crise do próprio modo de regulação.¹⁴

A discussão completa dos elementos que ele apresenta para caracterizar essa crise pressuporia um aprofundamento de vários aspectos do modo de regulação do regime de acumulação fordista, como a forma de gestão monetária, o padrão de concorrência e os mecanismos de ação estatais, o que escaparia ao nosso propósito. No entanto, deve ser mencionado um aspecto parcial da crise, que apresenta maior continuidade em relação aos temas até aqui tratados,

Supondo-se que o barateamento dos elementos do capital constante, que tende a ocorrer em virtude do progresso técnico, não seja suficiente para contrabalançar a tendência à elevação da composição orgânica do capital, a queda da taxa de lucro só poderá ser evitada pela redução do tempo de rotação do capital e/ou pela elevação da taxa de mais-valia. Mas essa possibilidade esbarra em limites que são internos ao próprio processo de trabalho.

Em primeiro lugar, há limites para o crescimento da produtividade que são decorrentes da natureza mesma da linha de produção: sua configuração espacial impõe restrições quanto a seqüência temporal das tarefas parciais, de modo que a diferença existente na duração dos ciclos de gestos dos diversos operários provoca uma perda de tempo total que é dada pela soma dos tempos de espera dos operários de ciclos de gestos mais curtos. O aumento da fragmentação dos postos de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade, acaba aumentando também essa perda total de tempo, tornando-se contraproducente a partir de um certo ponto.

¹⁴ Existe, ao longo do livro de Aglietta, uma preocupação em diferenciar as várias modalidades de crise que caracterizam a existência do capitalismo. Boyer sistematiza essa diferenciação e constrói uma tipologia para as crises, abrangendo as crises por perturbações externas, as crises cíclicas que são parte da regulação, as crises do sistema de regulação, as do modo de desenvolvimento e as crises que determinam o fim de um modo de produção dominante. Ver BOYER, A Teoria da Regulação: uma análise crítica, pp. 87 a 99.

Em segundo lugar, há limites que decorrem não dos fatores objetivos do processo de trabalho, mas de seus fatores subjetivos, ou seja, da própria força de trabalho e das condições a que ela é submetida. Para ser mais preciso, tanto a monotonia típica da linha de produção fordista, quanto a intensificação do processo de trabalho que o aumento da produtividade muitas vezes implica, acabam provocando desequilíbrios psicofisiológicos nos trabalhadores. Como resultado disso, tem-se um aumento do absenteísmo, das incapacitações temporárias, dos acidentes de trabalho e do percentual de produtos defeituosos. Todos esses fatores, que restringem o crescimento da produtividade, apresentaram uma grande expansão ao longo da década de 1960, segundo Aglietta. Mas essa situação tem uma outra consequência fundamental: traz a luta de classes para dentro do próprio processo de trabalho. Se a linha de produção impõe aos trabalhadores uma norma de rendimento que eles não podem rejeitar individualmente, ou só o podem mediante formas passivas como o absenteísmo, ela tende por outro lado a unificar o conjunto dos trabalhadores contra as condições de trabalho. Ao longo da década de 60, diversas lutas operárias adotaram esse eixo de mobilização.

Tanto os limites físicos e humanos impostos pela natureza do processo de trabalho típico do fordismo à expansão da produtividade, que é necessária para contrabalançar a tendência de elevação da composição orgânica e de queda da taxa de lucro, quanto o desdobramento da luta de classes tendo por um dos focos as condições de trabalho, constituem para Aglietta elementos constitutivos da crise do regime de acumulação fordista.

Esse último aspecto, relativo à luta de classes, merece uma consideração suplementar. Segundo Marx, como foi visto no capítulo 1, a luta operária em torno à duração da jornada teve um papel decisivo na modificação do processo de trabalho, incentivando crescentemente a introdução de máquinas que elevassem a produtividade do trabalho. Ao forçar a passagem de um tipo de subsunção do trabalho no capital a outro, a luta de classes provocou uma mudança decisiva na

forma de operação do sistema capitalista, que instituiu um critério para a sua periodização.

Para Aglietta, a luta contra as condições de trabalho, enquanto parte da luta de classes global, associada aos demais elementos que caracterizam a crise do regime de acumulação fordista, provavelmente não aponta para a superação do capitalismo, mas sim para sua modificação. Modificação, bem entendido, que não põe em xeque sua relação constitutiva básica, que Aglietta denomina a relação salarial. Ao contrário, trata-se de uma modificação que se atém ao âmbito do regime de acumulação, a começar pelo processo de trabalho. Ele afirma que alguns traços do que poderia vir a ser um novo regime de acumulação intensiva — o neo-fordismo — já podem ser discernidos em modificações em curso no processo de trabalho, como a introdução da automação e a recomposição de tarefas.¹⁵

No entanto, do mesmo modo que a transição do regime de acumulação extensiva para o de acumulação intensiva foi impulsionada por mudanças prévias no processo de trabalho, mas só se consolidou mediante o posterior estabelecimento de uma nova norma social de consumo, o neo-fordismo só se afirmará enquanto saída capitalista à crise, segundo Aglietta, na medida em que consiga estabelecer sua norma de consumo própria e um novo modo de regulação compatível com ela.

5.3. Comentários e conclusões

São vários os pontos de contato entre as elaborações de Mandel e Aglietta. Ambos os autores adotam uma perspectiva de longo prazo para sua análise do

¹⁵ Para uma descrição detalhada das transformações que estariam se efetuando no processo de trabalho, ver AGLIETTA, *Régulation et Crises du Capitalisme*, pp. 101 a 108.

capitalismo, em que teoria e história se entrecruzam todo o tempo. Ambos descrevem a dinâmica do capitalismo levando em conta a interação dos dois departamentos de produção e a desigualdade de seu desenvolvimento, assim como nos dois argumentos a tendência de queda da taxa de lucro ocupa um papel destacado. Além disso, na explicação dessa desigualdade e dos movimentos da taxa de lucro, os dois autores conferem uma importância decisiva às transformações que ocorrem na base técnica do processo produtivo, que também ocupa um lugar central no estabelecimento dos critérios de periodização usados por eles. No caso dos autores discutidos nos capítulos anteriores, o papel desempenhado por essas considerações era bem mais restrito, quando existia.

Apesar das convergências entre eles, a construção teórica da dinâmica de longo prazo da economia capitalista por Mandel, baseada numa idéia de onda longa que deve muito a Kautsky, e atribui um peso considerável aos fatores externos, difere da de Aglietta. No argumento deste autor, as transformações do processo de trabalho parecem ocupar um lugar mais central do que no argumento de Mandel. Seu critério de periodização, em particular, está mais preso a essas transformações do que no caso de Mandel. Neste autor, como foi visto, o critério de periodização baseado nas ondas longas, que remete às transformações na base técnica do processo produtivo, é de certo modo superposto a um outro critério, centrado nas formas de concorrência. Assim, o início da fase imperialista do capitalismo não coincide com qualquer revolução tecnológica..

Aglietta, em sua discussão sobre periodização, não apenas resgata a perspectiva marxista de periodizar o capitalismo com base nos diferentes tipos de subsunção do trabalho no capital, como estabelece um critério suplementar, que seria interno à própria fase da subsunção real: a transformação nas condições de reprodução da força de trabalho. Embora a questão do padrão de consumo dos trabalhadores ocupe, em maior ou menor grau, um papel relevante no argumento de praticamente todos os autores discutidos, no argumento de Aglietta sua relevância é bem mais expressiva.

Tanto Mandel, quanto Aglietta, buscam dar às crises um tratamento menos unilateral do que se verifica no caso de outros autores. O primeiro, critica explicitamente as perspectivas monocausais; o segundo, lança as bases para uma tipologia das crises que busque diferenciá-las com base no nível de questionamento que elas impõem ao sistema capitalista e suas formas de regulação.

Ambos os autores destacam a importância da ação econômica do Estado e, ao mesmo tempo, os seus limites. Para Mandel, a idéia de que um determinado tipo de política econômica pode ser eficaz em todos os momentos para amenizar as flutuações da economia é totalmente incompatível com sua concepção do ciclo industrial e, mais ainda, com sua idéia de ondas longas de desenvolvimento. Para Aglietta, as políticas de gerenciamento da demanda constituíam um aspecto do modo de regulação do fordismo, e entravam em crise com ele.

A perspectiva de superação do capitalismo não é apresentada por nenhum dos autores como possibilidade imediata. Em Mandel, por mais que ele aponte a existência de uma crise estrutural do capitalismo tardio, a própria natureza das ondas longas que ele aponta, sempre deixa em aberto a possibilidade de que fatos "externos" voltem a deflagrar um processo de expansão capitalista de longo prazo. Em Aglietta, a afirmação da existência de uma crise orgânica do regime de acumulação fordista, conduz não à consideração do socialismo, mas à reflexão sobre as condições necessárias para que, superado o fordismo, um novo regime de acumulação intensiva fosse constituído e, com ele, o sistema capitalista fosse preservado.

Conclusão

A teoria econômica de Marx está voltada para a compreensão das leis de movimento do modo de produção capitalista, concebido como objeto historicamente mutável e transitório. Assim, essa teoria se constrói a partir de categorias que a tornem apta a representar internamente as transformações vivenciadas por seu objeto.

A temporalidade teórica do capitalismo, que busca captar sua temporalidade efetiva, é feita com base em diversos planos analíticos não contrapostos, mas interligados e condicionando-se mutuamente. A idéia de reprodução e a lei do valor como princípio de regulação, as leis tendenciais, as crises, os ciclos e os critérios de periodização, são todos eles aspectos destacados da construção teórica da temporalidade do capitalismo na obra de Marx, embora não necessariamente os únicos.

No entanto, as formulações apresentadas em torno a esses conceitos e outros não podem ser encaradas como um conjunto de idéias totalmente acabadas, nem a coerência plena do conjunto pode ser afirmada de modo dogmático. O conceito de crise, por exemplo, que é um dos alicerces de toda a teoria econômica marxista, não é em parte alguma objeto de um tratamento sistemático; o padrão cíclico que emerge de sua concepção a respeito da taxa de lucro dá margem a diversas interpretações quanto à periodicidade implicada; algumas leis tendenciais são contrabalançadas por tendências agindo em sentido oposto, o que pode abrir espaço para uma certa indefinição a respeito do que predomina em cada momento.

Os autores marxistas posteriores mantêm em suas elaborações sobre o capitalismo uma atitude similar a de Marx, ou seja, concebem-no como objeto historicamente mutável. Mais que isso, essa concepção também se reflete na

construção de teorias que buscam representar internamente esse fato. Nessas circunstâncias, e levando-se em conta o fato de que a quase totalidade das categorias teóricas empregadas por esses autores pode ter sua origem rastreada até algum ponto da obra de Marx, é natural que esses autores se deparassem com algumas das ambigüidades que ali já existiam, além de acrescentar a elas as suas próprias. Além disso, as comparações entre autores apontam para assimilações muito diferenciadas a respeito dos principais conceitos de Marx e para a concessão a eles de distintos graus de relevância. Quanto a esse aspecto, o leque de controvérsias aberto em relação ao tema das crises é bastante ilustrativo.

Um elemento que amplifica significativamente o nível de ruído em torno às controvérsias entre autores é a pretensão de “fidelidade às origens” que quase todos professam: é bastante comum que, em relação a um tema em disputa, autores com posições teóricas antagônicas afirmem que suas interpretações de Marx expressam o que ele verdadeiramente afirmou. Por outro lado, é relativamente raro, embora ocorra, que algum autor refute explicitamente uma formulação de Marx. Em contrapartida, é bastante comum que um aspecto central da obra de Marx receba pouca atenção ou mesmo seja completamente ignorado.

Também em relação a Lenin e sua teoria do imperialismo e da monopolização do capitalismo é possível estabelecer um paralelo com o que acontece em relação a Marx: autores posteriores a ele encaixam sua concepção em quadros de referência bastante distintos do que ele próprio utilizava, como Mandel, ou buscam recheá-la com um conteúdo até contraditório com as suas concepções, como acontece com a perspectiva subconsumista que Baran e Sweezy atribuem ao capitalismo monopolista.

Mais interessante é a trajetória evolutiva apresentada por alguns núcleos conceituais, como a idéia da tendência à depressão, intercalada por períodos de ascensão impulsionados por eventos extra-econômicos, ou seja, não redutíveis à

lógica estritamente econômica do capitalismo. Este núcleo, comum a autores como Kautsky, Baran, Sweezy e Mandel, é empregado por eles em contextos históricos totalmente diferentes e em vinculação com um arcabouço teórico que, quanto ao mais, apresenta profundas diferenças de um autor para o outro.

Apesar dessas considerações, é possível discernir alguns padrões quando os autores analisados são considerados cronologicamente. A centralidade que Marx conferiu à análise do processo de trabalho em sua obra apresenta alguns resquícios nas obras de Lenin e Kautsky do final do século XIX, em sua investigação sobre a penetração do capitalismo na agricultura e as transformações técnicas e sociais aí induzidas. Daí em diante, o tema praticamente some do cenário, só vindo a ser retomado pelos autores que escrevem na década de setenta do século XX, portanto um século depois de *O Capital*. Aí, esse tipo de reflexão vai ocupar um lugar destacado, estando no cerne dos critérios de periodização que esses autores constroem. .

A ênfase que eles conferem ao processo de trabalho ou dimensão técnica do processo de produção, tem uma contrapartida em termos do processo de valorização do capital: as considerações sobre a composição orgânica do capital e a tendência de queda da taxa de lucro voltam a adquirir a relevância que possuíam em Marx, e que estava ausente nos demais autores analisados.

Isso impõe algumas considerações. Em primeiro lugar, parece plausível supor que o abandono, por parte dos autores analisados, exceto Marx e os dois últimos, da tendência de queda da taxa de lucro, ou, pelo menos, de sua relevância analítica, tenha sido uma consequência do próprio desvio teórico em relação à análise do processo de trabalho. Dificilmente uma análise de fundo marxista que se debruçasse sobre essa questão conseguiria eludir a referida tendência, ainda que fosse para rejeitá-la ou afirmar seu sobrepujamento pela ação de alguma contratendência.

Em segundo lugar, cabe avaliar qual a razão para essa retomada das análises do processo de trabalho na década de setenta, inclusive por alguns autores aqui não discutidos, como Harry Braverman, que faz do tema o objeto de seu livro *Trabalho e Capital Monopolista*, de 1974. A hipótese mais óbvia refere-se as transformações em curso na própria realidade da época, que levaria esses autores a incorporar decisivamente a questão em suas teorias.

A pretensão de confirmar ou rejeitar essa hipótese não é pertinente aqui, mas cabe levantar uma outra possibilidade, que a ela não se contrapõe. Ao longo de toda sua trajetória, a corrente teórica do marxismo em economia nunca se furtou ao debate com outras correntes de pensamento. A obra do próprio Marx é o exemplo mais óbvio disso, mas o mesmo se aplica aos outros autores. No caso das obras de Kalecki, Baran e Sweezy, analisadas no capítulo 4, talvez o diálogo tenha ido um pouco longe demais: a influência do legado keynesiano sobre esses autores é expressiva, embora ela se junte a uma linha evolutiva dentro da própria tradição marxista, de inspiração subconsumista. A visão keynesiana, era praticamente hegemônica na economia convencional no período em que eles escreveram suas obras, mas essa hegemonia passou a ser crescentemente questionada e foi deslocada na década de setenta, em favor de um “regresso às origens” da ortodoxia neoclássica. Como, no campo marxista, também se verifica no mesmo período um distanciamento em relação a uma abordagem mais marcadamente keynesiana, cabe especular se isso também não favoreceu, no campo marxista, uma espécie de “volta às origens”. Ou seja, a retomada de alguns temas decisivos de Marx que haviam perdido ênfase ao longo de um século de evolução da teoria marxista.

Na análise feita dos autores, uma última regularidade salta aos olhos: para todos os que foram contemplados nos primeiros três capítulos, a perspectiva da revolução e do socialismo aparecia como algo plausível e era encarada até com um certo imediatismo. Nos autores analisados nos dois capítulos finais, a situação muda de figura, e a transição para o socialismo ou não se coloca, ou é vista como

algo não factível num horizonte de tempo curto. Como o mesmo corte entre os autores do primeiro e do segundo grupo pode ser estabelecido com base no critério de predominância militante ou acadêmica — ou seja, só os do primeiro grupo são militantes e dirigentes de partidos com uma vasta influência política em seu momento —, coloca-se a seguinte questão: será que a audiência a que cada um dos grupos se dirige predominantemente influencia essa percepção sobre o socialismo?

Responder à questão afirmativamente, sem maiores considerações, seria totalmente simplista. A razão mais provável para a mudança de perspectiva verificada deve ser buscada nas mudanças da realidade mesma. Os autores do primeiro grupo estavam parcialmente certos em suas convicções e, com exceção de Marx, vivenciaram a Revolução Russa. Os próprios rumos dessa experiência histórica e as transformações sofridas pelo capitalismo desde então, tornaram a perspectiva do socialismo, se não descartada, ainda assim bem menos palpável. Se a teoria econômica do marxismo consegue internalizar a dinâmica histórica do capitalismo, esse fato deve estar nela representado.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo agrário em Questão*. Campinas, Hucitec, 1992.
- AGLIETTA, Michel. *Régulation et Crisis du Capitalisme: l'expérience des Etats-Unis*. Bruxele, Calmann-Levy, 1976.
- BARAN, Paul. *The Political Economy of Growth*. New York, Monthly Review Press, 1957.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Monopoly Capital*. New York, Monthly Review Press, 1966.
- BEAUD, Michel; DOSTALER, Gilles. *La Pensée Économique Depuis Keynes*. Paris, Éditions du Seuil, 1996.
- BETELLHEIM, *Planificação e Crescimento Acelerado*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- BOBBIO, Norberto et alli, *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979
- BOYER, Robert. *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. São Paulo, Nobel, 1990.
- BUKHARIN, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e seu Lugar*. São Paulo, Vozes, 1980.
- COLLETTI, Lucio (org.) *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*. México D.F., Siglo Veintiuno, 1978.
- DAY, *The Theory of the Long Cycle: Kondratiev, Trotsky, Mandel*. *New Left Review* 199, sept-oct 1976, pp. 67-82.
- DOBB, Maurice. *Os Salários*. São Paulo, Cultrix, 1978.

- FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos (org.), Polarização Mundial e Crescimento. Petrópolis, Vozes, 2001.
- FOLEY, Duncan. Understanding Capital: Marx's economic theory. Cambridge, Harvard University Press, 1986.
- GOLIN, Tau (org.) IIIª Internacional Comunista: manifestos, teses e resoluções do 2º congresso. São Paulo, Brasil Debates, 1989.
- _____. IIIª Internacional Comunista: manifestos, teses e resoluções do 3º congresso. São Paulo, Brasil Debates, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 8ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- HARVEY, David. Los Límites Del Capitalismo y la Teoria Marxista. México D.F., Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- KALECKI, Michal. Teoria da Dinâmica Econômica. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- _____. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas. São Paulo, Hucitec, 1987.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária, Nova Cultural, São Paulo, 1986.
- KEYNES, John M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- LENIN, Vladimir. O Imperialismo: fase final do capitalismo. Editorial Estampa, 1975.
- _____. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

- MADDISON, Angus. *Phases of Capitalist Development*, New York, Oxford University Press, 1988.
- MANDEL, Ernest. *Tratado de Economía Marxista*. 2 vol..México D.F., Ediciones Era, 1969.
- _____. *Long Waves of Capitalist Development*. New York, Cambridge University Press, 1980..
- _____. *El Capital: cien años de controversias em torno a la obra de Karl Marx*. México D.F., Siglo Veintiuno, 1985.
- _____. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Nova Cultural, 1985
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor. 1989.
- MORISHIMA, Michio; CATEPHORES, George. *Valor, Exploração e Crescimento: Marx à luz da teoria econômica moderna*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- _____. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscou, Editorial Progreso, 1977.
- _____. *Miséria de la Filosofía: respuesta a la filosofía de la miséria de P. -J. Proudhon*. 10ª ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1987.
- _____. *Teorias de la Plusvalía*. 2 v. Madrid, Montana, s.d.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, 2 v. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, 2 v. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

- _____ *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: Grundrisse. V. 1*, 17ª ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1997.
- _____ *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: Grundrisse. V. 2*, 13ª ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1997.
- _____ *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: Grundrisse. V. 3*, 11ª ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The German Ideology*. 3ª ed. Moscow: Progress Publishers, 1976.
- _____ *Manifeste du Parti Communiste*. Moscou: Éditions du Progrès, 1978.
- _____ *A Ideologia Alemã: I - Feuerbach*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MOSELEY, Fred. *The Falling Rate of Profit in the Postwar United States Economy*. London, MacMillan, 1991.
- NAPOLEONI, Claudio. *Lições Sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênesis y Estructura de El Capital de Marx: estudos sobre los Grundrisse*. México,D.F.: Siglo Veintiuno, 1978.
- RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1987.
- SHAIKH, Anwar. *Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política*. Bogotá, Tercer Mundo Editores, 1990.
- SHAIKH, Anwar; TONAK, Ahmet. *Measuring the Wealth of Nations*. New York, Cambridge University Press, 1996.
- SWEEZY, Paul. *Theory of Capitalist Development*. New York, Monthly Review Press, 1970.
- TROTSKY, Leon. *Resultados y Perspectivas: las Fuerzas Motrices de la Revolución*. Buenos Aires, El Yunke, 1973.

TYLECOTE, Andrew. *The Long Wave in the World Economy* London, Routledge, 1992.